

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

WILSON DE BARROS BELLO FILHO

**GÊNESE E REPRODUÇÃO DA CRENÇA NA EFICÁCIA
DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO NO COMBATE À POBREZA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Ozanira da Silva e Silva

São Luís
2010

Bello Filho, Wilson de Barros

Gênese e reprodução da crença na eficácia da política de microcrédito no combate à pobreza / Wilson de Barros Bello Filho. – São Luís, 2010.

148 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Ozanira da Silva e Silva.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2010.

1. Crédito. 2. Microcrédito. 3. Pobreza. 4. Desenvolvimento Econômico, I. Silva, Maria Ozanira da Silva e (Orient.). II. Título.

CDU 336.7

WILSON DE BARROS BELLO FILHO

**GÊNESE E REPRODUÇÃO DA CRENÇA NA EFICÁCIA
DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO NO COMBATE À POBREZA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Aprovada em 26/08/2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Ozanira da Silva e Silva (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Maria Beserra Coelho
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Francisco Marcelo Garritano Barone do Nascimento
Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV)

Prof.^a Dr.^a Valéria Ferreira Santos de Almada Lima
Universidade Federal do Maranhão

Deve-se considerar como uma das anomalias de nossa época o fato de que os métodos de pensar através dos quais chegamos a nossas decisões mais cruciais, e com que buscamos diagnosticar e orientar nosso destino político e social, tenham permanecido sem reconhecimento, inacessíveis portanto ao controle intelectual e à autocrítica.

Karl Mannheim, Ideologia e Utopia, 1936

RESUMO

Por que as pessoas acreditam que o microcrédito é uma política pública que ajuda a derrotar a pobreza? Essa é a principal questão que é enfrentada neste trabalho. Uma pesquisa preliminar sugeria que nem estudos de avaliação nem um quadro conceitual fortemente desenvolvido existiam, de modo que não havia qualquer explicação fácil para essa crença. A fim de encontrar as explicações que faltavam, a análise foi estruturada em três momentos: os antecedentes históricos e sociológicos da política de microcrédito; os fundamentos analíticos da política de microcrédito enquanto política anti-pobreza; as ferramentas retóricas usadas para fortalecer a crença na política de microcrédito. O estudo dos antecedentes históricos da política de microcrédito tornou possível verificar que tanto relações políticas quanto o ambiente político foram necessários para o crescimento da sua popularidade na década de 1990, quando as políticas devotadas à escala local começaram a ser aceitas em todo o mundo. O estudo dos fundamentos analíticos da política de microcrédito confirmou que não há um quadro conceitual fortemente desenvolvido e mostrou que há muitas razões para desconfiar da crença de que a política de microcrédito está voltada para a superação da pobreza e é capaz de fazê-lo. O estudo das ferramentas retóricas usadas para comunicar a forte crença na política de microcrédito mostrou que tais ferramentas podem compensar a fraqueza analítica dessa crença. O uso de ferramentas retóricas explica por que as pessoas ignoram todas as possíveis dúvidas sobre a política de microcrédito e continuam a acreditar que ela seja um bom modo de vencer a pobreza.

Palavras-chave: Microcrédito, Pobreza, Desenvolvimento, Retórica, Política Pública.

ABSTRACT

Why do people believe that microcredit is a public policy that helps to defeat poverty? That's the main question which is faced within this work. A preliminary research had suggested that neither evaluation studies nor a strongly developed conceptual framework existed, so that there were no easy explanations to that belief. In order to reveal the missed explanations, the analysis was structured in three moments: the historical and sociological backgrounds of microcredit policy, the analytical foundations of microcredit policy as a anti-poverty policy; the rhetorical tools used to strengthen the belief in microcredit policy. The study of historical and sociological backgrounds of microcredit policy made it possible to find that both political relations and political environment were necessary to its growth in popularity by the 1990 decade, when policies devoted to local scale begun to be accepted worldwide. The study of analytical foundations of microcredit policy confirmed that there is not a strongly developed conceptual framework and showed that there are many reasons to distrust the belief that microcredit policy is devoted to defeat poverty and is able to do it. The study of rhetorical tools used to communicate the strong belief in microcredit policy showed that these tools can compensate the analytical weakness of this belief. The use of rhetorical tools explains why people ignore all possible doubts upon microcredit policy and continue to believe it's a good way to defeat poverty.

Keywords: Microcredit, Poverty, Development, Rhetoric, Public Policy.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	A Investigação da Gênese da Crença na Política de Microcrédito ..	14
1.2	A Investigação da Reprodução da Crença na Política de Microcrédito	17
1.3	Fontes de Pesquisa, Fundamentação Teórica e Quejandos	19
2	ORIGENS HISTÓRICAS E SOCIOLÓGICAS DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO	22
2.1	Cenas da Grande Depressão	23
2.2	O New Deal e a Ruptura com o Liberalismo	30
2.3	O Desenvolvimentismo	38
2.4	A Afirmação das Políticas Públicas de Caráter Desenvolvimentista, a Atuação do Banco Mundial e o Surgimento do Microcrédito	51
2.5	As Metamorfoses da Atuação do Banco Mundial e a Afirmação da Política de Microcrédito	60
3	O MICROCRÉDITO E O COMBATE À POBREZA	68
3.1	As Imprecisões do Conceito de Pobreza	68
3.2	A Pobreza e o Microcrédito	80
3.2.1	A Pobreza e o Microcrédito à Luz da Experiência Brasileira	86
3.3	As Imprecisões do Conceito de Microcrédito	99
4	LÓGICA E PERSUASÃO NO DISCURSO SOBRE O MICROCRÉDITO	108
4.1	A Realidade Levada à Presença do Ouvinte	112
4.2	O Microcrédito Exaltado a Diferentes Auditórios	127
5	CONCLUSÃO	133
	POST-SCRIPTUM	135
	REFERÊNCIAS	140

1 INTRODUÇÃO

As reflexões que, após cinco anos de pesquisa, culminaram com a redação deste trabalho, tiveram início em meados de 2004, na forma de uma investigação exploratória. Em fevereiro desse mesmo ano, o *Banco do Brasil*, maior e mais antiga instituição bancária do país, havia dado início às operações do *Banco Popular do Brasil* e, por esse meio, passara a atuar na área de microcrédito, ou seja, na concessão de pequenos empréstimos, empréstimos tão pequenos que não fazem parte dos serviços prestados ordinariamente pelo sistema bancário. A iniciativa tinha o objetivo de permitir que pessoas de baixa renda, usualmente rejeitadas pela rede bancária, pudessem contrair empréstimos e até utilizar outros serviços financeiros, apesar de efetuarem operações de valor bastante modesto¹. Como se percebeu ainda na fase exploratória da pesquisa, essa não era uma ação isolada, mas parte de um conjunto mais amplo de acontecimentos que demonstravam o comprometimento do acionista majoritário do banco, o governo federal, com a expansão e consolidação da oferta de microcrédito no Brasil. Entre os fatos que endossavam essa primeira impressão estavam o destaque publicitário que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) procurava dar a seu programa de microcrédito, os três seminários dedicados às microfinanças que o Banco Central do Brasil havia organizado no espaço de apenas dois anos (2003 e 2004) e a publicação da Medida Provisória 226/2004 (depois convertida na Lei 11.110/2005), que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, desenvolvido até hoje no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ainda nessa fase exploratória, utilizando um número limitado de fontes documentais e bibliográficas, se pôde perceber que foi na década de 1990 que o microcrédito se popularizou no Brasil, numa rápida escalada que culminou com a

¹ Quando as atividades do Banco Popular do Brasil foram iniciadas, o valor de R\$ 600,00 foi fixado como limite máximo para as operações de crédito classificadas como microcrédito. Em maio de 2008, o Banco Popular do Brasil foi incorporado ao Banco do Brasil, que passou a atuar diretamente na área de microcrédito; atualmente (janeiro de 2010), o valor máximo das operações de crédito nessa modalidade é de R\$ 2.000,00.

publicação das Leis 9.790/99² e 10.194/01³ e da Medida Provisória 2.172-32/01⁴. Silvana Parente (2002, p. 95) chega a dizer que, “até 1994, as operações de microfinanças eram praticamente inexistentes no Brasil”. Embora a afirmativa seja um pouco exagerada, é imperioso admitir que as experiências brasileiras de microcrédito mais conhecidas aconteceram a partir da década de 1990, inclusive as célebres iniciativas de administrações municipais do Partido dos Trabalhadores, em Porto Alegre (PortoSol), Santo André (Banco do Povo) e São Paulo (SP Confia), iniciadas em 1996, 1998 e 2001, respectivamente.

A investigação exploratória permitiu, ainda, constatar que, longe de ser um acontecimento circunscrito à realidade brasileira, a difusão do microcrédito na década de 1990 foi um fenômeno de alcance internacional, presente em inúmeros países e em praticamente todos os continentes. Foi na década de 1990, por exemplo, que a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Resolução 53/197, decidiu designar o ano de 2005 como Ano Internacional do Microcrédito. Essa difusão do microcrédito também pôde ser constatada na multiplicação de textos, acadêmicos e não acadêmicos, dedicados a ele, nos mais diversos e até improváveis lugares do mundo. Em 1999, por exemplo, a norte-americana *Brigham Young University*, situada na distante e desconhecida cidade de Provo (Estado de Utah), criou o *Journal of Microfinance*, publicação científica semestral dedicada, como o próprio nome sugere, às microfinanças, ou seja, a serviços e transações financeiras que envolvem valores muito baixos⁵. Na apresentação que os editores

² A Lei 9.790/992 prevê que uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos possa funcionar como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e, assim, exercer suas atividades em regime de parceria com o Estado. Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas por uma OSCIP está a “experimentação, não lucrativa, [...] de sistemas alternativos de [...] crédito.”

³ A Lei 10.194/01 autoriza a criação de “sociedades de crédito ao microempreendedor”, voltadas para “a concessão de financiamentos a pessoas físicas e microempresas, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, de pequeno porte”.

⁴ A Medida Provisória 2.172-32/01 garante que uma sociedade de crédito ao microempreendedor ou uma OSCIP possa realizar operações de crédito a taxas de mercado, assim como os bancos comerciais, financeiras e outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, sem que tal atuação caracterize prática de usura.

⁵ Diversos autores e instituições referem-se à política de microcrédito como o elemento central de um conjunto de operações financeiras (movimentação de recursos em contas-correntes e contas de poupança, operações de seguro...) que recebem a denominação de microfinanças, em função da pequena soma de recursos que envolvem. Neste trabalho, embora referências ocasionais às

fizeram à nova publicação, foi destacada a dimensão então adquirida pelo microcrédito:

“Esse não é um movimento pequeno. De acordo com o Banco Mundial há cerca de 900 instituições de microcrédito em 101 países que oferecem financiamento aos pobres de todo o mundo, e essas são apenas as mais antigas, maiores e mais estáveis dessas organizações. Numa amostra de 206 dessas organizações de microcrédito, foi registrada a concessão de algo em torno de 14 milhões de financiamentos, no valor total de mais de 7 bilhões de dólares.” (Woodworth & Woller, 1999, p.6)

Na mesma apresentação, o microcrédito foi qualificado como “a mais inovadora estratégia de abordagem do problema da pobreza global” (Woodworth & Woller, 1999, p.6), deixando claro que, para os defensores do microcrédito, o que está em jogo não é simplesmente o acesso das pessoas de baixa renda aos serviços financeiros; o microcrédito não é apenas um elemento de inclusão social; a inclusão, aliás, quase nunca é citada quando o assunto é microcrédito. Quando se fala de microcrédito, o ponto dominante, onipresente e ostensivamente exaltado é o combate à pobreza. Johnson & Rogaly (1997, p.1), por exemplo, observam que, na década de 1990, as microfinanças foram “aclamadas como um meio efetivo de redução da pobreza.” Gulli (1998, p.vii), por sua vez, afirma ser “amplamente aceito que as microfinanças são uma ferramenta efetiva para a redução da pobreza”, enquanto Silvana Parente (2002, p.11) qualifica o microcrédito como um “novo instrumento de mudança econômica e social que ainda tem poucas fontes de consulta na bibliografia brasileira.” E não se deve esquecer que foi no espírito da sua Década de Erradicação da Pobreza (a década de 1990) que a ONU aprovou a Resolução 52/194, de 18 de fevereiro de 1998, tratando do “papel do microcrédito na erradicação da pobreza”, assim como foi dentro desse mesmo espírito que ela decidiu, um ano depois, designar o ano de 2005 como Ano Internacional do Microcrédito.

microfinanças possam surgir, o objeto da análise são apenas as operações de crédito, ou seja, o microcrédito.

A observação exploratória, portanto, ainda que alicerçada numa literatura bastante limitada, indicou de forma inequívoca que o enorme prestígio internacional de que é dotado o microcrédito desde a década de 1990 se deve à crença absoluta na sua capacidade de combater a pobreza, ou seja, esse prestígio está completamente fundamentado na confiança que as pessoas têm de que o microcrédito constitui uma política eficaz de combate à pobreza. A mesma observação exploratória, porém, revelou que, paradoxalmente, o processo de afirmação da crença no combate à pobreza através do microcrédito não se desenvolveu alicerçado em estudos de caso e estudos de avaliação. Escrevendo em 1999, Woodworth & Woller (p. 6), observavam que existia uma falta de estudos desse tipo, apesar de, a longo prazo, o sucesso da política de microcrédito depender da disponibilidade de informações acerca dos resultados obtidos em diferentes lugares e situações. Três anos antes, Hulme & Mosley (1996, p.xv) se queixavam da forma como enormes quantias de dinheiro eram aplicadas sem que se tivesse clareza dos resultados obtidos. Gulli (1998, p.50) afirma que “as evidências do impacto do crédito sobre a pobreza não são conclusivas” e que a maioria dos estudos de impacto “não pode medir o impacto do crédito sobre a pobreza”. Aghion & Morduch (2005, p.4) afirmam que “relativamente poucos estudos rigorosos de impacto foram completados e as evidências estatísticas sobre impactos são variadas”, além de classificarem de *mito* a afirmativa de que o microcrédito provou ser uma ferramenta eficaz de combate à pobreza.

Outro fato instigante evidenciado pela pesquisa exploratória, mais precisamente pela confrontação dos textos consultados, foi a falta de rigor conceitual. A forma desenvolvida com que a crença na eficácia da política de microcrédito se afirmou e vinha (como ainda vem) sendo reproduzida se revelou ainda mais surpreendente diante da constatação de que a bibliografia dedicada ao tema está longe de apresentar, em seu conjunto, uma teoria conceitualmente pacificada e analiticamente bem estruturada; pelo contrário, essa bibliografia denuncia a existência de uma multiplicidade de interpretações e usos do conceito de microcrédito. Enquanto Yunus (2003), por exemplo, enfatiza unicamente as operações de crédito (microcrédito), outros autores (e.g. Aghion & Morduch, 2005) vêem tais operações como apenas um dos elementos do universo das microfinanças; enquanto alguns autores (e.g. Kraychete, 2005) consideram a

formação de pequenos grupos solidários (aval solidário) como uma característica inerente ao microcrédito, outros (e.g. Johnson & Rogaly, 1997) consideram essa apenas uma das configurações possíveis para as operações de microcrédito; enquanto Ledgerwood (1998) e Yunus (2003) esforçam-se por demonstrar que os efeitos da política de microcrédito ultrapassam o aspecto econômico, outros (e.g. Hulme & Mosley, 1996) restringem seu foco de atenção ao impacto da política sobre a renda das pessoas.

Era natural pensar que a eficácia de uma política tão valorizada no Brasil e no Mundo já tivesse sido objeto de inúmeros e diversificados estudos de avaliação e que seu arcabouço conceitual fosse rigoroso e bem consolidado, mas a investigação denunciava que esse não era o caso da política de microcrédito; à medida em que a investigação prosseguia, a avassaladora crença no combate à pobreza através do microcrédito se tornava mais enigmática e, com admirável atualidade, vinha à mente a advertência feita por Karl Mannheim (1936, p.1-2) na edição norte-americana de *Ideologia e Utopia*:

Deve-se considerar como uma das anomalias de nossa época o fato de que os métodos de pensar através dos quais chegamos a nossas decisões mais cruciais, e com que buscamos diagnosticar e orientar nosso destino político e social, tenham permanecido sem reconhecimento, inacessíveis portanto ao controle intelectual e à autocrítica.

A pesquisa exploratória revelou a existência de uma forte confiança na política de microcrédito, mais precisamente na sua capacidade de combater a pobreza; contudo, essa mesma pesquisa não foi capaz de revelar motivos claros e inequívocos para a existência dessa confiança. Michel Foucault (2004, p.40) e Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.1) observam que as sociedades ocidentais são profundamente marcadas pela idéia cartesiana de verdade, fundada na demonstração analítica da validade de uma afirmativa, ou seja, acredita-se, no mundo contemporâneo ocidental, que as afirmativas tomadas por verdadeiras devem estar fundamentadas num rigoroso pensamento lógico, que partindo de premissas empiricamente comprovadas chega a verdades incontestáveis. Surpreendentemente, porém, a pesquisa exploratória revelava que a afirmativa de que a política de microcrédito combate a pobreza de forma eficaz estava

fundamentada num conjunto extremamente superficial (para os padrões científicos) de observações empíricas e numa construção lógico-conceitual bastante frágil, recheada de imprecisões.

A pesquisa exploratória revelou, desse modo, aquele que seria o objeto de estudo da pesquisa que se seguiria, a saber: a crença de que o microcrédito é uma política eficaz de combate à pobreza. A questão fundamental que se passou a enfrentar a partir de então foi a forte confiança que existe na eficácia da política de microcrédito, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Desse momento em diante, o que se procurou investigar e discutir foi a forma como se construiu e se mantém essa confiança, e não, como tradicionalmente se faria, procurar saber se os resultados da política a justificam. Tratou-se, portanto, de analisar a gênese e a reprodução de uma crença, não de discutir a validade dessa crença.

No plano metodológico, a investigação conduzida a partir de então encontrou um primeiro ponto de apoio nas indagações conduzidas por Pierre Bourdieu (1989a, p.20) na sua *Introdução a uma Sociologia Reflexiva*:

a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objetos científicos ou, o que é o mesmo, nas sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um ângulo imprevisto.

Ao longo da pesquisa que permitiu a elaboração deste trabalho, buscou-se analisar um tema em evidência, “socialmente importante” (o combate à pobreza através da política de microcrédito), de um ângulo ainda não explorado e de certa maneira desprezado. A questão enfrentada (a crença na eficácia do microcrédito no combate à pobreza) não está entre aquelas que têm suscitado debates em torno do tema (como, e.g., a avaliação da eficácia da política de microcrédito ou a correta maneira de implementar essa política), ela encontra-se entre os assuntos “socialmente insignificantes”.

No âmbito da filosofia clássica grega, a idéia de tomar para objeto de estudo a afirmação da eficácia do microcrédito (e não a eficácia dessa política)

encontrou respaldo na maiêutica socrática e na distinção entre *doxa* (opinião) e *episteme* (ciência). A maiêutica pode ser definida nos seguintes termos:

Enquanto método filosófico, praticado por Sócrates, a maiêutica consiste em um procedimento dialético no qual Sócrates, partindo das opiniões que seu interlocutor tem sobre algo, procura fazê-lo cair em contradição ao defender seus pontos de vista, vindo assim a reconhecer sua ignorância acerca daquilo que julgava saber. A partir do reconhecimento da ignorância, trata-se então de descobrir, pela razão, a verdade que temos em nós. (Japiassú & Marcondes, 1996, p. 171)

A maiêutica, portanto, consiste no questionamento da mera opinião (*doxa*)⁶, ainda que dotada de grande respeitabilidade e aceita como se verdade fosse (*endoxa*), a fim de evidenciar uma situação de ignorância e, a partir daí, alcançar a ciência (*episteme*).

1.1 A Investigação da Gênese da Crença na Política de Microcrédito

Do ponto de vista do estudo das políticas públicas, em especial daquilo que a literatura convencionou chamar de *public policy analysis*, a questão tomada para objeto de pesquisa envolvia uma fase específica do *policy making process*, a saber: a definição sobre a política a ser implementada. Tal fase (a definição da política) é sempre precedida pelo reconhecimento de alguma questão como um problema público a ser combatido. No caso, a questão a ser enfrentada, reconhecida como problema público, era a pobreza. Uma vez definida a política de combate a esse problema, acontece a sua implementação e a avaliação, que recai tanto sobre o seu processo de implementação quanto sobre os resultados produzidos. A maior parte do que se estuda e escreve sobre políticas públicas está relacionado a essas duas fases (implementação e avaliação); com o microcrédito não é diferente: a

⁶ No que se refere especificamente à *doxa*, é oportuno reproduzir a definição formulada por Platin (2004, p.176): “A *doxa* corresponde ao **sentido comum**, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais freqüentemente, na sua formulação lingüística corrente.” (grifo do autor)

quase totalidade do que se lê explica o que é a política, fala como ela deve ser implementada, descreve experiências concretas e fala dos seus resultados. Muito pouco é dito sobre quando e como se chegou à conclusão de que o microcrédito deve ser utilizado como política de combate à pobreza.

A opinião majoritária na literatura que trata do microcrédito é que ele surgiu com a experiência seminal de Muhammad Yunus, relatada de forma instigante em *O Banqueiro dos Pobres* (Yunus, 2003). Em 1976, Yunus, então Chefe do Departamento de Economia da Universidade de Chittagong, em Bangladesh, percebeu que situações de extrema pobreza poderiam sofrer modificação drástica através do empréstimo de pequenas somas de dinheiro. Tomou, então, a iniciativa de emprestar 27 dólares a 42 pessoas que viviam em situação de extrema penúria num bairro próximo ao campus. O sucesso dessa operação de crédito, associado a reflexões e desenvolvimentos posteriores, resultou na formação do *Banco Grameen*, instituição financeira privada voltada exclusivamente para operações de microcrédito. Operando apenas no mercado de Bangladesh, o *Grameen* é hoje mundialmente conhecido, administra recursos que ultrapassam a marca de 1 bilhão de dólares⁷ e é apontado como marco fundador da política de microcrédito. Fiori et al (2004, p.16), por exemplo, apontam o *Banco Grameen* como o iniciador da “revolução das microfinanças”, enquanto Parente (2002, p.14 e 16), qualifica seu fundador, Muhammad Yunus, de *pioneiro*.

Essa narrativa, porém, além de superficial, possui um exagerado tom de conto de fadas com final feliz, onde o herói (Muhammad Yunus) tem uma grande idéia e, com ela, passa a salvar pessoas indefesas das garras de um monstro chamado pobreza. Dedicando uma atenção desmesurada à capacidade criativa e à genialidade de Yunus, a narrativa não faz referência ao contexto geral das políticas de combate à pobreza, ao momento histórico de afirmação internacional do microcrédito ou aos acontecimentos e relações de poder que possibilitaram essa afirmação. Tudo é descrito de forma extremamente inocente, como se uma grande idéia e muita boa vontade fossem suficientes para conquistar seguidores mundo afora e mudar a vida de milhões de pessoas relegadas à miséria material.

⁷ Informação baseada no Balanço Patrimonial do ano de 2008.

No capítulo 2 deste trabalho procurou-se ultrapassar tal narrativa e oferecer, através de uma análise histórica e sociológica, uma ampla visualização do processo de gênese da crença na política de microcrédito. O capítulo 2 não foi construído como uma antítese ou mesmo uma crítica à narrativa tradicional, seu objetivo fundamental é resgatar elementos históricos e aspectos sociológicos que foram essenciais para a afirmação da política de microcrédito, mas que acabaram esquecidos pela literatura que trata do tema. A análise nele consubstanciada, porém, inevitavelmente, acaba por enfraquecer tal narrativa, na medida em que expõe toda a sua incompletude e explicita seus excessos.

Apenas um terço do capítulo 2 aborda diretamente a política de microcrédito. Não se trata, de forma alguma, de uma fuga ao tema ou aos objetivos do capítulo; pelo contrário, resgatar as condições históricas e sociológicas que permitiram a adoção de determinada política pública requer que se vá muito além dos acontecimentos diretamente relacionados a essa política. Um aspecto essencial a contemplar na análise, por exemplo, é a história do problema público que essa política busca combater, o que implica, em muitos casos, um considerável afastamento da observação centrada direta e exclusivamente na política. No caso da política de microcrédito, esse afastamento revelou-se bastante pronunciado em função da multiplicidade nas políticas e estudos que têm por objeto o combate à pobreza. O microcrédito não é a única, nem foi primeira e tão pouco será a última política de combate à pobreza formulada e implementada nas últimas décadas, daí a inevitável extensão de qualquer relato sobre os fundamentos históricos e sociológicos da sua afirmação. Mas isso não significa que se tenha produzido um amplo relato sobre as políticas de combate a pobreza; trata-se de um relato relativamente curto, que paulatinamente se estreita e gradativamente centra seu foco sobre a política de microcrédito.

No capítulo 2, portanto, buscou-se discorrer sobre a evolução recente da idéia de combate à pobreza e das políticas voltadas para esse fim, identificando as instituições, autoridades, relações e acontecimentos centrais dessa evolução e a forma como a política de microcrédito passou a ocupar espaço dentro dela. O capítulo começa fazendo um relato sobre a Grande Depressão (1929-1939) e o seu impacto sobre a atuação governamental e o combate à pobreza. Em seguida,

aborda-se o desenvolvimentismo, a atuação do Banco Mundial e, por fim, a adoção do microcrédito como política eficaz de combate à pobreza.

1.2 A Investigação da Reprodução da Crença na Política de Microcrédito

Após enfrentar, no capítulo 2, a questão da gênese da crença na política de microcrédito, procura-se, nos capítulos 3 e 4, lançar luz sobre a reprodução dessa crença, ou seja, tenta-se deixar explícito por que essa crença se mantém inabalada ano após ano. No trabalho de investigação que permitiu a elaboração desses dois capítulos, tomou-se como premissa a “natureza discursiva do nosso conhecimento” (Weber, 1993, p.140), o que levou a considerar a reprodução da crença no microcrédito como um fenômeno discursivo, de modo que o foco central da pesquisa foi aquilo que se pode chamar de *discurso de afirmação da eficácia da política de microcrédito* – ou simplesmente *discurso sobre o microcrédito* –, entendendo-se por *discurso* “toda produção verbal, escrita ou oral, constituída por uma frase ou por uma sequência de frases, que tenha começo e fim e apresente certa unidade de sentido.” (Reboul, 2000, p.xiv).

No capítulo 3, o foco é a estrutura conceitual e lógica do discurso sobre o microcrédito, com especial atenção para as limitações, imprecisões e contradições existentes. No capítulo 4, a discussão recai sobre a relação entre essa estrutura lógico-conceitual e os elementos retóricos presentes no discurso, entendendo-se por *elemento retórico* tudo aquilo que, dentro de um discurso, tem caráter persuasivo, mas que se situa fora do âmbito da lógica formal⁸. No capítulo 4, portanto, discute-se como os elementos retóricos se integram à estrutura lógico-conceitual, reduzindo o potencial dissuasivo das suas limitações, imprecisões e contradições e, assim, contribuem para reproduzir de forma eficiente o discurso sobre o microcrédito.

Hodiernamente, a idéia de analisar o discurso a partir de dois eixos, um lógico-conceitual e outro retórico, encontra amparo em autores como Olivier Reboul (2000), Deirdre McCloskey (1998) e Chaïm Perelman & Lucie Olbrechts-Tyteca

⁸ Adotou-se aqui a definição de *retórica* formulada por Perelman (2004, p.57): “estudo dos meios de argumentação, não pertencentes à lógica formal, que permitem obter ou aumentar a adesão de outrem às teses que se lhe propõem ao seu assentimento”.

(1996), mas ela tem suas origens na filosofia aristotélica. Aristóteles (2002a, p.41) afirmava que o grau de precisão que o conhecimento pode alcançar depende do assunto tratado, sendo que

*os assuntos estudados pela ciência política são o nobre e o justo, mas estas concepções envolvem muita diversidade de opinião e incerteza [...]. Devemos, portanto, nos contentar se ao lidar com esses assuntos e partir de premissas assim incertas, conseguirmos apresentar a grosso modo um delineamento da verdade*⁹.

No Livro E (sexto) da Metafísica, Aristóteles (2002b, p. 271) expõe sua famosa divisão das ciências: ciências teóricas (física, matemática...), ciências práticas (ética, política...) e ciências produtivas (agricultura, culinária, pintura...). Das três categorias, como fica claro no Órganon (Aristóteles, 2005), especialmente através do confronto dos Analíticos Posteriores com os Tópicos, apenas a primeira presta-se ao conhecimento analítico. Para Aristóteles (2005), as ciências cujos objetos envolvem alguma atividade humana jamais produzirão conclusões verdadeiras, mas apenas prováveis, no sentido probabilístico do termo. Desse modo, dentro de uma perspectiva aristotélica a análise do discurso sobre determinada política pública não pode ficar restrita ao aspecto lógico-conceitual, devendo também debruçar-se sobre o aspecto retórico, inerente a esse tipo de discurso.

Na análise desse aspecto retórico, procurou-se evitar a análise gramatical, que identifica cada figura de linguagem ou procura agrupar os argumentos segundo alguma classificação das estruturas de argumentação. Não há dúvida de que tal análise revela a presença de elementos retóricos no discurso sobre o microcrédito, a questão é que tais elementos não se apresentam de uma maneira singular quando utilizados em alguma afirmação sobre o microcrédito. Um texto acadêmico sobre os fundamentos teóricos do microcrédito, por exemplo, do ponto de vista das figuras de linguagem e estruturas argumentativas presentes, não é diferente de qualquer outro texto acadêmico que aborde a oferta de crédito sob a

⁹ Esse trecho está inserido entre as afirmativas seguintes (transcritas segundo a tradução para o espanhol): “no hay que buscar la precisión por igual en todas las disciplinas” (Aristóteles, 2002a, p.49); “es propio de um hombre instruido buscar la exactitud em cada género sólo hasta donde lo permite la natureza del objeto.” (Aristóteles, 2002a, p.49)

mesma perspectiva teórica; a análise das figuras de linguagem e das estruturas argumentativas presentes num texto acadêmico sobre fundamentos teóricos do microcrédito revela apenas as características intrínsecas dos textos teóricos acadêmicos da área de economia, que são inclusive objeto de uma literatura específica (e.g. McCloskey, 1998), e não características próprias do discurso sobre o microcrédito. Essa mesma observação deve ser feita para outros gêneros textuais: a análise de aspectos gramaticais, como figuras de linguagem e estruturas argumentativas, não revela particularidades do discurso sobre o microcrédito, mas sim desses gêneros.

A análise dos elementos retóricos do discurso sobre o microcrédito conduzida no capítulo 4, por evitar a análise gramatical, adquiriu contornos de uma análise literária. Essa forma de abordagem teve a virtude de evitar que a análise fosse fracionada entre os diversos gêneros textuais presentes no discurso sobre o microcrédito. No capítulo 4, portanto, os elementos retóricos abordados são aqueles que garantem a reprodução do discurso em seu conjunto; em outras palavras, considerou-se que todos os textos fazem parte de uma única escola literária, de uma única literatura, a literatura sobre o microcrédito.

1.3 Fontes de Pesquisa, Fundamentação Teórica e Quejandos

Os livros publicados sobre o microcrédito foram a principal e fundamental fonte utilizada na pesquisa que resultou na elaboração deste trabalho. Outros textos, particularmente notícias de jornal e informações coletadas em páginas *web*, também foram utilizados de forma sistemática.

O tempo foi um grande aliado no acesso a todas essas fontes. Caso a pesquisa e a elaboração do trabalho tivessem transcorrido dentro do cronograma inicialmente traçado, o resultado final teria sido bastante inferior ao obtido. Um dos motivos é que muitos acontecimentos e transformações no campo do microcrédito ocorreram no transcorrer desse período de pesquisa. Objetos de estudo têm dinâmica própria e nem sempre ela se enquadra nos estreitos prazos das pesquisas acadêmicas; em alguns casos (e este parece ser um deles), encerrar burocraticamente uma pesquisa dentro de um prazo pré-fixado pode representar uma leviandade acadêmica (que neste caso não foi cometida).

Embora a proposta inicial da pesquisa fosse trabalhar com textos, a abundância de material visual (documentários, entrevistas e fotos) sobre o microcrédito tornou imperativa uma mudança de postura. Esse contato com fontes não textuais de certo modo também abriu caminho para que um número considerável de fotografias fosse incorporado ao texto, sempre como fonte de reflexão sobre a realidade.

Sobre as fotos utilizadas no texto, cabem alguns esclarecimentos. Algumas são de autoria de terceiros, outras são de autoria própria. Todas as fotos de terceiros têm a autoria devidamente creditada, como previsto no item II do art. 24 da Lei 9.610/98 (Lei de Direito Autoral). No que se refere ao direito à imagem das pessoas fotografadas, seguiu-se o entendimento de Jacqueline Sarmiento Dias (2000, p. 125-138) de que a finalidade científica torna dispensável a existência de autorização para a utilização em trabalho acadêmico. No que se refere às fotos de terceiros, considerou-se dispensável a autorização do fotógrafo porque as imagens não foram utilizadas como ilustração, mas foram, sim, objeto de análise crítica, análise que, por força da ampla liberdade de expressão e informação consagrada constitucionalmente, não pode ser proibida por qualquer meio. Ademais, a reprodução com intuito de estudo ou crítica, e sem substituir ou prejudicar a circulação da foto original, está em consonância com os itens III e VIII do art. 46 da Lei de Direito Autoral (Lei 9.610/98).

No plano teórico, este trabalho pode ser classificado como um exercício de análise sociológica; sociológica num sentido amplo, que engloba a análise econômica, a análise histórica... e, também, a análise sociológica *stricto sensu*. Embora o texto praticamente não contenha referências de cunho teórico-metodológico, a sua construção contém elementos dessa natureza. O leitor mais atento talvez perceba, por exemplo, a influência de Pierre Bourdieu nas passagens em que se faz referência ao *campo do microcrédito* ou às *características intrínsecas* dos textos teóricos. Mas esse leitor não irá encontrar digressões sobre o conceito de *campo* ou a noção de *propriedades intrínsecas*. Este não é um tratado teórico, é um trabalho de análise sociológica. Também não é um trabalho de análise ortodoxa, presa a um referencial teórico determinado. Pierre Bourdieu é apenas um dos muitos autores que podem ser citados como fonte teórica para a realização da pesquisa e a

construção da análise ora exposta; Michel Foucault, Karl Marx e Max Weber são outros nomes que podem ser citados, mas não são os únicos.

2 ORIGENS HISTÓRICAS E SOCIOLÓGICAS DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO

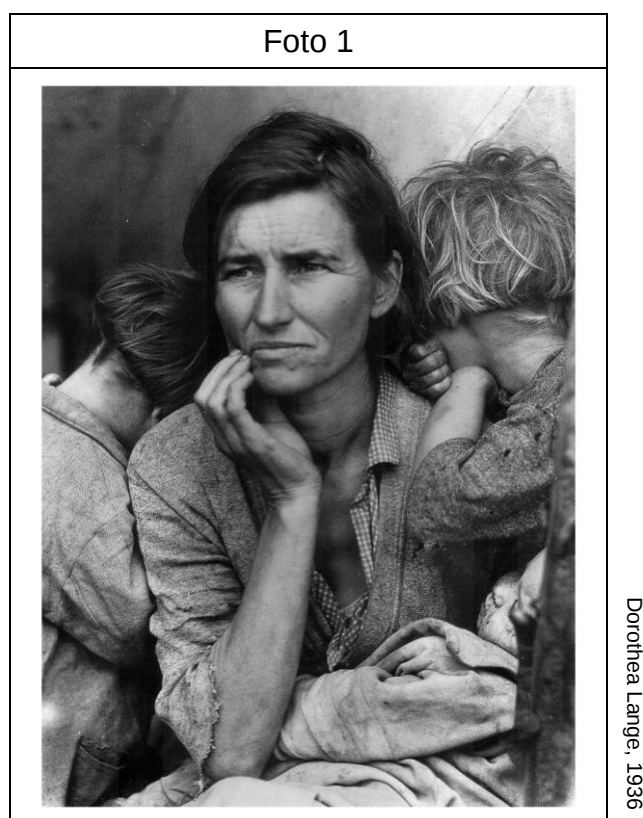
Quando uma política pública alcança prestígio mundial, quando seus resultados são considerados positivos e acima de qualquer suspeita pelos mais diversos segmentos sociais, de políticos e sindicalistas a técnicos e acadêmicos, é natural que o relato histórico das suas origens adquira os contornos de uma narrativa épica, que destaca o nome de uns poucos protagonistas, pessoas ou instituições, alguns fatos marcantes, merecedores de registro, e um conjunto mágico de idéias, capazes de mudar a realidade. A própria crença inabalável na eficácia da política pública faz com que essa narrativa ganhe força e pareça verdadeira àqueles que a repetem.

A análise acadêmica de uma política pública, por outro lado, por pretender-se científica, deve sempre buscar seus fundamentos históricos e sociológicos, desvencilhando-se da tentadora alternativa de aceitar, sem maiores questionamentos, a narrativa épica. Não se trata de negar a existência de protagonistas, a relevância de fatos ou a força das idéias, mas sim de tentar compreender que condições históricas e configurações sociais, políticas e econômicas foram necessárias para que tais protagonistas, fatos e idéias pudessem existir e adquirir o prestígio que alcançaram.

No caso do microcrédito, a narrativa épica atribui a Muhammad Yunus e ao *Banco Grameen* os lugares de protagonistas em uma história que, iniciada em 1976, com um empréstimo de 27 dólares a 42 pessoas, consagrou a genial idéia de que a oferta de crédito a pessoas pobres, às mesmas taxas de juros praticada pelo sistema bancário, produz resultados bastante positivos no combate à pobreza. Ir além dessa narrativa épica, em direção a uma análise histórico-sociológica do microcrédito, significa explicitar a compatibilidade ideológica entre essa política e o pensamento político das décadas de 1980 e 1990, significa resgatar o processo histórico de gênese desse pensamento político que acolheu a idéia de microcrédito, significa identificar as instituições cuja existência foram essenciais para a consagração dessa idéia, significa compreender as alianças e disputas políticas que contribuíram para a sua ampla aceitação social.

Como se deixará claro nas linhas que se seguem, no processo histórico de afirmação da crença da política de microcrédito, os acontecimentos de 1976 em Bangladesh não foram o ponto de partida, mas sim parte de uma série de eventos que começaram a se desdobrar a partir do cenário de desolação econômica dos Estados Unidos no início da década de 1930.

2.1 Cenas da Grande Depressão



Com o olhar fixo no infinito a mãe parece tentar imaginar o que o futuro lhes aguarda; duas das crianças, buscando um pouco de conforto e abrigo, repousam suavemente as cabeças em seus ombros, uma terceira está acomodada, inocente, em seu colo. A imagem (foto 1), capturada em março de 1936, é a última das seis¹⁰ fotografias em que a fotógrafa Dorothea Lange¹¹ procurava retratar as

¹⁰ Alguns livros, e a própria fotógrafa, fazem referência a cinco fotos, mas, como esclarece Mark Durden (2006), uma das seis fotos foi descartada, provavelmente por motivos estéticos. As seis fotos podem ser vistas no verbete *Florence Thompson* da Wikipedia, disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Florence_Owens_Thompson. No volume dois de *Photo Icons* (Koetzle, 2002) são reproduzidas as cinco fotos selecionadas pela fotógrafa.

condições de vida da família de Florence Leona Christie¹², 32 anos, mãe de sete filhos. O registro fotográfico foi feito em território norte-americano, mais precisamente em Nipomo, Califórnia, num acampamento de colhedores de pêras.

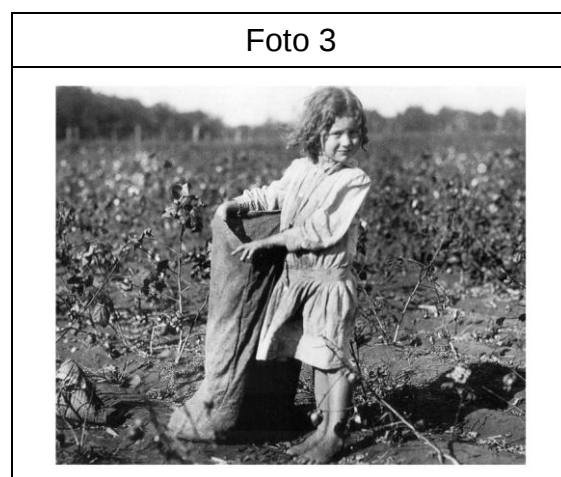
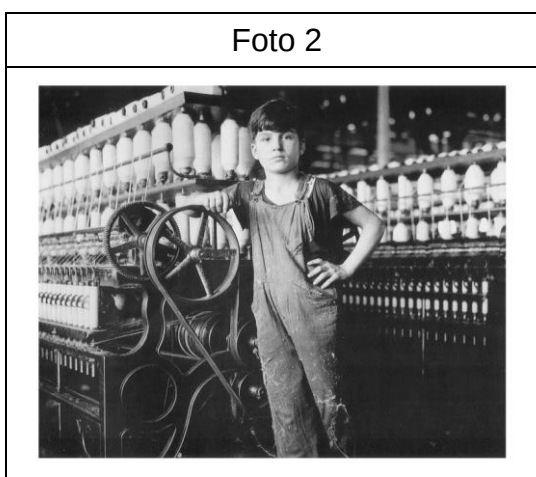
Quando a fotógrafa chegou ao acampamento, Florence e algumas das crianças estavam acantonados sob uma improvisada barraca de lona. A família (Florence, o marido e as crianças) havia saído do Imperial Valley, onde trabalhou na colheita de beterrabas, e estava se dirigindo aos campos de alface de Watsonville, à procura de trabalho, quando um problema mecânico no carro tornou obrigatória uma parada em Nipomo. Segundo relato da própria Dorothea Lange, citado por Koetzle (2002, p.29), cerca de 2.500 pessoas habitavam o acampamento de colhedores de pêras e a maior parte delas encontrava-se em situação precária de sobrevivência. Os Estados Unidos enfrentavam a Grande Depressão e um número considerável de famílias transformou o automóvel em residência, pegou a estrada e passou a vagar em busca de ocupação que pudesse gerar algum rendimento. As fotos tiradas por Dorothea Lange nesse período incluem imagens de carros, acampamentos, estradas, cercas, placas, casas, estabelecimentos comerciais e pessoas, muitas pessoas, pessoas trabalhando, descansando, pensando... pessoas em seus carros, junto a seus carros, pessoas se deslocando a pé, pessoas dentro e fora de suas barracas de lona... detalhes do vestuário, das mãos...

Como lembra Judith Keller (2002, p.32), após publicada em alguns jornais a foto de Florence Leona Christie, a *Mãe Migrante* retratada por Dorothea Lange, transformou-se numa das mais fortes representações visuais da Grande Depressão e logo converteu-se em ícone na luta contra a opressão econômica. A importância política de imagens comoventes, como as que capturou em Nipomo, não era de modo algum ignorada pela fotógrafa, que, como observa Mark Durden, "acreditava que a fotografia era uma ferramenta de ação política" (Durden, 2006, n.p.). Lange, obviamente, não foi a primeira a perceber o valor político de uma fotografia ou a

¹¹ As informações sobre a obra de Dorothea Lange, bem como as imagens consultadas, estão em Koetzle (2002, p. 28-37), Durden (2006) e Keller (2002).

¹² Florence Leona Christie é o nome de solteira da *Mãe Migrante* retratada por Dorothea Lange. Alguns textos se referem a ela como Florence Owens, nome que é fruto da união com Cleo Owens, de quem ficou viúva em 1931. Há também textos que se referem a ela como Florence Thompson ou Florence Owens Thompson.

possibilidade de utilizá-la como instrumento de luta por uma causa. Quase trinta anos antes, por exemplo, Lewis Hine¹³ deixava o emprego de professor na *Ethical Culture School* de Nova York e abraçava a carreira de fotógrafo profissional para, no dizer de Russell Freedman, "usar sua câmera como arma contra a exploração de crianças" (Freedman : 1994, p.19). Muitas das imagens capturadas por Lewis Hine, como as fotos 2 e 3 reproduzidas abaixo, foram utilizadas como meio de mobilizar a opinião pública em favor da aprovação de leis que pusessem fim ao trabalho infantil nos Estados Unidos. A tarefa, como comenta Freedman (1994, p.93-97), mesmo contando com a determinação da administração federal, mostrou-se extremamente árdua e somente em 1938, com a aprovação do *Fair Labor Standards Act*, surgiu uma legislação federal que impusesse limitações ao trabalho infantil em território norte-americano¹⁴.



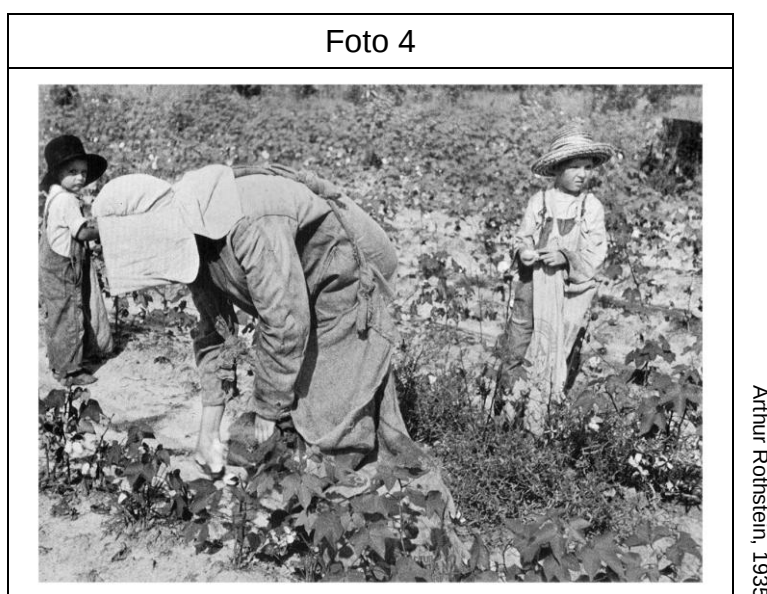
Fotografando em 1935, mais de duas décadas depois de Lewis Hine, Arthur Rothstein¹⁵ conseguiu registrar diversas imagens de trabalho infantil no meio

¹³ As informações consultadas sobre a vida e a obra de Lewis Hine estão em Freedman (1994).

¹⁴ Como explica Freedman (1994, p.93-97), o Fair Labor Standards Act instituiu uma série de regulamentações trabalhistas nos Estados Unidos, como o salário mínimo nacional, a jornada máxima de trabalho e a proibição do trabalho de menores de dezesseis anos em fábricas e minas. A Lei continua em vigor e, desde seu surgimento, em 1938, já recebeu várias emendas ampliando seu alcance. Antes da aprovação do Fair Labor Standards Act, a legislação trabalhista norte-americana era constituída apenas por Leis estaduais. Freedman (1994, p.94) lembra também que em 1916 e 1918 o Congresso Nacional norte-americano aprovou leis trabalhistas de alcance nacional, mas elas foram consideradas inconstitucionais pela Suprema Corte; uma tentativa posterior de emenda à Constituição, em 1924, que permitiria a adoção de uma legislação trabalhista federal, fracassou em decorrência da ação de grupos de interesses, que conseguiram impedir que alguns Estados ratificassem a emenda.

¹⁵ As informações consultadas sobre a vida e a obra de Arthur Rothstein estão em Dover (1978)

rural norte americano, como a que está reproduzida na foto 4, onde duas crianças ajudam um adulto na colheita de algodão; salta aos olhos a semelhança com a foto 3, tirada por Hine. Fotografias como essas certamente têm grande impacto sobre a opinião pública e, ainda hoje, são recorrentes os depoimentos e comentários sobre o poder da imagem fotográfica. O fotodocumentarista Sebastião Salgado, por exemplo, em entrevista a Ken Light, lembra que a fotografia tem a capacidade de "mostrar algo [...] a pessoas que não tiveram a oportunidade de estar lá" (Salgado *apud* Light, 2000, p.110-111). Susan Sontag, embora não esqueça de advertir que "as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos" (Sontag 2004, p.17), reconhece que "imagens fotográficas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir" (Sontag 2004, p.14-15). Como diz Howard Chapnick (1994, p.7), "as imagens fotográficas se tornaram transcendentais", a câmera produz "imagens de poder sem paralelo e informação inquestionável".



Mas um aspecto central das fotografias de Lewis Hine sobre o trabalho infantil e as de Dorothea Lange e Arthur Rothstein sobre as condições de vida dos trabalhadores durante a Grande Depressão é que elas não tinham o simples condão de revelar uma realidade a quem não a conhecia; elas foram produzidas em meio a esforços concretos de mudar a realidade observada e, nesse sentido, eram parte desse esforço. Quando Lewis Hine trocou o trabalho de professor pelo de fotógrafo, passou a trabalhar para o *National Child Labor Committee*, uma instituição privada sem fins lucrativos que ainda hoje, um século depois, continua atuante no combate à

exploração do trabalho infantil. Quando Dorothea Lange tirou sua famosa fotografia da *Mãe Migrante*, ela estava trabalhando para a *Farm Security Administration* ¹⁶, agência governamental dedicada a dar apoio a agricultores e trabalhadores rurais, inclusive organizando acampamentos, como o de colhedores de pêra em Nipomo. Dorothea Lange, aliás, não era a única fotógrafa a trabalhar para a *Farm Security Administration*. A agência era dirigida pelo economista Rexford Tugwell, que em 1935 convidou o também economista Roy Stryker para chefe da Seção Histórica. Geoff Dyer (2008, p.13) observa que tanto Tugwell quanto Stryker "acreditavam firmemente no poder da fotografia para dar uma realidade humana a argumentos econômicos". Na sua atuação como professor em *Columbia University*, Stryker, que também era fotógrafo, costumava utilizar fotografias para ilustrar seus textos e palestras e não demorou a fazer da fotografia um dos elementos documentais da Seção Histórica da *Farm Security Administration*.

Dorothea Lange, Arthur Rothstein e Walker Evans são os mais conhecidos dos inúmeros profissionais que produziram registros fotográficos para a agência. Os assuntos a serem fotografados eram em grande parte definidos por Stryker, que elaborava, como lembra Geoff Dyer (2008, p.13), listas bastante detalhadas, como a reproduzida a seguir, referente a fotografias que seriam tiradas no verão:

Carros abarrotados trafegando em rodovias. Frentistas de posto de gasolina enchendo o tanque de carros esporte e conversíveis.

Jardins rochosos: guarda-sóis; barracas de praia; praias de areia com ondas mansas; cristas espumantes lançando borrifos sobre um barco a vela no horizonte distante.

Pessoas de pé à sombra de árvores e toldos. Janelas abertas em bondes e ônibus; água potável de uma fonte ou poço antigo; lugar sombreado à beira de um rio – com o sol se

¹⁶ Em março de 1936, quando a *Mãe Migrante* foi fotografada, a *Farm Security Administration* ainda se chamava *Resettlement Administration*. O nome *Farm Security Administration* passou a vigorar em 1937 e perdurou até sua extinção do órgão, em 1943, quando os gastos de guerra já haviam soprado para longe os ventos da Grande Depressão.

refletindo na água; pessoa nadando em piscinas, rios e ribeirões. (Stryker apud Dyer, 2008, p.13)

Outras tantas listas ratificam a forma meticulosa como Stryker tratava a produção de registros fotográficos:

Na categoria "Hábitos Americanos", os fotógrafos encarregados da vida em "Cidades pequenas" eram instruídos a procurar: "Estação ferroviária – gente vendo o trem passar; pessoas na varanda; mulheres saindo de varandas para cumprimentar pessoas na rua; regando o gramado; pessoas tomando sorvete em casquinhas; esperando o ônibus [...]." Na categoria "Cidade", eram encaminhados para "pessoas sentadas em bancos de parque; esperando o bonde; levando o cachorro para passear; mulheres com crianças em parques ou calçadas; brincadeiras infantis [...]." Tudo isso deveria ser suplementado por fotos de "Generalidades": "Carros sendo abastecidos em postos de gasolina; conserto de pneus; engarrafamento de trânsito; aviso de desvio de trânsito; 'Homens trabalhando' [...] Refresco de laranja. Cartazes; pintores de letreiros – pessoas vendo um letreiro ser pintado. Avião escrevendo no céu [...] Pessoas assistindo a um desfile: fitas de telégrafos; sentadas no meio-fio [...]" (Dyer, 2008, p.14)

Apesar das listas de Stryker serem exageradamente detalhadas, é possível perceber nos registros fotográficos produzidos o enfoque pessoal de cada um dos profissionais. Em Dorothea Lange, por exemplo, existe uma ênfase em aspectos da vida dos trabalhadores, enquanto Walker Evans deixa transparecer um fascínio por placas. Comentando uma das fotos que Evans tirou para *Farm Security Administration*, Marcelo Coelho (2008, p.93) lembra que em 1971, numa exposição na *Universidade de Yale*, as imagens fotográficas de Evans dividiram espaço com placas reais, de metal, anúncios que o fotógrafo havia colecionado ao longo da vida. Mas além das preferências e estilos pessoais, as fotos produzidas sob as orientações de Stryker produziram um conjunto magnífico de imagens que serviram para fortalecer a atuação da agência. Não eram imagens contemplativas ou de denúncia, eram imagens relacionadas a um conjunto de ações que governo norte-

americano estava a implementar. Para o sociólogo José de Souza Martins, essa constitui uma marca distintiva da fotografia norte-americana, quando comparada com a produção fotográfica latino-americana; diz ele, referindo-se às fotografias de Dorothea Lange e Walker Evans:

Nas fotos desses dois autores estão dramaticamente claras as conseqüências da não-intervenção preventiva e corretiva: a pobreza, o deslocamento, a passividade, a impotência, a falta de perspectiva. Porém, uma pobreza vista discretamente como insuficiência, como distância em relação ao padrão de vida dominante. É nisso que está o apelo à consciência moral e religiosa da população, essencial para legitimar a intervenção e quebrar uma tradição de política econômica avessa à intervenção do Estado. Uma visão protestante da pobreza, porque prática. Foto que não pede pena, caridade, e sim a intervenção do governo. Não é foto para agredir a consciência de quem vê, mas para justificar a necessidade do que vai ser feito. Fotos de um exame de consciência, como a famosa fotografia da Migrant Mother, de Dorothea Lange. (Martins, 2008, p.163)

O comentário de Martins (2008, p.163) é particularmente esclarecedor quando ele associa as imagens produzidas para a *Farm Security Administration* à necessidade de "legitimar a intervenção e quebrar uma tradição de política econômica avessa à intervenção do Estado". A *Farm Security Administration* foi uma das diversas agências criadas pela administração do Presidente Roosevelt e, assim, era parte da reação governamental à Grande Depressão, cujo impacto sobre a sociedade norte-americana é assim descrito por Jonathan Alter (2007, p.75):

Em 1933 nasceram quinze por cento menos crianças que em 1929, um reflexo das expectativas severamente reduzidas. As taxas de suicídio triplicaram. Quase ninguém ousava começar um negócio ou tentar algo novo na vida, exceto quando forçado pelas circunstâncias.

As perdas de emprego eram incomensuráveis para os padrões atuais. Em 1932, o desemprego havia triplicado em três anos.

Mais de 16 milhões de americanos – 25 por cento da força de trabalho – encontrava-se sem emprego, muitos deles com três ou mais dependentes. Dos 75 por cento restantes, mais de um terço estavam empregados apenas em tempo parcial. Isso deixa menos de metade da força de trabalho empregada em tempo integral. Como poucas mulheres trabalhavam naquela época [...], apenas um pouco mais de um quarto dos adultos saudáveis estavam integralmente empregados, e a maioria deles com salários reduzidos.

2.2 O New Deal e a Ruptura com o Liberalismo

No desolador cenário da Grande Depressão, Franklin Delano Roosevelt disputou as eleições presidenciais de 1932, vencendo o então Presidente Herbert Hoover, cuja administração havia iniciado em 1929. Roosevelt assumiu a presidência em 4 de março de 1933, reelegeu-se três vezes e governou os Estados Unidos da América até sua morte, em 12 de abril de 1945. O tema central da primeira campanha presidencial e dos primeiros anos de administração foi, inevitavelmente, a avassaladora crise econômica e suas conseqüências nocivas para a vida do povo norte-americano. No discurso que pronunciou em 29 de junho de 1932, no *Chicago Stadium*, por ocasião da sua indicação como candidato do Partido Democrata às eleições presidenciais, Roosevelt afirmou a necessidade de um novo pacto (*New Deal*) para a superação das dificuldades do momento. A expressão *New Deal* logo ganhou repercussão na imprensa e caiu nas graças da opinião pública, passando a ser usada para designar as diversas ações implementadas pela administração Roosevelt no combate à crise econômica. Cumpre esclarecer que o *New Deal*, proposto no discurso de Chicago e depois implementado ao longo de doze anos de administração, não era um programa ou um conjunto de programas governamentais; o *New Deal* era fundamentalmente uma nova filosofia de trabalho, mais precisamente uma nova forma de conceber a relação entre as ações governamentais e o bem-estar do povo norte-americano, em especial no campo econômico. Como tal, o *New Deal* representou uma ruptura com a política econômica estritamente liberal que havia vigorado até então; foi inspirada nessa nova filosofia de trabalho que a administração Roosevelt criou inúmeras agências

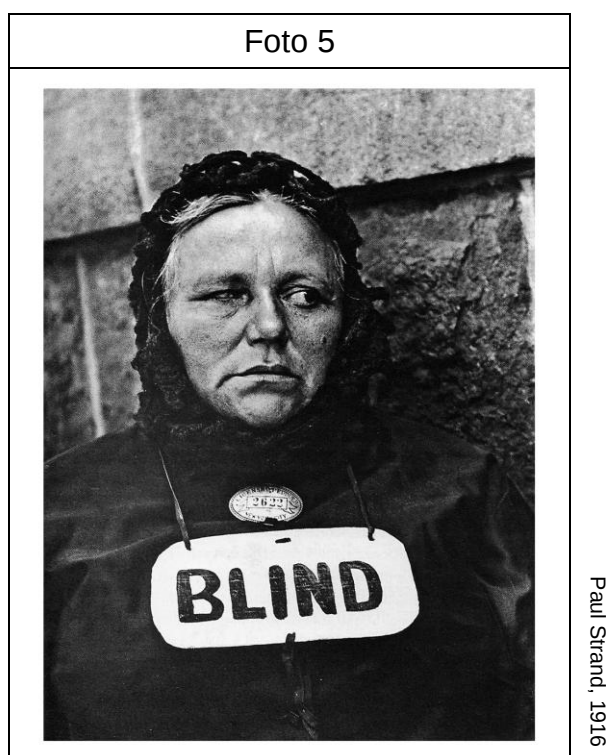
governamentais, autônomas e diferentes umas das outras. Essas agências, cada uma dentro da respectiva área de atuação, implementaram ações e programas que acabaram por ampliar sobremaneira a presença do governo na economia norte-americana. As palavras utilizadas por Roosevelt no *Chicago Stadium* foram as seguintes:

Eu prometo a vocês, eu prometo a mim mesmo, um novo pacto (New Deal) para o povo americano. Tornemo-nos, nós aqui reunidos, profetas de uma nova ordem de competência e coragem. Esta é mais que uma simples campanha; é uma chamada para a luta. Dê-me sua ajuda, não apenas para ganhar votos, mas para vencer nesta cruzada para devolver a América a seu próprio povo. (Roosevelt apud Alter, 2007, p.119)

Um detalhe que chama atenção é que a indignação que serve como justificativa para a adoção de um novo pacto não é gerada pelas precárias condições de vida que uma parte da população norte-americana ainda enfrentava, mas sim pelas perdas materiais impostas pela crise econômica. Roosevelt não fala em melhorar o padrão de vida dos americanos menos afortunados, ele fala em "devolver a América a seu próprio povo". A indignação, portanto, não é com a crônica falta de meios de sobrevivência que acossa alguns, a indignação é com a perda de meios que antes estavam ao alcance das pessoas. Em outras palavras, a indignação não é com a pobreza, mas sim com o empobrecimento.

Sobre o tratamento dado aos pobres pelo governo norte-americano é particularmente emblemático o registro fotográfico de uma mulher cega feito em 1916 por Paul Strand, em uma rua de Nova Iorque. Na imagem (foto 5), uma placa branca, bem grande, com a palavra *blind* (cega) escrita em letras maiúsculas, pende sobre o busto da fotografada; um pouco acima, próximo ao pescoço, um pequeno crachá preso à roupa informa: "Ambulante Licenciada 2622 Cidade de Nova Iorque". A imagem traz à mente, quase que instantaneamente, os rigores da legislação inglesa dedicada aos pobres, relatados em tom denunciante por Marx (2004, p.848), que a qualifica de sanguinária. Marx (2004, p.850-851) lembra que essa legislação incluía penas de encarceramento, açoite, mutilação e até enforcamento para aqueles que insistissem em viver da mendicância sem a devida licença

governamental; segundo ele, "a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura". Não era para esses indivíduos massacrados pelo sistema capitalista, impossibilitados de encontrar alguém disposto a lhes pagar algum salário, que Roosevelt propunha um novo pacto; no discurso no *Chicago Stadium* a atenção estava voltada para aqueles que haviam se incorporado ao sistema de trabalho assalariado mas, em função da forte retração econômica, encontravam-se agora em condição comparável à dos mendigos, ambulantes e desocupados que a Lei tratava como criminosos. O novo pacto, portanto, era essencialmente conservador no que se refere aos resultados que pretendia produzir; o objetivo não era transformar o sistema econômico e melhorar a situação dos menos afortunados, mas simplesmente restaurar o padrão de vida que a Grande Depressão havia levado embora.



Em grande medida pode-se afirmar que a postura sugerida (e depois adotada) por Roosevelt frente à Grande Depressão, além de conservadora, não tinha nada de original. O filósofo Platão, por exemplo, mais de dois mil anos antes,

pronunciava-se de forma semelhante sobre a atuação do governo voltada para a melhoria das condições de vida dos indivíduos menos abastados¹⁷:

A compaixão não cabe a quem padece de fome ou outra privação semelhante, mas a quem, embora, praticando a temperança ou qualquer outra virtude, ou parte dela, se torne vítima do infortúnio. Diante disto seria espantoso realmente que no seio de um Estado e de acordo com sua constituição, supondo que esse Estado fosse moderadamente bem organizado, uma tal pessoa (escravo ou homem livre) fosse tão cabalmente abandonada a ponto de ser reduzida à completa indigência. Em razão disso o legislador poderia seguramente no tocante a esses casos promulgar uma lei assim: não haverá mendigos no nosso Estado e se alguém tentar praticar a mendicância, de modo a sobreviver esmolando interminavelmente, os agorânomos os expulsarão da ágora e o corpo dos astínomos o expulsará da cidade, bem como ele será banido de qualquer região do território para fora deste pelos guardiões do campo (agrônomos), para que todo o país fique inteiramente livre de uma tal criatura. (Platão, 936c)

A comparação entre Roosevelt e Platão pode parecer anacrônica ou mesmo exótica, mas é útil para acentuar o caráter da mudança que o *New Deal* representou. Não foi a indignação com o empobrecimento repentino de milhares de trabalhadores nem o objetivo de ampará-los que fez do *New Deal* algo realmente inovador na vida norte-americana. A inovação estava na forma como se tentava alcançar a recuperação econômica. Desafiando a crença absoluta no poder regulador do livre mercado, a administração Roosevelt implementou ações governamentais que buscavam ajudar as forças de mercado a organizar a economia. Mais precisamente, o aspecto inovador estava em romper, ainda que minimamente, com o liberalismo que dominava o pensamento econômico norte-americano. A idéia de colocar a ação governamental a serviço da recuperação

¹⁷ O trecho a seguir foi compilado da edição brasileira de *As Leis* (Platão, 1999, p.468)

econômica não era em nada original, mas colocá-la em prática nos Estados Unidos da América da década de 1930 era algo de realmente novo e desafiador¹⁸, pois, mesmo a Grande Depressão tendo se prolongado por uma década, o liberalismo permaneceu arraigado nas mentes de muitos norte americanos, inclusive do Presidente Hoover, derrotado na sua tentativa de reeleição em 1932:

Hoover argumentou até o dia de sua morte que, se ele tivesse sido reeleito, muito cedo tudo teria ficado bem. Negociações internacionais e o poder de recuperação natural da economia teriam restaurado a prosperidade, escreveu ele. Mas o ciclo de negócios nunca foi uma verdade econômica imutável e a recuperação estava longe de ser inevitável. Sua prescrição de orçamentos equilibrados, aumento de impostos e absoluta adesão ao padrão ouro certamente não teria surtido efeito. (Alter, 2007, p.77)

Mas não se tratava apenas de confiança no liberalismo; muitos norte-americanos viam (e muitos ainda vêem) com desconfiança a atuação do Estado na vida econômica e mesmo com o país afundado numa brutal crise econômica não estavam dispostos a abraçar a idéia de uma nova postura governamental. Em 31 de outubro de 1932, em Nova Iorque, discursando para uma multidão de 22.000 pessoas reunidas no Madison Square Garden, o Presidente Hoover, candidato à reeleição, assim expressou seu ponto de vista sobre o *New Deal*¹⁹:

¹⁸ Segundo Daniel Fusfeld (2001, p.144), "O aspecto mais importante da filosofia do New Deal era a crença de que a sociedade como um todo, por intermédio do governo, precisa proteger a si mesma e a seus integrantes das forças destrutivas inerentes a uma economia de mercado industrial. Isso representava uma grande mudança com relação à filosofia de que se deveria dar liberdade absoluta ao mercado auto-ajustável e que pessoas, recursos e riquezas deveriam ser tratados, essencialmente, como mercadorias." Ainda segundo Fusfeld (2001, p. 144-147), o *New Deal* abrangeu "cinco tipos principais de intervenção direta em assuntos econômicos", a saber: (1) utilização de gastos governamentais para incentivar a criação de empregos; (2) regulamentação legal das negociações entre patrões e trabalhadores; (3) intervenções localizadas em mercados e preços; (4) planejamento regional da utilização da terra e dos recursos hídricos; (5) proteção social aos trabalhadores atingidos pela crise econômica.

¹⁹ O discurso do Presidente Herbert Hoover no *Madison Square Garden*, em 31 de outubro de 1932, foi obtido em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=23317>.

Esta campanha é mais que uma disputa entre dois homens. É mais que uma disputa entre dois partidos. É uma disputa entre duas filosofias de governo.

A oposição nos diz que deve haver uma mudança, que deve haver um novo pacto (new deal). Não é a mudança que provém do desenvolvimento normal da vida nacional que eu me oponho ou que vocês se opõem, mas ao propósito de alterar o conjunto dos fundamentos de nossa vida nacional, que foram erguidos através de gerações de testes e lutas, e dos princípios sobre os quais nós construímos esta Nação.

Os 15 milhões de votos recebidos por Hoover, embora numericamente inferiores aos 22 milhões consignados a Roosevelt, já sugeriam que a idéia de um novo pacto não seria aceita passivamente ou sem ressalvas por uma parcela considerável da população e não demorou muito para que a recém instalada administração começasse a sentir, já em 1933, a força do pensamento liberal. A imprensa, definitivamente, não lhe era favorável; o Congresso Nacional era, mas, passados os primeiros meses de governo, nem mesmo a ampla maioria Democrata lhe dava certeza absoluta de apoio, como bem demonstrou a estreita margem com que o *National Industrial Recovery Act* foi aprovado no Senado. Ademais, havia a natural oposição do Partido Republicano e, afinado com ele, o pensamento conservador da Suprema Corte, que acabou por considerar inconstitucionais diversos atos voltados para a materialização do novo pacto proposto na campanha, inclusive o *National Industrial Recovery Act*, em 1935²⁰. Na campanha presidencial de 1936, quando postulou pela primeira vez a reeleição, discursando no *Madson Square Garden*, exatamente quatro anos após Hoover ter criticado a idéia de um novo pacto, Roosevelt assim respondeu a seus opositores:

²⁰ As decisões da Suprema Corte acabaram por revelar-se uma verdadeira pedra no sapato para o Presidente Roosevelt. Segundo Roy Jenkins (2005, p. 110), "no final de 1936 os juízes tinham declarado o New Deal inconstitucional em sete dos nove casos que lhes foram submetidos". Roy Jenkins (2005, p.110-112) também lembra que, no início do segundo mandato, Roosevelt tentou, mas não conseguiu, alterar a composição da Suprema Corte para criar a possibilidade de nomear juízes que vissem com bons olhos sua filosofia de governo.

Por doze anos esta nação sofreu governos do nada ouvir, nada ver, nada fazer²¹. Nove ridículos anos do bezerro de ouro e três longos anos de flagelo! Nove loucos anos de olho na fita de cotações e três longos anos na fila da comida. Nove loucos anos de miragens e três longos anos de desespero! Forças poderosas tentam trazer de volta a doutrina de que o melhor governo é o mais indiferente. [...] Nunca antes em nossa história estas forças tinham se apresentado tão unidas contra um candidato como acontece hoje. São unânimes em seu ódio contra mim – e eu recebo com alegria esse ódio. Gostaria que se dissesse de meu primeiro governo que, nele, as forças do egoísmo e da cobiça de poder encontraram um adversário à altura. Gostaria que se dissesse de meu segundo governo que, nele, estas forças encontraram quem as dominou. (Roosevelt apud Jenkins, 2005, p.106)²²

Apesar de vistas com desconfiança por parte considerável da sociedade norte-americana, as ações governamentais implementadas dentro da filosofia do *New Deal* foram relativamente tímidas e muitos comentaristas de história econômica afirmam que foram os gastos de guerra, e não essas ações, que tiraram a economia norte-americana da Grande Depressão. Jonathan Alter (2007, p.78) observa que "frentes de trabalho, estabilização de preços agrícolas, reestruturação bancária e até um pouco de assistência federal foram iniciadas na administração Hoover" e lembra que Rexford Tugwell, anos após ter dirigido a *Farm Security Administration*, chegou a comentar que "praticamente todo o New Deal foi extrapolado de programas que Hoover iniciou" (Tugwell apud Alter, 2007, p.78). Mas Alter (2007, p.78) observa também que o apego do Presidente Hoover ao liberalismo tornou suas iniciativas econômicas excessivamente diminutas. Para ir além, mesmo que timidamente, era

²¹ Roosevelt refere-se aos doze anos de governo do Partido Republicano após a I Guerra Mundial. Depois do Democrata Woodrow Wilson, ocuparam o posto de Presidente os Republicanos Warren G. Harding (1921-1923), Calvin Coolidge (1923-1929) e Herbert Hoover (1929-1933).

²² A íntegra do discurso do Presidente Franklin Delano Roosevelt no *Madson Square Garden*, em 31 de outubro de 1936, está disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=15219>.

necessária uma mudança na forma de pensar, uma mudança ideológica, ainda que igualmente tímida.

E não era apenas o conservadorismo liberal que tornava essa mudança ideológica desafiadora. Em 1933, ano em que Roosevelt assumiu a presidência, Hitler alcançou o poder na Alemanha e começou a abrir seu saco de maldades e canalhices; os primeiros doze meses de governo nazista incluíram, entre outras coisas, fechamento de sindicatos, prisão de adversários políticos, organização de campos de concentração, suspensão de garantias individuais, estatização das negociações entre trabalhadores e empresas, queima de livros e esterilização de pessoas consideradas doentes. Nesse mesmo ano, 1933, *The Riverside Press*, uma divisão da *Houghton Mifflin Company*, publicou nos Estados Unidos uma edição resumida de *Minha Luta*, considerada obra central do nazismo. Em meados de 1934 Hitler já governava com poderes absolutos e o caráter totalitário e antiliberal do nazismo já era claro na vida política e também na economia alemã, que passava a ser marcada por forte presença do Estado, tanto regulamentando a atividade econômica (inclusive as relações de trabalho) quanto expandindo os gastos públicos.

Além do nazismo, o comunismo soviético também buscava espaço na opinião pública norte-americana e causava apreensão nos liberais. Em 1931, a mesma *Riverside Press* publicou nos Estados Unidos o livro *New Russia's Primer: The Story of The Five-Year Plan*, escrito pelo engenheiro M. Ilin e utilizado nas escolas soviéticas para que crianças de doze a catorze anos aprendessem sobre o *I Plano Qüinqüenal* (1928-1932). No segundo capítulo, denominado *Dois Países*, o autor procura demonstrar que a economia norte-americana, muito mais rica e industrializada que a soviética, é marcada pelo desperdício econômico, pois não tem planejamento, e procura demonstrar também que o planejamento econômico é a melhor forma de organizar a economia e fazê-la funcionar em benefício dos trabalhadores; os capítulos seguintes são dedicados aos resultados econômicos obtidos com a execução do I Plano Qüinqüenal.

A presença de nazistas e comunistas na arena política norte-americana, ainda que numericamente pouco expressiva, aguçava ainda mais as desconfianças do liberalismo conservador para com o *New Deal* e, mesmo que tímidas, as ações da administração Roosevelt na área econômica foram aceitas a contragosto por uma

parcela considerável da sociedade. Paradoxalmente, foi essa desconfiança e essa aceitação contrariada que acabaram por colocar na presidência o grande arauto do desenvolvimentismo, Harry S. Truman.

2.3 O Desenvolvimentismo

Em 1944, apesar do peso da idade e da saúde debilitada já se fazerem notar, Roosevelt decidiu disputar pela quarta vez a Presidência; entre os próprios correligionários era grande o número de pessoas que consideravam bastante provável que, assumindo a Presidência pela quarta vez, Roosevelt não chegasse ao fim do mandato. Nas eleições de 1932, 1936 e 1940 seu companheiro de chapa havia sido Henry A. Wallace, que desde 1933 ocupava o cargo de Vice-Presidente. Wallace era um entusiasta do *New Deal* e muitos democratas conservadores dos Estados do sul, contrários à expansão da autoridade do governo federal, não gostavam da idéia de vê-lo sentado na cadeira presidencial. Para evitar conflitos no seio do próprio Partido Democrata, Roosevelt decidiu disputar a eleição de 1944 tendo o Senador Harry Truman, do Estado do Missouri, como companheiro de chapa.

Em 20 de janeiro de 1945 Roosevelt assumiu pela quarta vez consecutiva o cargo de Presidente; no seu discurso de posse, excepcionalmente curto, a paz foi o tema dominante. A II Guerra Mundial estava próxima do fim e, tanto na Europa quanto no Pacífico, a vitória era uma questão de tempo. A Grande Depressão agora era passado e a preocupação fundamental no novo mandato eram as alianças internacionais que poderiam garantir uma paz duradoura. Mas Roosevelt não viveria o bastante para ver o fim da guerra. No início de fevereiro ele compareceu a seu último compromisso internacional, a *Conferência de Yalta*, onde ele, Churchill e Stalin discutiram a reorganização política e territorial da Europa no pós-guerra. Robert Dallek (2008, p.17) observa que, na ocasião, Lord Moran, médico de Churchill, teria comentado que, a julgar pela palidez, perda de peso, tremor nas mãos e fala vagarosa, Roosevelt tinha apenas mais alguns meses de vida.

Roosevelt faleceu em 12 de abril de 1945, dois meses após a *Conferência de Yalta* e menos de três meses após assumir pela quarta vez a Presidência dos Estados Unidos. Em seu lugar foi empossado o Vice-Presidente Truman. Quatro

dias após o juramento presidencial, Truman fez um pronunciamento transmitido nacionalmente (via rádio) e se comprometeu a seguir o objetivo fixado por Roosevelt de rendição incondicional dos inimigos. Nesse e em outros atos, o novo Presidente dava mostras de compromisso com a continuidade administrativa e, assim, buscava tranquilizar a opinião pública. O objetivo da rendição incondicional não tardou a ser alcançado na Europa: em 27 de abril Mussolini tentou abandonar a Itália e fugir para a Suíça, mas foi morto pela guerrilha oposicionista; três dias depois, diante da aproximação das tropas soviéticas, Hitler cometeu suicídio em Berlim e abriu caminho para a rendição incondicional da Alemanha, assinada em 7 de maio. A rendição do Império do Japão, por sua vez, foi, por assim dizer, a prova de fogo para Truman, que, além de negociar pessoalmente com Stálin uma participação soviética na ofensiva contra os japoneses, tomou a decisão de utilizar bombas atômicas para abreviar o conflito, insistindo, até o final, na rendição incondicional, obtida em 13 de agosto.

Após a guerra, a política externa continuou a ser a principal preocupação norte-americana, apesar de questões internas, como greves, inflação e segregação racial, também terem sido enfrentadas pela administração Truman. Em conjunto com França e Inglaterra, os Estados Unidos defendiam a tese de que os países libertos do jugo nazista, como a Polônia, deveriam se organizar na forma de democracias representativas liberais; em contraposição, os soviéticos defendiam que um grupo de países deveria permanecer sob sua influência direta e implantar um outro modelo de organização política, além de adotar a planificação em substituição à economia de mercado. Os países do leste europeu, assim como metade da Alemanha, ocupados pelo exército soviético na sua ofensiva sobre Berlim, acabaram desenvolvendo modelos de organização política e econômica endossados pelos comunistas de Moscou, enquanto a Europa Ocidental procurou se reestruturar nos moldes do liberalismo político e econômico. As desconfianças entre norte-americanos e soviéticos eram mútuas: os soviéticos achavam que os norte-americanos apenas aguardavam o melhor momento para atacá-los militarmente e, assim, pôr fim à experiência comunista; os norte-americanos, por sua vez, consideravam bastante provável que, em nome da expansão do comunismo, os soviéticos viessem a atacá-los. Tanto soviéticos quanto norte-americanos consideravam que, quanto mais

países estivessem alinhados com suas respectivas filosofias, menor seria o risco de sofrer uma agressão militar do adversário.

Em 12 de março de 1947, precedendo a uma sessão conjunta do Congresso, Truman dirigiu-se a Deputados e Senadores num discurso onde recomendava a concessão de ajuda econômica a Grécia e Turquia²³. Sua preocupação clara era a possibilidade desses dois países passarem para o grupo de aliados da União Soviética²⁴. Segundo ele, existiam dois modos de vida alternativos e, naquele momento, praticamente todos os países estavam a decidir que caminho seguir:

Um modo de vida é baseado na vontade da maioria e é caracterizado por instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantias de liberdade individual, liberdade de expressão e religião e liberdade contra a opressão política.

O segundo modo de vida é baseado na vontade da minoria imposta pela força sobre a maioria. Repousa sobre o terror e a opressão, imprensa e rádio controlados, eleições rígidas e a supressão de liberdades pessoais. (Truman, 1947, n.p.)

Cabe destacar que os soviéticos de modo algum se consideravam opressores, contrários à liberdade de expressão ou antidemocráticos; eram os norte-americanos e seus aliados que os qualificavam dessa forma. Para os soviéticos, era o seu regime político, e não o norte-americano, que representava a verdadeira democracia. No livro *A Democracia Soviética na Etapa do Socialismo Desenvolvido*, por exemplo, publicado na década de 1980, o autor soviético I. Rojco não apenas exalta as virtudes da *democracia socialista* praticada em seu país como condena a democracia dos países capitalistas, a *democracia burguesa*, que, por coexistir com a propriedade privada dos meios de produção, está voltada fundamentalmente para a reprodução da dominação econômica exercida pelos capitalistas sobre os trabalhadores.

²³ A íntegra do discurso, assim como diversos outros documentos relacionados a Truman, está disponível na *web page* do *Harry S. Truman Library & Museum* (www.trumanlibrary.org).

²⁴ Note-se que no discurso, assim como em muitos outros discursos e documentos, a União Soviética e seus aliados não são citados nominalmente, mas apenas indiretamente, como, por exemplo, através de referências ao *comunismo* e a *regimes totalitários*.

Em seu discurso perante o Congresso, além de qualificar o comunismo de regime totalitário, Truman afirmava sua convicção de que os Estados Unidos deveriam apoiar economicamente aqueles que estivessem dispostos a lutar pela manutenção da democracia (i.e. pela manutenção do modelo liberal de democracia). Nascia a *Doutrina Truman*, exposta pela primeira vez nestes termos:

Eu acredito que deve ser uma política dos Estados Unidos dar suporte a povos livres que estão resistindo a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas.

Eu acredito que nos devemos assistir aos povos livres a construir seus próprios destinos, dos seus próprios modos.

Eu acredito que nosso socorro deva ser primariamente através de ajuda econômica e financeira, que é essencial para a estabilidade econômica e processos políticos ordeiros.
(Truman, 1947, n.p.)

Em consonância com a *Doutrina Truman*, em 1947 o Departamento de Estado²⁵ norte-americano idealizou o *Plano de Recuperação Européia* (*European Recovery Plan*), que acabou por ficar conhecido com *Plano Marshall*, em alusão ao Secretário de Estado George C. Marshall. O plano previa ajuda econômica para os países europeus e tinha a intenção de diminuir ou mesmo neutralizar a influência política soviética. Num jogo de cena diplomático, até a União Soviética foi convidada a entrar no rol de beneficiados do plano, mas recusou o convite, assim como seus aliados do leste europeu. A rejeição dos soviéticos e seus aliados já era esperada pela administração Truman, que sabia ser impossível aprovar a ajuda no Congresso caso ela se estendesse também para os países alinhados com a filosofia comunista. Como observa Robert Dallek (2008, p.61), "era um plano para proteger uma Europa Ocidental instável da subversão comunista". Como também observa Dallek (2008, p.61),

No final, o plano funcionaria tão bem que apenas US\$ 13 bilhões dos US\$ 16,5 bilhões [previstos] foram necessários para ajudar a restaurar os padrões de vida na Europa

²⁵ O Departamento de Estado norte-americano é o equivalente ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil.

Ocidental, o que enfraqueceu os partidos comunistas e fez da Europa o maior parceiro comercial dos Estados Unidos.

Para a execução do plano foi criada uma agência governamental denominada *Economic Cooperation Administration*, que tinha escritórios em todos os países beneficiados e funcionou de 1948 a 1951. Não é mera coincidência a criação de uma agência governamental nos moldes daquelas que foram criadas durante a Grande Depressão; o *New Deal* havia proporcionado anos de atuação governamental na área econômica e, assim, contribuído para um acúmulo de experiência técnica até então inexistente; a administração Truman acreditava que essa experiência era necessária para uma eficaz e eficiente aplicação dos recursos destinados à Europa. No discurso em que solicitava ao Congresso que autorizasse envio de ajuda econômica à Grécia, o Presidente já havia deixado claro que o governo norte-americano deveria fazer mais que simplesmente disponibilizar recursos aos aliados:

*O governo grego também solicitou a **assistência de experientes administradores, economistas e técnicos americanos**, para assegurar que a ajuda, financeira ou qualquer outra, destinada à Grécia seja efetivamente utilizada na criação de uma economia estável e auto-sustentável e na melhoria da sua administração pública.*

[...]

É de fundamental importância que nós supervisionemos a utilização de qualquer recurso disponibilizado à Grécia, de modo que cada dólar gasto contribua para tornar a Grécia auto-sustentável e ajude a construir uma economia em que uma democracia saudável possa florescer. (Truman, 1947, n.p. - grifos nossos)

Contrariando os anseios do Partido Republicano de voltar à presidência, as previsões dos institutos de pesquisa e até o pessimismo de muitos militantes do Partido Democrata, Truman venceu as eleições de 1948 e, em 20 de janeiro de 1949, foi empossado para mais quatro anos de governo. Nessa ocasião, pronunciou

perante o Congresso o discurso que, como observa Viola (2000, p.13), é considerado por muitos autores o marco fundador do desenvolvimentismo²⁶. De início, o Presidente expressou novamente o entendimento de que o mundo estava dividido entre a democracia e o comunismo, que classifica de "falsa filosofia que diz oferecer liberdade, segurança e maior oportunidade para a humanidade"²⁷. Segundo Truman (1949, n.p.),

O comunismo é baseado na crença de que o homem é tão fraco e insuficiente que é incapaz de governar a si mesmo, de modo que precisa de poderosos mestres para governá-lo.

A democracia é baseada na convicção que o homem tem capacidade moral e intelectual, assim como o direito inalienável, de governar a si mesmo com razão e justiça.

O comunismo sujeita o indivíduo a prisão sem causa legal, punição sem julgamento e trabalho forçado como se fosse propriedade do Estado. Ele decreta que informação deve ser recebida, que arte deve ser produzida, que líderes devem ser seguidos e que pensamentos devem ser pensados.

A democracia sustenta que o governo é estabelecido para o benefício do indivíduo e tem a responsabilidade de proteger os direitos do indivíduo e a liberdade de o indivíduo exercitar suas habilidades.

O comunismo sustenta que as injustiças sociais só podem ser corrigidas pela violência.

A democracia provou que a justiça social pode ser alcançada através da mudança pacífica.

O comunismo defende que o mundo está tão amplamente dividido em duas classes sociais opostas que a guerra é inevitável.

²⁶ Viola (2000, p.13) comete um pequeno equívoco ao se referir ao pronunciamento de 20 de janeiro como sendo a *Mensagem sobre o Estado da União* (*State of the Union Message*), quando na verdade se trata do *Discurso de Posse* (*Inaugural Address*).

²⁷ A íntegra do discurso de posse do Presidente Harry S. Truman, pronunciado em 20 de janeiro de 1949, está disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=13282>

A democracia defende que as nações livres podem organizar as diferenças de forma justa e mantenedora da paz.

Após enfatizar a importância da atuação norte-americana na luta contra a expansão do comunismo²⁸, citando inclusive o *Plano Marshall*, Truman (1949) enumerou os quatro pontos do seu "programa pela paz e pela liberdade", a saber: 1) apoio à Organização das Nações Unidas; 2) continuação do *Plano Marshall* e outros programas de recuperação econômica; 3) fortalecimento dos países aliados contra agressões militares; 4) início de um programa de melhoria e crescimento econômico para as áreas subdesenvolvidas.

Após anunciar o ponto 4, Truman passou a detalhá-lo e, assim, produziu a primeira formulação do desenvolvimentismo. Logo no início desse detalhamento, fica claro que a *pobreza* é o que caracteriza as *áreas subdesenvolvidas* a que o Presidente faz alusão. Segundo ele,

*Mais da metade das pessoas no mundo vivem em condições próximas à da miséria. Sua alimentação é inadequada. São vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua **pobreza** é um obstáculo e uma ameaça, tanto para elas quanto para áreas mais prósperas. (Truman, 1949, n.p. - grifo nosso)*

Observe-se que, para Truman, a *pobreza* deve ser combatida não apenas porque impõe severas condições de vida às pessoas, mas também porque é uma ameaça; para ele, a *pobreza* torna as pessoas mais propensas a aderir ao comunismo. Também fica clara nas palavras de Truman a idéia de que é o fraco desempenho da economia, "primitiva e estagnada", que gera as "condições [de vida] próximas à da miséria" que caracterizam as *áreas subdesenvolvidas*. No ideário desenvolvimentista não há espaço para associar condições de vida precárias à má distribuição do produto, como faz o marxismo; em nenhum momento do seu discurso Truman faz referência à desigualdade econômica dentro de um país ou região.

Os objetivos do programa anunciado no célebre ponto 4 também foram explicitados pelo Presidente em seu discurso de posse:

²⁸ Como de praxe, nenhum país é citado no discurso, nem mesmo a União Soviética.

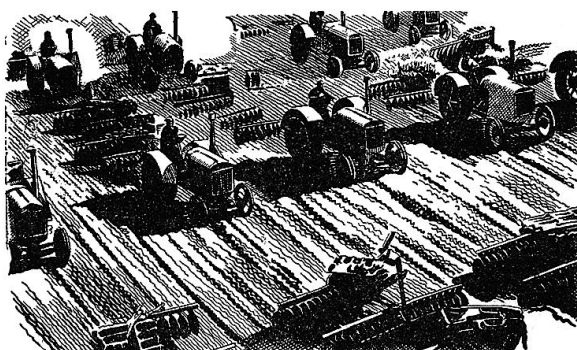
Nosso objetivo deve ser ajudar os povos livres do mundo a, através dos seus próprios esforços, produzir mais comida, mais roupas, mais materiais para habitação e mais força mecânica para aliviar suas cargas.

[...]

...esse programa pode elevar enormemente a atividade industrial em outras nações e pode nelas aumentar substancialmente o padrão de vida (Truman, 1949, n.p.)

Ao descrever os objetivos a serem alcançados com o programa proposto, Truman se limita a reproduzir a visão de progresso que era corrente em boa parte do mundo, inclusive nos países comunistas. A visão de desenvolvimento expressa por Truman não difere, por exemplo, daquela que está presente no já citado livro *New Russia's Primer*, do engenheiro soviético M. Ilin. Se Truman (1949) fala em produzir mais comida, Ilin (1931, p.115) apresenta tratores como exemplo da modernização da agricultura soviética, em contraposição ao trabalho manual (Gravuras 1 e 2). Se Truman quer elevar a atividade industrial, Ilin (1931, p.127) revela o projeto de uma fábrica integrada a uma estação ferroviária (Gravura 3). Se Truman (1949) faz alusão à geração de mais força mecânica, Ilin (1931, p.31) mostra uma escavadeira (Gravura 4). A associação entre desenvolvimento e industrialização e mecanização é clara tanto no discurso de Truman quanto no texto do engenheiro soviético; ambos partilham a mesma noção de desenvolvimento, o que pode ser demonstrado em diversos casos.

Gravura 1

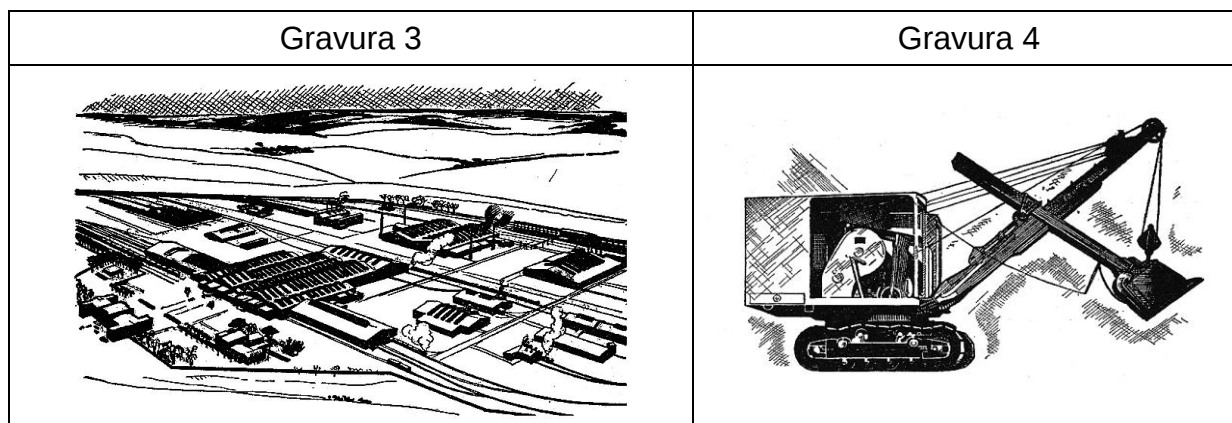


Reproduzido de Ilin, 1931, p.115.

Gravura 2



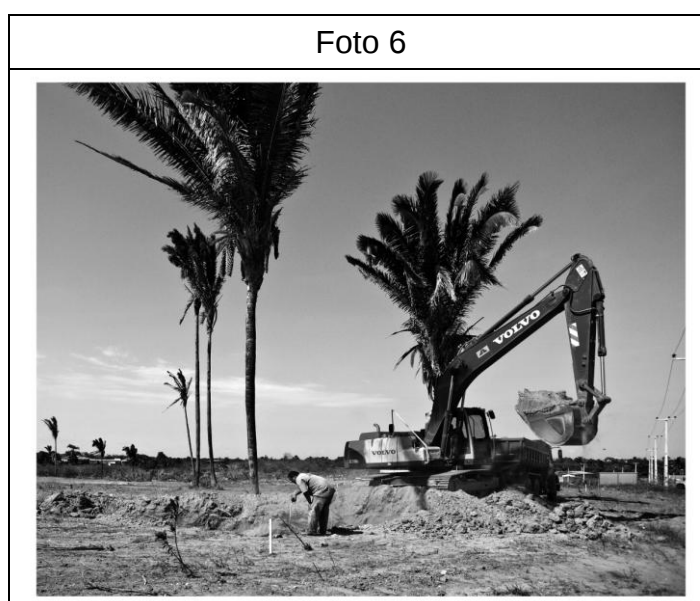
Reproduzido de Ilin, 1931, p.105.



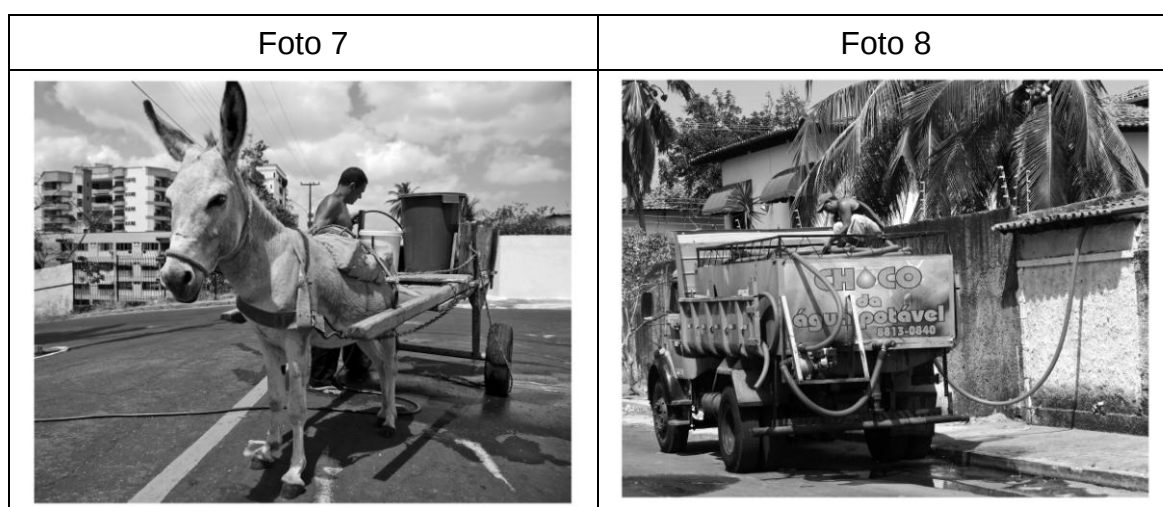
Reproduzido de Ilin, 1931, p.127.

Reproduzido de Ilin, 1931, p.31.

No exemplo da escavadeira pode-se perceber facilmente como a mecanização de tarefas, própria da industrialização, pode multiplicar sobremaneira a produtividade de trabalho e, assim, fazer com que um trabalhador produza muito mais do que conseguiria sem o auxílio da máquina. A foto 6 mostra uma escavadeira em ação. Operada por um único trabalhador, ela retira uma enorme quantidade de terra do solo e a deposita em um caminhão-caçamba, também operado por um único homem; um terceiro trabalhador mede a profundidade da vala já escavada. Apenas três trabalhadores, por estarem auxiliados por máquinas, realizam uma tarefa que, sem elas, teria que ser realizada de forma muito mais demorada por dezenas de trabalhadores.



A comparação entre as fotos 7 e 8 também permite perceber facilmente como a utilização de máquinas pode multiplicar a produtividade do trabalho. Na foto 7 o transporte de água é feito em baldes colocados sobre uma carroça, na foto 8 o meio de transporte é um caminhão-pipa. Nos dois casos, um único trabalhador é responsável pelo transporte, mas aquele que opera o caminhão consegue carregar uma quantidade bem maior de água. O caminhão, diria Truman, gera mais força mecânica e, assim, alivia mais o peso da carga. O caminhão significa desenvolvimento, a carroça denuncia subdesenvolvimento.



Embora critique diversos aspectos da economia dos Estados Unidos (o desperdício de produtos, o desemprego e a submissão dos trabalhadores aos interesses dos capitalistas), o soviético M. Ilin deixa transparecer todo um encanto pelas conquistas econômicas norte-americanas, que seu país desejava alcançar através do planejamento central da economia:

*A América [do Norte] tem muitas **fábricas** grandes, muito mais do que nós temos. Essas fábricas produzem quatro **automóveis** por minuto; lá, há **prédios** de sessenta andares de altura; lá, em um dia uma enorme **ponte** de aço foi construída recentemente; lá, um milhão de **tratores** trabalham no campo. (Ilin, 1931, p.5-6 – grifos nossos)*

Fábricas, automóveis, prédios, pontes, tratores são alguns dos muitos ícones do progresso industrial. Algumas dessas *imagens do moderno* foram objeto do olhar atento que a fotógrafa e socióloga Valdenira Barros (2001) lançou sobre a cidade de São Luís. Entre os elementos que, ao longo dos anos, foram vistos pela

população ludovicense como indicadores de progresso, ela cita as fábricas têxteis, o Edifício Caiçara, a Avenida Getúlio Vargas e a Ponte do São Francisco. A foto 9 permite observar parcialmente alguns dos símbolos de desenvolvimento acumulados pela cidade de São Luís ao longo de décadas. Do lado direito, a Ponte do São Francisco, inaugurada em 1970, cuja extensão está marcada pela linha pontilhada formada pela iluminação decorativa. Também à direita, pode-se ver a silhueta do Edifício João Goulart, erguido pela mesma empresa responsável pela construção do Edifício Caiçara (que não aparece na foto). À esquerda, um outro prédio se destaca, o Edifício BEM, que, a exemplo dos Edifícios Caiçara e João Goulart, foi construído no início da década de 1960, tendo servido de sede para o Banco do Estado do Maranhão de 1963 até 2004. Ao lado do Edifício BEM, quase ao centro da foto, um corredor iluminado parece cortar a cidade ao meio: é a Rua do Egito, cuja largura foi triplicada no final da década de 1930, como parte das obras de modernização da cidade que culminaram com a abertura da Avenida Getúlio Vargas. Em diferentes momentos da história, esses elementos foram vistos pela população como sinais de desenvolvimento da cidade.

Foto 9



Ao detalhar os objetivos do *Programa do Ponto Quatro*²⁹, o Presidente Truman apenas reproduziu a noção de progresso que era corrente em sua época, que estava nas mentes de norte-americanos, soviéticos, brasileiros... Mas ele inovou

²⁹ Embora Truman (1949) fale em um "programa de melhoria e crescimento econômico para as áreas subdesenvolvidas", que seria o quarto item seu "programa pela paz e pela liberdade", adquiriu uso corrente a expressão *Programa do Ponto Quatro* ou, simplesmente, *Ponto Quatro*.

radicalmente o pensamento econômico norte-americano ao propor um programa de ajuda para os países que desejassem superar a pobreza. Para os norte-americanos, o crescimento econômico surgia como consequência natural da expansão dos empreendimentos privados, dotados de acentuado dinamismo em sociedades que preservam a liberdade econômica. Embora a Grande Depressão tivesse deixado claro que o funcionamento do livre mercado não poderia prescindir de ações corretivas do governo, as ações implementadas sob a inspiração do *New Deal* sempre foram vistas como medidas de recuperação da economia e não de crescimento econômico; a mesma observação se aplica ao *Plano Marshall* e outros programas de ajuda a países devastados pela guerra: tinham o objetivo de recuperar a economia, não de transformá-la. A crença na livre iniciativa como força propulsora da economia permanecia intocada na sociedade norte-americana (e em boa parte do mundo) e propor ações governamentais voltadas para o crescimento econômico era, sem dúvida, desafiá-la. Ademais, a idéia de que, em muitos países, o governo poderia ser o agente central do processo de crescimento econômico e superação da pobreza estava muito mais próxima do comunismo soviético que do sesquicentenário liberalismo norte-americano. Gustavo Esteva (1992, p.6-7) comenta que o desenvolvimentismo é "uma proposição política e filosófica de Marx, empacotada ao estilo americano como um combate contra o comunismo e a serviço do desígnio hegemônico dos Estados Unidos". Mas é necessário enfatizar que a atuação governamental propugnada por Truman (1949) não substituiria a iniciativa privada ou o livre mercado; ao detalhar o *Ponto Quatro* ele fala em "estimular investimentos de capital em áreas que precisam de desenvolvimento" e faz referência explícita ao capital privado como uma das forças a impulsionar o aumento da atividade industrial e a elevação do padrão de vida. A esse respeito, Esteva (1992, p.9) comenta que Truman transferiu o papel de agente transformador "dos comunistas e do proletariado para os especialistas e o capital." No discurso de posse, o Presidente expressou, nas seguintes palavras, sua confiança na capacidade técnica e tecnológica dos norte-americanos para livrar milhões de pessoas da pobreza:

*Pela primeira vez na história, a humanidade possui o **conhecimento** e a **habilidade** para aliviar o sofrimento dessas pessoas.*

*Os Estados Unidos são preeminentes entre as nações em desenvolvimento de **técnicas científicas e industriais**. Os recursos materiais que nós podemos fornecer para a assistência a outros povos são limitados. Mas nossos imponderáveis recursos em **conhecimento técnico** estão em constante crescimento e são inexauríveis.*

[...]

*Uma maior produção é a chave para a prosperidade e a paz. E a chave para uma maior produção é a aplicação mais ampla e mais vigorosa do moderno **conhecimento científico e tecnológico**. (Truman, 1949, n.p. – grifos nossos)*

Em 5 de junho de 1950 o Presidente Truman assinou o *Economic Assistance Act*, que continha, entre outras coisas, a autorização legislativa para a implementação do *Ponto Quatro* através da *Technical Cooperation Administration*, mais uma agência governamental a atuar na área econômica. Ela existiu até 1953, quando o governo norte-americano unificou todas as agências de assistência econômica internacional, criando a *Foreign Operations Administration*, que, em 1961, ao ser fundida com a *International Cooperation Administration*, deu origem à *United States Agency for International Development (USAID)*, ainda existente.

No Brasil, a execução do *Ponto Quatro* teve como consequência direta a formação da *Comissão Mista Brasil Estados-Unidos (CMBEU)*, que funcionou de 1951 a 1953, produziu um estudo sobre a economia brasileira, estabeleceu um plano de investimentos e contribuiu decisivamente para a fundação do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)*, em 1952. Não foi a primeira vez que o governo norte-americano enviou profissionais para ajudar o governo brasileiro a estudar a economia nacional e definir que ações deveriam ser implementadas para incentivar o seu crescimento; a Missão Taub (1942), a Missão Cooke (1943) e a Missão Abbink (1948) são freqüentemente citadas como antecessoras da CMBEU. Esse é um detalhe particularmente instigante, pois permite lembrar que a idéia de uma atuação desenvolvimentista do governo, sem romper com o caráter capitalista da economia, é anterior ao célebre discurso de posse do Presidente Truman. Muitos outros fatos podem ser citados como exemplo: de 1944 a 1946, Roberto Simonsen e Eugenio Gudín travaram um fértil e público debate sobre a atuação do governo no

processo de industrialização da economia brasileira; em 1945, empresários de todo o país, reunidos na *Conferência de Teresópolis*, defenderam a adoção do planejamento para acelerar o crescimento da economia nacional; a Constituição do Brasil promulgada em 1946 previa a atuação do governo no desenvolvimento do potencial econômico da Amazônia e do Rio São Francisco; em 1948, o governo brasileiro enviou ao Congresso o Plano SALTE, no mesmo ano tramitou na Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão o Plano SETA, dedicado ao desenvolvimento da produção agrícola maranhense. Também são anteriores ao discurso de Truman a abertura, em 1946, do *Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento*, mais conhecido como *Banco Mundial*, e a criação da *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL), em 1948.

Em 1949, quando Truman tomou posse para mais quatro anos de presidência, o pensamento liberal já não era a construção monolítica desafiada por Roosevelt mais de quinze anos antes; a proposta do *Ponto Quatro*, muito mais radical e enfática que a vaga alusão a um novo pacto, não mereceu grande atenção da oposição, assim como passou despercebida pelo biógrafo Robert Dallek (2008), que não lhe faz qualquer referência. Algo similar aconteceu cinco anos antes, por ocasião da conferência de Bretton Woods, quando a proposta inglesa para formação de um *Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento* foi aprovada sem maiores entraves. O *Ponto Quatro* não representou um início, mas uma declaração de apoio político ao desenvolvimentismo; ele não apenas contribuiu para o fortalecimento de instituições como o *Banco Mundial* e a *CEPAL*, mas também influenciou direta e indiretamente a criação de outras, como por exemplo, no Brasil, o *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico* (BNDE). Foi como se Truman tivesse proclamado o empresário Roberto Simonsen vencedor, no famoso debate que travou com o liberal Eugenio Gudín.

2.4 A Afirmação das Políticas Públicas de Caráter Desenvolvimentista, a Atuação do Banco Mundial e o Surgimento do Microcrédito

Do ponto de vista da técnica de planejamento econômico, a principal contribuição norte-americana ao desenvolvimentismo é a experiência da *Tennessee Valley Authority* (TVA). Ainda hoje, a TVA é citada e estudada como exemplo bem sucedido de planejamento do desenvolvimento econômico regional. Criada sob a

filosofia do *New Deal*, logo no início da administração Roosevelt³⁰, ela atravessou incólume o embate ideológico da década de 1930. O seu ato constitutivo, assinado em 1933, fazia referência explícita ao objetivo de criar condições para o "desenvolvimento agrícola e industrial" do vale do Rio Tennessee. A atuação da TVA na década de 1930 é assim descrita em seu material de divulgação institucional:

*Mesmo para os padrões da Depressão, o Vale do Tennessee encontrava-se numa triste condição em 1933. Grande parte da terra havia sido duramente explorada por muito tempo, erodindo e empobrecendo o solo. As safras haviam diminuído e com elas a renda dos agricultores. A melhor madeira havia sido cortada. A TVA desenvolveu fertilizantes, ensinou agricultores a aumentar a produção, ajudou o replantio de florestas e o controle de incêndios florestais e melhorou o habitat da vida selvagem e dos peixes. A mudança mais radical na vida do Vale veio com a eletricidade gerada pelas **barragens da TVA**. Luz elétrica e aparelhos modernos fizeram a vida mais fácil e as fazendas mais produtivas. A eletricidade também direcionou indústrias para a região, provendo os empregos tão desesperadamente procurados. (TVA, 2008 – Grifo Nosso)*

No Brasil, a TVA serviu de modelo para a *Comissão do Vale do São Francisco* (CVSF), criada em 1948 e precursora da *Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba* (CODEVASF). Na sua página web³¹, a CODEVASF informa exultante já ter construído "330 barragens que no total possuem capacidade de acumulação de um bilhão e setecentos milhões de metros cúbicos de água" e esclarece que "a água é usada para abastecimento humano, dessedentação de animais, agricultura irrigada, piscicultura". Foi acreditando no potencial econômico gerado pelas barragens que, em 1948, o *Banco Mundial*³² concedeu seu primeiro empréstimo de cunho desenvolvimentista: US\$ 13,5 milhões

³⁰ Roosevelt tomou posse em 4 de março de 1933; a criação da *Tennessee Valley Authority* foi aprovada pelo Congresso e assinada pelo Presidente em 18 de maio do mesmo ano.

³¹ http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/barragens, acesso em 22 de janeiro de 2008.

³² As informações sobre a história e a atuação do *Banco Mundial* foram obtidas em Caufield (1996) e na página web da instituição (www.worldbank.org).

para o Chile³³, para construção de uma hidrelétrica. E não parou por aí: até 1968 a lista de países com barragens financiadas pelo *Banco* incluía "Gana, Zâmbia, Índia, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia, Iugoslávia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai, Venezuela, Iran, Iraque, Líbano, Síria, Turquia [...] Japão, Áustria, Finlândia, Islândia, Itália, Noruega, Austrália [...] Etiópia, Malawi, Nigéria, Sudão, Malásia, Singapura e Argentina" (Caufield, 1996, p.73-74).

O *Banco Mundial* é uma instituição multilateral que conta hoje com 185 países membros. A maior parte dos recursos emprestados por ele provém da emissão de títulos no mercado financeiro, por isso, é essencial para a sua sobrevivência que tanto os empréstimos concedidos quanto os respectivos juros incidentes sejam pagos pelos países tomadores de empréstimo. Os juros pagos servem para remunerar os investidores que compraram os títulos e para manter toda a estrutura administrativa da instituição. O *Banco* também recebe aportes periódicos dos países membros, mas utiliza esses recursos em operações de crédito que não geram retorno financeiro. Oficialmente, o *Banco* é composto por duas instituições: o *Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento*, instalado em 1945, que é responsável pelas captações de recursos no mercado financeiro e pelos empréstimos a juros, e a *Associação Internacional de Desenvolvimento*, instalada em 1960, que trabalha com os recursos repassados pelos países membros e com os empréstimos concedidos sem cobrança de juros. Pode-se dizer que, na prática, o *Banco Mundial* é uma única instituição financeira³⁴ que trabalha com duas linhas de crédito, uma com o tradicional perfil bancário e outra com perfil social, que não gera retorno financeiro. Obviamente, existem diversas exigências para que um tomador de empréstimo tenha acesso à linha de crédito de perfil social.

Até a década de 1970 a atuação do *Banco Mundial* foi dominada pelo financiamento de grandes obras de infra-estrutura econômica, máquinas e algumas

³³ Antes desse empréstimo, o *Banco Mundial* havia concedido quatro outros, para França, Dinamarca, Holanda e Luxemburgo, num total de US\$ 497 milhões, como parte do esforço de reconstrução européia.

³⁴ É importante não confundir o *Banco Mundial* (*World Bank*), com o *World Bank Group*, que é formado pelo *Banco Mundial* e mais três outras instituições autônomas, a saber: a *International Finance Corporation*, a *Multilateral Guarantee Investment Agency* e o *International Centre for Settlement of Investment Disputes*.

instalações industriais; além de barragens, o *Banco* financiou ferrovias, rodovias, siderúrgicas, termoeletricas, oleodutos... Essa linha de atuação não foi propriamente uma escolha dos diretores do *Banco Mundial*, mas o resultado da interação de vários fatores. Em primeiro lugar, o antecedente histórico da *Tennessee Valley Authority*, que contribuiu para fazer das grandes obras de infra-estrutura, em particular a construção de barragens, "a forma mais popular de desenvolvimento em todo o mundo" (Caufield, 1996, p.73). Em segundo lugar, a idéia corrente de que *desenvolvimento* é sinônimo de fábricas, prédios, rodovias, máquinas... Como diz Catherine Caufield (1996, p.73), "o aço e as turbinas de uma única barragem declaram muito mais espetacularmente que um país entrou na era moderna que qualquer quantidade de escolas ou bombas d'água em comunidades rurais". Em terceiro lugar, o fato de o *Banco Mundial* ter sido concebido para atuar especificamente como agente financiador de grandes empreendimentos e grandes obras. É oportuno lembrar que, em 1944, quando a proposta de criação do *Banco* estava sendo discutida em Bretton Woods, a preocupação maior não era sequer com o desenvolvimento econômico, mas sim com a reconstrução dos países devastados pela guerra.

Outra preocupação expressada nos debates de 1944 dizia respeito à destinação que os tomadores de empréstimo dariam ao dinheiro recebido. Segundo Katherine Caufield, John Maynard Keynes em pessoa pronunciou-se sobre a questão, acentuando a necessidade de conceder empréstimos "apenas para propósitos específicos e de modos específicos, após a devida análise de especialistas e técnicos, de modo que haja salvaguardas contra desperdícios e gastos extravagantes" (Keynes *apud* Caufield, 1996, p.43). Para que a *análise de especialistas e técnicos* mencionada por Lord Keynes possa concretizar-se, o *Banco* exige que a utilização do empréstimo solicitado seja descrita em um projeto de investimento que não apenas explicita os custos orçados, mas também contenha informações detalhadas sobre objetivos almejados, benefícios previstos, capacidade de pagamento... O projeto, em outras palavras, deve não apenas explicar como será gasto o dinheiro do empréstimo, mas também demonstrar a sua viabilidade econômica e explicitar de que forma os benefícios gerados justificam os custos incorridos.

Após iniciar suas atividades, em janeiro de 1946, o *Banco Mundial* passou por um período de incertezas e hesitações, mas na década de 1950 já havia se afirmado como a principal instituição de fomento ao desenvolvimento econômico no cenário internacional. O papel proeminente foi uma decorrência natural dos bilhões de dólares que ele tinha disponível para financiar projetos mundo afora. Mas a própria análise dos projetos acabaria por envolver o *Banco* em outras atividades e já nos primeiros empréstimos ficou claro que o *Banco* não seria apenas financiador do processo de desenvolvimento. Em 1948, em meio à análise do projeto de uma hidrelétrica, uma missão foi enviada ao Chile e, além de aprovar o empréstimo solicitado, sugeriu um outro, para importação de máquinas agrícolas, que também acabaria sendo concedido. A missão verificou que o Chile gastava boa parte de suas divisas com a importação de alimentos e entendeu que a mecanização era a melhor forma de aumentar a produção agrícola. Em 1949, a Colômbia solicitou ao *Banco* ajuda técnica para desenvolver um plano de desenvolvimento econômico; um grupo de 14 pessoas foi enviado a Bogotá e produziu um estudo sobre a economia colombiana e um plano de investimentos governamentais a ser executado ao longo de cinco anos. Para a execução do plano, o *Banco* sugeriu, e ajudou o governo a implantar, um *Conselho Nacional de Planejamento* e inúmeras agências regionais de desenvolvimento. No início da década de 1950, a Colômbia era um dos maiores clientes do *Banco Mundial* e serviu de modelo para sua atuação em outros países:

a experiência colombiana foi considerada um sucesso e o Banco enviou missões similares para duas dúzias de outros países, incluindo Turquia, Nicarágua, Cuba, Iraque, Jamaica, Líbia e Uganda. Esses e outros tomadores de empréstimo foram encorajados a seguir – e em geral seguiram – o exemplo da Colômbia em criar uma autoridade nacional de planejamento e agências quase independentes para cada aspecto da economia, de rodovias a agricultura ou mineração. Na verdade, no início da década de 1970, mais de metade dos empréstimos estavam direcionados para agências autônomas que o Banco havia ajudado a estabelecer em diversos países. (Caufield, 1996, p.60)

Através da sua atuação o *Banco Mundial* acabou por criar um padrão para a atuação desenvolvimentista, tanto no que se refere ao tipo de ação implementada – ênfase em grandes obras de infra-estrutura, mecanização e indústrias – quanto ao aparato institucional utilizado para implementar essas ações – bancos de desenvolvimento, órgãos de planejamento e agências autônomas, especializadas setorial e espacialmente. Mais ainda, o *Banco Mundial* converteu-se em fonte de conhecimento empírico e teórico sobre o desenvolvimento e passou a ser visto como uma instituição de vanguarda; o *Banco* coleta e divulga estatísticas, produz estudos, publica e apóia a publicação de livros e revistas, além de ser responsável por publicações anuais que são referência mundial, como o *World Development Report*, publicado desde 1978. Tudo isso contribuiu para transformá-lo também numa instituição de produção e difusão de conhecimento sobre o desenvolvimento e o combate à pobreza no mundo. Em outras palavras: além de financiar projetos, o banco também produz ideologia. E não é só isso, o *Banco* também funciona como instância de legitimação e consagração de teorias e políticas de desenvolvimento e combate à pobreza: ele realiza estudos, publica estudos e financia iniciativas que, desenvolvidas fora do *Banco*, acabam recebendo o aval de seus *especialistas e técnicos*. Um dos momentos decisivos do reconhecimento mundial das virtudes da política de microcrédito, por exemplo, foi a presença do fundador e diretor administrativo do *Banco Grameen*, Muhammad Yunus, na *Conferência Mundial da Fome*, organizada pelo *Banco Mundial*:

estamos em novembro de 1993, uma ocasião extremamente importante para o Grameen, porque finalmente as nossas idéias chegaram ao local sagrado dos países doadores. Fui convidado pelo presidente do Banco Mundial para falar à Conferência Mundial da Fome, na sede do Banco Mundial, em Washington D.C. (Yunus, 2003, p.26)

A experiência do *Grameen* já havia chamado a atenção do *Banco Mundial*, que em 1986 lhe ofereceu um empréstimo de 200 milhões de dólares a juros reduzidos. Yunus recusou, pois não queria a interferência de *especialistas e técnicos*. No mesmo ano, numa teleconferência organizada por ocasião do *Dia Mundial da Alimentação*, Yunus teve que reagir de forma contundente a Barber

Conable, presidente do *Banco Mundial*, que insistia em dizer que a instituição ajudava financeiramente o *Grameen*:

Nós, do banco Grameen, nunca quisemos ou aceitamos dinheiro do Banco Mundial, porque não gostamos do modo como ele realiza seus negócios. Qualquer projeto que financiam acaba sendo assumido por seus especialistas e consultores. Eles não descansam enquanto não moldam o projeto do seu modo. Não queremos intromissão no sistema que nós construímos e não aceitamos ordens que modifiquem nossa maneira de conduzir o negócio. (Yunus, 2003, p.27)

A crítica de Yunus não impediu que sete anos depois ele fosse convidado a palestrar na *Conferência Mundial da Fome*, assim como não o impediu de aceitar o convite, nem o impediu de voltar a criticar o *Banco*, dessa vez em sua própria sede. Na palestra, ele comentou:

O Banco Mundial não foi criado para acabar com a fome no mundo. Ele foi criado para ajudar o desenvolvimento. Para o Banco Mundial, desenvolvimento significa crescimento [econômico]. Ele usa toda sua habilidade para o único propósito de promover o crescimento, até que é distraído por outras questões, como fome, gênero, saúde, meio ambiente, etc. As pessoas que trabalham no Banco Mundial não são contratadas para eliminar a pobreza do mundo. (Yunus apud Counts, 2008, p.205-206).

Yunus sabia que a oportunidade de proferir uma palestra na sede do *Banco Mundial*, com ampla cobertura da imprensa internacional, era imensamente significativa. As críticas ao *Banco* não tinham o objetivo de ofender ou criar tumulto, eram simplesmente a expressão do seu pensamento, que agora se fazia ouvir na mais alta catedral do desenvolvimentismo. Em 1990 ele havia permitido que o *Banco Mundial* fizesse uma avaliação aprofundada do *Banco Grameen*; seu objetivo não era obter qualquer empréstimo ou garantia, ele buscava o reconhecimento internacional da viabilidade econômica e sustentabilidade da instituição que dirigia. Em 1995, menos de dois anos após a *Conferência Mundial da Fome*, o *Banco Mundial* voltou a oferecer empréstimo ao *Banco Grameen*, dessa feita numa

operação que envolvia o governo de Bangladesh; o *Banco Mundial* propôs ao governo um empréstimo de US\$ 175 milhões para a ampliação da oferta de microcrédito no país, mas impôs como condição que US\$ 100 milhões fossem administrados pelo *Grameen*. Apesar dos apelos do Ministro das Finanças, Yunus recusou a proposta, não apenas porque o *Grameen* não precisava do dinheiro, mas porque a imagem de independência e sustentabilidade da instituição ficaria irremediavelmente abalada. Yunus nunca subestimou o poder do *Banco Mundial*, fosse no campo econômico-financeiro, na arena política ou no confronto ideológico.

Além compreender muito bem o cenário de disputas ideológicas em que atuava, Yunus também demonstrou habilidade política para encontrar aliados da causa do microcrédito. Nos dias que antecederam a *Conferência Mundial da Fome*, ele participou de um *workshop* sobre microcrédito no Arkansas; no retorno a Washington, teve a oportunidade de conversar com William Jefferson Clinton, ex-governador do Estado, que em 1986 havia lhe solicitado ajuda na implementação de um programa de microcrédito. Em *O Banqueiro dos Pobres*, Yunus (2003, p.237-243) relata o episódio de criação do *Good Faith Fund*, uma instituição de microcrédito do Arkansas organizada nos moldes do *Grameen*, e destaca a simpatia de Bill Clinton pelo microcrédito³⁵. Na audiência com o Presidente, Yunus teceu elogios à disposição demonstrada pela USAID em contribuir para um fundo mundial de reprodução da experiência do *Banco Grameen*. A USAID, cumpre lembrar, é descendente direta do *Ponto Quatro* e, portanto, prima legítima do *Banco Mundial*, mas Yunus sabia que em 1993 ela era apenas uma das muitas agências de desenvolvimento que ficaram ofuscadas pelos bilhões de dólares do *Banco*. No plano político, a atuação de Yunus também é marcada pela virtude de não deixar que divergências se transformassem em conflitos. Na mesma audiência, ele entregou ao Presidente uma carta assinada por centenas de dirigentes de entidades beneficentes que solicitavam a revisão dos cortes na ajuda humanitária norte-americana; embora não visse com bons olhos a prática da caridade, ele entregou a carta. Ao longo dos anos, ele demonstrou a mesma cordialidade com as instituições

³⁵ Segundo Yunus (2003, p.243), Clinton "nunca perde uma oportunidade de falar do *Grameen* e manifestar seu apoio ao microcrédito. Quando em viagem ao estrangeiro, visita financiados. Suas palavras e ações ajudaram a criar e expandir muitos programas de microcrédito".

de microcrédito que não seguem o modelo do *Grameen*; em *O Banqueiro dos Pobres*, ele comenta:

Na América Central e na América Latina há um grande número de empreendimentos de microcrédito. Embora nem todos esses programas se voltem para os mais pobres, fico contente por eles estarem abrindo novos caminhos.

[...]

Em 1997, a Fundação Grameen dos Estados Unidos, sediada em Washington, estabeleceu-se para promover reproduções do Grameen voltadas para a população mais pobre da América Latina. (Yunus, 2003, p.228-229)

Seria tanto exagerado quanto enganoso atribuir a consagração internacional do microcrédito exclusivamente à habilidade política de Muhammad Yunus, mas seria igualmente equivocado ignorá-la. Ela certamente foi uma condição necessária, embora não suficiente, para a expansão do microcrédito em várias partes do mundo. Apenas dez anos após emprestar 27 dólares a 42 pessoas, Yunus já era conhecido pelas mais altas autoridades do seu país e tinha uma significativa rede de contatos internacionais, capaz de dar suporte a experiências similares à do *Grameen* em vários países. Passados outros dez anos, Yunus era um dos personagens centrais da organização de uma reunião internacional sobre o microcrédito, o *Microcredit Summit*, na capital norte americana. Em fevereiro de 1997 quase três mil pessoas, oriundas de 137 diferentes países, se reuniram para discutir o microcrédito e, em especial, traçar uma estratégia para levantar recursos que permitissem expandir a oferta mundial de microcrédito a 100 milhões de famílias pobres de todo o mundo. Entre os presentes, presidindo a reunião, estavam primeira-dama dos Estados Unidos, a Rainha da Espanha e o Primeiro-Ministro do Japão; entre os participantes encontravam-se também, entre outros, os Presidentes do Mali, Uganda e Peru, a primeira-dama da Malásia, o Secretário do Tesouro norte americano, o Presidente do Banco Mundial, o Diretor Executivo do UNICEF, o administrador da USAID e o Presidente da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional. Desde então, o *Microcredit Summit* vem sendo

repetido anualmente, em lugares diversos do globo, tendo se convertido numa campanha permanente pela expansão da oferta de microcrédito no mundo³⁶.

Não se deve perder de vista, porém, que toda essa receptividade internacional à política de microcrédito certamente seria bem menor dez ou vinte anos antes, quando a ênfase em grades gastos com infra-estrutura e industrialização ainda dominava as políticas de desenvolvimento e combate à pobreza.

2.5 As Metamorfoses da Atuação do Banco Mundial e a Afirmação da Política de Microcrédito

Em 1963, treze anos antes da história do *Banco Grameen* ter início, Eugene Black deixou a presidência do *Banco Mundial*, que ele havia assumido em maio de 1949, alguns meses após o anúncio do *Ponto Quatro*. Foi na administração de Black que o *Banco Mundial* finalmente deslanchou e se afirmou no cenário internacional:

Sob a liderança de Black, o Banco era mais que um prestador de dinheiro. O Banco se tornou também um diplomata, atuando como árbitro em disputas entre nações³⁷. Ele se tornou uma força na academia, moldando o novo e emergente ramo da teoria do desenvolvimento. Ele funcionou como uma agência não oficial de planejamento para o Terceiro Mundo, coordenando os empréstimos de outras agências de desenvolvimento. O Banco se tornou um fenômeno internacional. (Caufield, 1996, p.71)

Quando George Woods substituiu Eugene Black na direção do *Banco*, encontrou uma instituição financeiramente consolidada, que se orgulhava de não ter um empréstimo sequer em atraso. Na época, o *Banco* considerava muito importante que os projetos financiados fossem parte de um plano nacional de desenvolvimento, onde estivessem identificados e hierarquizados os investimentos necessários para o

³⁶ O *Microcredit Summit* possui uma página web: www.microcreditsummit.org.

³⁷ Na página web do *Banco Mundial* consta que Eugene Black costumava qualificar a si próprio de *embaixador do desenvolvimento* (<http://go.worldbank.org/PS9VQX6CN0>).

desenvolvimento da economia do país. A ênfase, como já se disse, era em grandes obras de infra-estrutura, mecanização e instalação de indústrias. O *Banco* considerava que a taxa de crescimento do Produto Nacional dos países considerados subdesenvolvidos, à época superior às taxas norte-americana e européia, demonstravam o sucesso da sua atuação como agente do desenvolvimento mundial. Mas nada disso impressionou o novo presidente do *Banco*, assim como não impressionou Robert McNamara, que veio a substituí-lo cinco anos mais tarde. A administração de Woods acabou por representar uma transição suave entre as certezas da era Black e as inquietações e transformações da era McNamara³⁸.

McNamara assumiu a presidência do *Banco* em abril de 1968³⁹. Cinco meses depois, por ocasião da reunião anual do *Board of Governors*, uma espécie de assembléia de acionistas do *Banco*⁴⁰, ele anunciou um programa quinquenal de trabalho que incluía uma grande expansão do volume de empréstimos, o que exigiu uma atuação mais intensa na captação de recursos no mercado financeiro. O programa previa também uma mudança no perfil dos empréstimos concedidos: a atuação do *Banco* aumentaria significativamente nas áreas de educação, agricultura e planejamento populacional. Um ano depois, em setembro de 1969, McNamara declarou que o desenvolvimento não podia ser visto apenas como crescimento econômico e voltou a dizer que os projetos financiados pelo banco passariam a ter uma nova ênfase, em planejamento populacional, avanço educacional e expansão agrícola.

Em setembro de 1973, em Nairobi, na reunião anual do *Board of Governors*, McNamara fez um resumo da atuação do *Banco* de 1969 a 1973 e anunciou um novo programa quinquenal, para o período 1974-1978. Na

³⁸ As informações sobre a atuação de Robert McNamara à frente do *Banco Mundial* foram obtidas em Caufield (1996), Huttlinger (2003) e na página *web* do *Banco* (www.worldbank.org).

³⁹ Quando assumiu a presidência do *Banco Mundial*, Robert Strange MacNarama já era internacionalmente conhecido, pois desde 1961 vinha ocupando o cargo de Secretário de Defesa dos Estados Unidos da América. Suas opiniões e decisões foram marcantes em diversos momentos da participação norte-americana na Guerra do Vietnã.

⁴⁰ O *Board of Governors* é composto por representantes dos países membros do *Banco*. Cada país membro designa um representante.

oportunidade, ele voltou a falar do descompasso entre crescimento econômico e pobreza:

Apesar de uma década de aumento sem precedentes no Produto Nacional Bruto dos países em desenvolvimento, os seguimentos mais pobres das suas populações receberam relativamente poucos benefícios.

[...]

Pode-se concluir que as políticas voltadas primariamente para a aceleração do crescimento econômico, na maioria dos países em desenvolvimento, beneficiaram principalmente os 40% mais ricos da população e a alocação de serviços públicos e investimentos mais fortaleceu que compensou essa tendência.

(McNamara, 1973, p.10-11)

Na mesma ocasião, ele destacou que a maior parte da pobreza concentrava-se em áreas rurais e apresentou aos ouvintes uma *estratégia para o desenvolvimento rural* voltada principalmente para os pequenos produtores⁴¹. Ele deixou claro que o objetivo a ser atingido com o programa não era reduzir a distância econômica entre países ricos e países em desenvolvimento, nem acabar com as desigualdades econômicas entre os cidadãos de um mesmo país, o objetivo era acabar com a *pobreza absoluta*⁴²:

Nós devemos lutar para erradicar a pobreza absoluta até o fim deste século. Isso significa na prática a eliminação da desnutrição e do analfabetismo, a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida até o padrão das nações desenvolvidas. (McNamara, 1973, p.27)

⁴¹ McNamara (1973) utiliza expressões como *agricultura de subsistência* (p.14), *pequeno produtor* (p.25), *pequeno proprietário* (p.25) e *agricultura de pequena escala* (p.27) para referir-se ao público alvo do programa que propõe.

⁴² McNamara (1973) define *pobreza absoluta* como "a condição de vida tão degradada pela doença, pelo analfabetismo, pela desnutrição e pela esqualidez que nega a suas vítimas a satisfação de necessidades humanas básicas" (p.6), ou seja, como "a condição de vida tão limitada que impede a realização do potencial genético com que cada um nasce; uma condição de vida tão degradante que chega a ser um insulto à dignidade humana – e ainda assim a condição de vida que é comum a cerca de 40% das pessoas nos países em desenvolvimento" (p.7).

Com anúncio do novo programa quinquenal, para o período 1974-1979, o financiamento de projetos agrícolas continuou sua escalada ascendente dentro do *Banco*. Segundo McNamara (1973, p.25), de 1964 a 1968 os empréstimos para agricultura somaram apenas US\$ 872 milhões (valor atualizado para 1973), contrastando com os US\$ 3,1 bilhões emprestados no período 1969-1973 e com os US\$ 4,4 bilhões previstos para o segundo programa quinquenal. Huttlinger (2003, n.p.) observa que em 1972 pela primeira vez os empréstimos para agricultura foram superiores aos de qualquer outra área de atuação do *Banco*. Segundo Caufield (1996, p.106) "os empréstimos para agricultura se tornaram o seguimento em mais rápida expansão no *Banco*" e em 1981, quando McNamara aposentou-se, um terço dos financiamentos do *Banco* eram para a agricultura. Mas o anúncio do novo programa quinquenal também deu espaço a uma significativa mudança de cunho qualitativo: o zelo com o planejamento nacional do desenvolvimento cedeu espaço para uma concepção regionalista e em certo sentido localista da ação desenvolvimentista:

*Em 1974, no âmbito de um programa maior orientado para redução geral da pobreza, o Banco anunciou um novo e ousado esforço para reduzir a pobreza rural e estimular o crescimento agrícola. Nascidos da insatisfação face ao malogro de esforços de desenvolvimento anteriores para reduzir a pobreza e a desigualdade do meio rural, os projetos de desenvolvimento rural (DR) do 'novo estilo' eram diferentes e suplementavam intervenções anteriores, de duas maneiras. O seu foco se voltava diretamente para os pobres, com serviços e subsídios à produção agrícola. E **proporcionavam a certas regiões** uma série completa de investimentos votados para o desenvolvimento, de projetos rodoviários ao crédito agrícola e à saúde — **escolhidas essas regiões pelo seu potencial agrícola e pela alta concentração de pequenos produtores.** (Tendler 1993, p.94 – grifos nossos)*

Convém acentuar que as diversas mudanças na atuação do *Banco Mundial* repercutiam em todo o mundo, na esteira do poder financeiro, político e ideológico da instituição. As transformações na política de desenvolvimento

econômico no Estado do Maranhão ilustram muito bem esse fenômeno⁴³. Em 1948, ano em que o *Banco* começou efetivamente a atuar como na área do desenvolvimento, o governo do Estado aprovou na Assembléia Legislativa o Plano SETA, voltado para o incentivo à pequena produção rural; além de apoio à produção, o plano previa ações nas áreas de saúde e educação, todas no meio rural. Em 1959, quando o *Banco Mundial* já dominava o cenário internacional na área do desenvolvimento econômico, o governo do Estado criou uma comissão de planejamento e um plano de desenvolvimento, onde a ênfase era em obras de infraestrutura e industrialização. Em 1961 o Maranhão ganhou um novo plano de desenvolvimento e em 1968 ganhou mais outro; ambos priorizavam os gastos com infra-estrutura. Em 1971, quando McNamara já havia colocado em marcha a ênfase na agricultura, o Maranhão ganhou um plano de desenvolvimento que priorizava a agricultura. Em 1975, após McNamara ter denunciado a má distribuição da riqueza nos países classificados como subdesenvolvidos, o Maranhão passou a ter um plano que se preocupava com a desigualdade e fazia referência a uma visão social do desenvolvimento. Além disso, a idéia de planejamento rural integrado foi gradativamente incorporada aos planos estaduais subsequentes: 1979, 1983 e 1988. Embora a ligação entre o planejamento do desenvolvimento maranhense e o *Banco Mundial* seja clara, por todos esses anos a grande fonte de inspiração intelectual dos planejadores estaduais foi o planejamento econômico federal e os órgãos, empresas e agências federais ligados a ele e à implementação das políticas de desenvolvimento. De várias formas, em maior ou menor medida, eles funcionaram como reprodutores e difusores das idéias do *Banco* e ajudaram-no a fazer valer, também no Maranhão, sua hegemonia no campo do desenvolvimento.

Detalhe fundamental: trata-se de hegemonia, não de doutrinação totalitária. Nenhum pesquisador ou planejador, brasileiro ou de qualquer outra nacionalidade, tem obrigação de alinhar-se ao pensamento do *Banco Mundial*. Mesmo quando esse alinhamento é uma condição para a concessão de empréstimo, há a possibilidade de recusar a operação financeira; nenhum país ou instituição tem obrigação de solicitar empréstimo ao *Banco* e existem outras fontes internacionais de financiamento. Isso significa não apenas que existe espaço para as

⁴³ As informações sobre a política econômica no Maranhão foram obtidas em Bello Filho (2004).

idiossincrasias, mas também que existe um campo de disputa ideológica onde idéias alternativas e até divergentes podem disputar posições. Mas é igualmente fundamental perceber que a condição hegemônica do *Banco* torna mais provável que as idéias compatíveis com a sua orientação ideológica estejam melhor situadas no campo ideológico e, assim, tenham maior presença nos estudos e políticas de desenvolvimento e combate à pobreza. Dentro dos órgãos de planejamento nacional e regional e nos bancos de desenvolvimento, por exemplo, tais idéias terão maior receptividade que outras, pois esses são lugares institucionais tradicionalmente alinhados com a ideologia do *Banco Mundial*. Materialmente, essa receptividade significa estudos teóricos, publicações, seminários e financiamentos; no plano simbólico, ela significa poder, capacidade de induzir a implementação de ações. Ademais, idéias que recebem a atenção, a simpatia ou mesmo o aval dos *especialistas e técnicos* do *Banco Mundial*, mesmo quando não recebem apoio financeiro, acabam sendo objeto de estudos e publicações do próprio *Banco*, o que as deixa ainda mais poderosas.

Na década de 1960, as chances da política de microcrédito galgar posições no campo ideológico do desenvolvimento seriam bastante reduzidas, pois infra-estrutura física, mecanização e industrialização estavam na ordem do dia. Mesmo no início da década de 1970, as políticas desenvolvimentistas ainda enfatizavam demasiadamente os grandes empreendimentos, industriais ou agrícolas, e quase não deixavam espaço para ações voltadas para o pequeno produtor. Ademais, os planos nacionais de desenvolvimento ainda gozavam de grande prestígio, o que contribuía para a pouca expressão, econômica e ideológica, das experiências de abrangência local, desconectadas de um planejamento global, como é o caso do microcrédito. Somente na década de 1980, quando os planos nacionais de desenvolvimento começaram a ser preteridos, em favor de políticas localistas, o microcrédito começaria a contar com um cenário ideologicamente favorável para sua projeção internacional.

A experiência brasileira com o *Desenvolvimento Rural Integrado* demonstra de forma clara como, ao longo dos anos, a partir da década de 1970, o *Banco Mundial* foi abandonando a perspectiva global dos planos de desenvolvimento e adotando uma postura localista. Essa experiência iniciou em 1975, com a execução do *Programa de Desenvolvimento de Áreas integradas do Nordeste*

(POLONORDESTE), de responsabilidade do governo federal. Cada uma das áreas geográficas selecionadas para implantação do programa passou a ser objeto de um conjunto heterogêneo de ações (estradas, educação, saúde, assistência técnica, saneamento...). As ações foram definidas pelos planejadores, que também determinaram o cronograma de execução. Cada área foi tratada de forma única, ou seja, recebeu um conjunto específico de ações. A preocupação fundamental era com a integração econômica dentro das áreas e não entre as áreas. Essa visão geograficamente fragmentada do desenvolvimento representa uma ruptura com a filosofia dos planos nacionais, estaduais e regionais de desenvolvimento elaborados até a década anterior, que se pautavam em uma visão global da economia. Em 1985, o POLONORDESTE deu lugar ao PAPP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural), que foi concebido para ser uma continuação da experiência já iniciada. No âmbito do PAPP, as comunidades rurais, em substituição a áreas geográficas que abrangiam várias comunidades, foram adotadas como unidades básicas para a atuação desenvolvimentista. Além disso, as ações implementadas ficaram restritas ao que estava diretamente relacionado com desempenho econômico: acesso à terra, crédito, assistência técnica e comercialização de produtos. A implementação do programa passou a ser responsabilidade dos Estados e incluiu também o apoio à participação da comunidade, como forma de incentivar o associativismo. Em 1993 o PAPP foi reformulado e as ações implementadas passaram a ser definidas pelas próprias comunidades beneficiadas pelo programa, que podem obter recursos para pequenos projetos de caráter econômico ou social. A utilização dos recursos, a implementação do projeto e sua administração também ficam a cargo da comunidade, que atua coletivamente através de sua Associação. Com a reformulação do PAPP em 1993, e em seus desdobramentos posteriores, ficou nítida a opção por uma atuação localista, que reduz imensamente o papel desempenhado pelo planejamento de abrangência regional, estadual ou nacional.

O destino dado aos programas de desenvolvimento rural integrado no Brasil fornece apenas um exemplo de como as ações desenvolvimentistas se tornaram tributárias da atuação em escala local. As fórmulas desenvolvimentistas em maior evidência na atualidade se encaixam no perfil localista, como por exemplo os *arranjos produtivos locais*, o *empreendedorismo* e a *economia solidária*. O *empreendedorismo* em particular, sob o patrocínio do *Serviço Brasileiro de Apoio às*

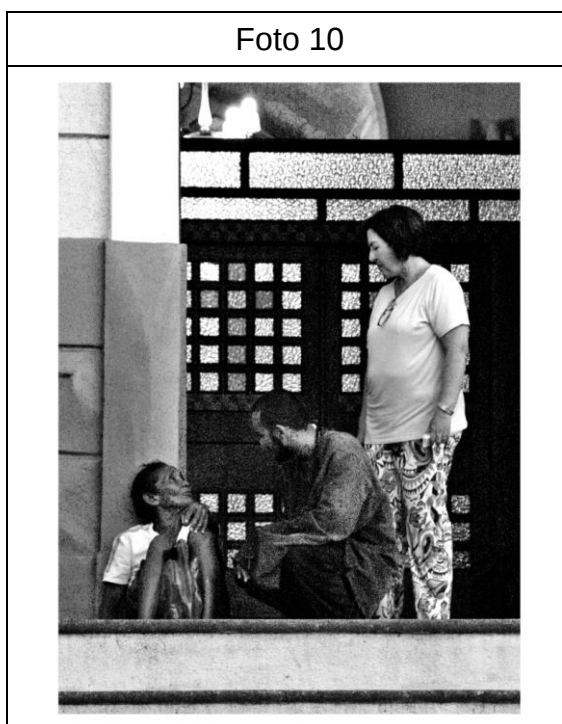
Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), alcançou grande prestígio no meio empresarial e acadêmico brasileiro, estando hoje presente na grade curricular de um sem número de cursos de administração de empresas em funcionamento no país.

Em sua tese de livre-docência, Carlos Antônio Brandão (2003, p.10) sublinha a existência de "dezenas de vertentes teóricas que assumem na atualidade a defesa irrestrita da escala local" e observa que qualquer tentativa de fazer um levantamento exaustivo delas seria uma "tarefa talvez interminável". Entre os muitos teóricos e teorias citados por Brandão (2003) estão Paul Krugman e sua *Nova Geografia Econômica*, agraciados com o Prêmio Nobel de Economia em 2008, dois anos após Muhammad Yunus e o *Banco Grameen* terem ganho o Prêmio Nobel da Paz. Ambas as premiações ocorreram na esteira de uma revoadada mundial de teorias e políticas de cunho localista, são momentos de um mesmo processo social e fatalmente não existiriam sem ele. Nem toda habilidade política imaginável permitiria a Muhammad Yunus desempenhar de forma impecável o papel de embaixador do microcrédito se não fizesse parte de um cenário mais amplo de crença em teorias e políticas de perfil localista. O senso, comum, porém, ignora os processos sociais que condicionam a afirmação de uma crença em determinada política e insiste em afirmar que o enorme prestígio do microcrédito é fruto da sua inquestionável capacidade de combater a pobreza.

3 O MICROCRÉDITO E O COMBATE À POBREZA

A pobreza é certamente um dos temas mais discutidos no mundo. Políticas de combate à pobreza despertam debates que se desenrolam por anos. Mas é particularmente surpreendente como se dispensa pouca atenção à própria definição do que seja *pobreza*. Da mesma forma, afirmativa de que o microcrédito é uma política eficaz de combate à pobreza costuma ser repetida sem que se tenha sequer a preocupação de explicitar o que se está a designar por *microcrédito*. Em muitas situações, a falta de rigor ou clareza conceitual é tolerável e até natural. Mas esse não é o caso das políticas públicas. Na sua concepção e implementação, as políticas públicas devem estar definidas de forma precisa, e o mesmo rigor deve ser observado para todo o quadro conceitual que a envolve. O estudo da política de microcrédito permite observar algumas consequências da formulação e implementação de uma política pública sem uma sólida base conceitual.

3.1 As Imprecisões do Conceito de Pobreza



A senhora que aparece sentada na foto 10 é uma pedinte. Acomodada à porta da tricentenária igreja de São João Batista, no centro da cidade de São Luís,

Maranhão, ela recebe a atenção de um seminarista e uma fiel e, desse modo, protagoniza a mais antiga representação da pobreza na cultura ocidental.

Em diversas passagens bíblicas é possível perceber a caracterização dos pobres como pedintes; é o que acontece, por exemplo, nos versículos 7 e 8 do capítulo 15 do Deuteronômio⁴⁴:

*Quando entre ti houver algum **pobre** de teus irmãos, em alguma das tuas cidades, na tua terra que o Senhor, teu Deus, te dá, não endurecerás o teu coração, nem fecharás as mãos a teu irmão **pobre**; antes, lhe abrirás de todo a mão e lhe emprestarás o que lhe falta, quanto baste para a sua necessidade. (grifos nossos)*

No Velho Testamento, o pobre é designado pelo por (ebyown), que também significa carente, necessitado de ajuda⁴⁵. Essa associação entre pobreza e mendicância também aparece no Novo Testamento, escrito originalmente em grego coine. Nele, a palavra utilizada para designar o pobre é πτωχος (ptochos), que pode ser traduzida também para mendigo ou pedinte⁴⁶.

No grego clássico, a coisa não é muito diferente: como ensina o célebre *Dictionnaire Grec Français (Le Grand Bailly)*, de Anatole Bailly, as palavras πτωχος e πτωχεια, pobre e pobreza, respectivamente, designam em essência o mendigo e a mendicância, enquanto πτωχευω, derivada do mesmo radical, significa mendigar. São essas palavras que aparecem nas duas passagens da Odisséia transcritas abaixo:

*– Escutai-me agora, Eumeu e todos os outros companheiros; pretendo seguir pela manhã para a cidade a **mendigar**, a fim*

⁴⁴ Em todas as citações da Bíblia a edição transcrita foi a Almeida Revista e Atualizada – Com Números de Strong (versão eletrônica, Sociedade Bíblica do Brasil, 2005).

⁴⁵ A consulta ao texto original do velho testamento pôde ser efetuada com a ajuda do Léxico Hebraico, Aramaico e Grego de Strong (versão eletrônica, Sociedade Bíblica do Brasil, 2005)

⁴⁶ O texto original do Novo Testamento foi consultado primeiramente a partir da edição interlinear da Sociedade Bíblica do Brasil (Novo Testamento interlinear grego-português. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004). Em seguida, utilizou-se a edição Almeida Revista e Atualizada – Com Números de Strong em conjunto com o Léxico Hebraico, Aramaico e Grego de Strong. Utilizou-se ainda o Dicionário do Grego no Novo Testamento (Rusconi, 2003).

de não ser pesado a ti e teus camaradas." (Homero, 2006, p. 181 - grifo nosso)

*– Boa mulher, por que me atacas assim de ânimo iroso? Porque estou sujo, cobrem meu corpo roupas andrajosas e ando **mendigando** pelo país? É a necessidade que me obriga. Os **mendigos** e vagabundos são assim como me vês. Ora, também eu tive um dia a minha casa numa povoação; eu era rico, e a casa opulenta; muitas vezes dava a errantes, fossem quem fossem, do que quer que necessitassem. Tinha servos aos milhares e muitas outras riquezas que asseguravam bem-estar e o nome de rico. (Homero, 2006, p. 223-224 - grifos nossos)*

Essa segunda passagem da Odisséia⁴⁷ é particularmente elucidativa, pois nela é a figura do mendigo aparece em contraposição à pessoa do rico. Como observa Ferdinand de Saussure no seu *Curso de Lingüística Geral*⁴⁸, o valor lingüístico de uma palavra, a capacidade de significação que ela carrega, é determinada pelo seu posicionamento dentro do sistema lingüístico (Saussure, 2002, p. 132-136). No caso das palavras pobreza e pobre, uma forma de situá-las dentro do sistema lingüístico, a fim de determinar o seu valor, é posicioná-las em oposição a riqueza e rico, ou seja, considerar que pobreza é o contrário de riqueza e pobre é o contrário de rico⁴⁹. No caso dessa segunda passagem, πτωχος (mendigo) é a palavra que aparece em oposição à figura do rico, ficando claro que é ela a utilizada no grego clássico para designar o pobre. Passagens como essa explicitam de forma

⁴⁷ A primeira passagem transcrita pertence ao Canto 15 e a segunda ao Canto 19.

⁴⁸ O *Curso de Lingüística Geral* (Saussure, 2002), publicado originalmente em 1916, é considerado obra fundadora da lingüística enquanto ramo do conhecimento humano.

⁴⁹ O caráter relacional dos conceitos é hoje amplamente aceito; Howard Becker (2007, p.173) assim se pronuncia sobre o assunto: "todos os termos que descrevem pessoas são relacionais – isto é, só têm sentido quando considerados como parte de um sistema de termos. Esta não é uma idéia nova. Eu a vi formulada dessa maneira pela primeira vez por um historiador marxista (talvez E. P. Thompson ou Eric Hobsbawn) que disse que 'classe' era um termo relacional: expressões como 'classe média' ou 'classe trabalhadora' só têm significado uma em relação a outra, ou em relação a 'classe alta', e o significado é o caráter da relação. 'Classe trabalhadora' significa que o sujeito trabalha para pessoas que são membros da 'classe proprietária'."

inequívoca a associação entre pobreza e mendicância presente na antiguidade ocidental⁵⁰.

Nos dias de hoje, porém, qualquer tentativa de encontrar uma associação clara entre a palavra pobreza e uma situação específica, seja ela a mendicância ou qualquer outra, inevitavelmente fracassará⁵¹. A produção em massa e voltada fundamentalmente para a troca tornou a vida em sociedade imensamente mais complexa que na antiguidade, de modo que os próprios conceitos utilizados no entendimento da realidade sofreram mudanças radicais. No que se refere especificamente ao conceito de pobreza, sua completa redefinição está relacionada a incríveis modificações no padrão de consumo humano e naquilo que o ser humano considera necessário à sua existência.

Adam Smith, estudando a economia do final do século XVIII, percebeu muito bem a completa transformação que, já naquela época, a produção em massa estava a promover sobre as necessidades humanas:

Em comparação com o luxo extravagante dos grandes, as necessidades e pertences de um operário certamente parecem ser extremamente simples e fáceis e, no entanto, talvez seja verdade que a diferença de necessidades de um príncipe europeu e de um camponês trabalhador e frugal nem sempre é muito maior do que a diferença que existe entre as necessidades deste último e as de muitos reis da África, que são senhores absolutos das vidas e das liberdades de 10 mil selvagens nus. (Smith, 1996, p,71)

⁵⁰ Em diversas outras passagens de textos históricos, literários, filosóficos e religiosos da antiguidade pode constatar-se que é a figura do mendigo que aparece em posição oposta à do rico. Entre essas muitas passagens está aquela do capítulo 19 (versículo 16 em diante) do Evangelho de Mateus, em que Jesus aconselha um jovem a distribuir seus bens aos pobres (πτωχοις) e afirma ser mais fácil um camelo atravessar o buraco de uma agulha que um rico entrar no reino dos céus.

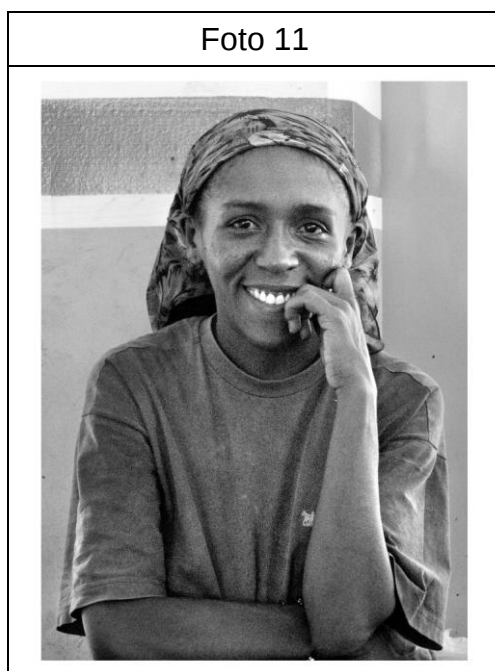
⁵¹ Observe-se que esse entendimento, relativo à evolução histórica da idéia de *pobreza*, difere radicalmente daquele exposto por Majid Rahnema (2000, p.229-230) no consagrado *Dicionário do Desenvolvimento* (Sachs, 2000). Por outro lado, a análise da idéia de pobreza ora conduzida está de acordo com a percepção de que “um denominador comum para a maioria das concepções de pobreza continua sendo a idéia de ‘falta’ ou ‘deficiência’” (Rahnema, 2000, p.230). Além disso, não é difícil perceber que a presente análise aproxima-se da abordagem de Rahnema (2000, p. 231-233) das *dimensões da pobreza*.

João Manoel Cardoso de Mello e Fernando Novais, analisando o impacto da expansão capitalista sobre a sociabilidade brasileira, oferecem um relato extremamente rico sobre as acentuadas mudanças nos padrões de consumo da população no período 1930-1980, considerado o de maior crescimento da economia brasileira. Faz parte desse extenso relato o trecho seguinte:

Dispúnhamos, também, de todas as maravilhas eletrodomésticas: o ferro elétrico, que substituiu o ferro a carvão; o fogão a gás de botijão, que veio tomar o lugar do fogão elétrico, na casa dos ricos, ou do fogão a carvão, do fogão a lenha, do fogareiro e da espiriteira, na dos remediados ou pobres: em cima dos fogões, estavam, agora, panelas – inclusive a de pressão – ou frigideiras de alumínio e não de barro ou de ferro; o chuveiro elétrico; o liquidificador e a batedeira de bolo; a geladeira; o secador de cabelos; a máquina de barbear, concorrendo com a gilete; o aspirador de pó, substituindo as vassouras e o espanador; a enceradeira, no lugar do escovão; depois veio a moda do carpete e do sinteco; a torradeira de pão; a máquina de lavar roupa; o rádio a válvula deu lugar ao rádio transistorizado, AM e FM, ao rádio de pilha, que andava de um lado para o outro junto com o ouvinte; a eletrola, a vitrola hi-fi, o som estereofônico, o aparelho de som, o disco de acetato, o disco de vinil, o LP de doze polegadas, a fita; a TV preto-e-branco, depois a TV em cores, com controle remoto; o videocassete; o ar-condicionado. (Mello e Novais, 1998, p.563-564)

Observe-se que a mudança nos padrões de consumo atinge a toda a sociedade, dos indivíduos mais abastados àqueles acostumados a um padrão de consumo modesto. Tal fato pode ser observado inclusive quando se atenta para os bens que figuram entre as solicitações dos pedintes. Tome-se como exemplo a dona do belo sorriso retratado na foto 11. Sentada no chão, recostada numa coluna, na mesma posição em que foi fotografada, ela solicitava aos fregueses de um supermercado que lhe comprassem um caderno, "um caderno grande, de matérias", explicava. A solicitação, perfeitamente normal e facilmente satisfeita nos dias de

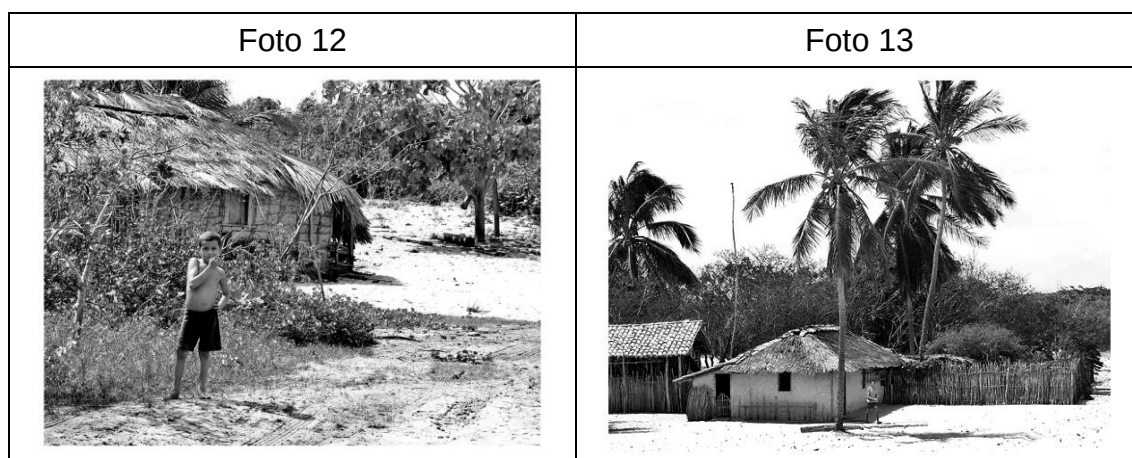
hoje, seria um desejo inalcançável na Antiguidade, mesmo para reis babilônios ou faraós egípcios.



Não se trata aqui de reconhecer que existem diferenças marcantes no padrão de consumo de diferentes grupos humanos. Embora não neguem que uma das formas de manifestação da diversidade cultural são os padrões de consumo diversificados, as indagações ora desenvolvidas estão voltadas para as transformações que se operaram dentro das diversas culturas que vivem a experiência da produção em massa. E mais, deseja-se acentuar que uma consequência imediata dessas transformações culturais é a perda do significado originalmente associado ao significante *pobreza*, que passou a ligar-se de forma precária a um conjunto bastante heterogêneo de situações. O que se quer demonstrar, fundamentalmente, é que a idéia de pobreza se tornou vaga, imprecisa, tem um espaço de abrangência incerto, de modo que a discussão acadêmica sobre a pobreza, a militância política invocativa da pobreza e até a intervenção tecnocrática de combate à pobreza estão estabelecidas sobre uma base conceitual extremamente frágil e, em grande medida, anacrônica.

Incontáveis são os casos em que o conceito de pobreza revela-se inapropriado para a análise socioeconômica na era da produção em massa. Tome-se como exemplo a população rural do Município de Santo Amaro do Maranhão, situado pelo IBGE (2007) entre os 70 Municípios brasileiro de menor renda interna

bruta *per capita*. O mesmo IBGE revela que mais de 65% do PIB do Município é gerado pelo setor de serviços e na indústria, ou seja, é originário do meio urbano, enquanto a maior parte da população (mais de 70%) vive no meio rural⁵². Na área rural, as moradias são simples (fotos 12 e 13), não há estradas ou ruas bem definidas (logo, não há calçamento) e não há energia elétrica. Considerando a renda e a infra-estrutura como critérios, a população rural de Santo Amaro do Maranhão pode ser facilmente enquadrada em vários conceitos de pobreza.



Levando em consideração, porém, outros fatores, percebe-se que simplesmente qualificar essa população rural como pobre é excessivamente simplificador e, dependendo do que se quer observar, conduz a uma visão bastante distorcida da realidade. Observando a jovem que aparece na foto 14, por exemplo, é fácil perceber que ela escapa às representações mais comuns da pobreza: ela não apresenta sinais de subnutrição, aparenta estar perfeitamente saudável, sua roupa está longe de sugerir uma condição econômica precária e a idéia que se tem é que a tristeza, definitivamente, não faz parte da sua vida. Quando ela foi fotografada, na beira do rio, acabava de deixar a canoa de pesca. O fruto da pescaria pode ser visto em detalhe nas fotos 15 e 16: na primeira, aparece a vasilha plástica com os peixes obtidos naquela manhã; na segunda, vê-se um peixe em detalhe, ao mesmo tempo que se tem uma idéia mais exata do seu tamanho. Não é uma vida de abundância,

⁵² A informação sobre a origem setorial do PIB refere-se ao ano de 2005 e é da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, do IBGE. A informação sobre a distribuição da População do Município é do Censo Demográfico de 2000. Ambas as informações foram obtidas a partir do site www.ibge.gov.br, que possui inúmeros *links* para publicações e bancos de dados do IBGE.

por certo, mas é forçoso admitir que, em diversos aspectos, a população rural do Município de Santo Amaro não se enquadra nos estereótipos usualmente associados às palavras pobre e pobreza.

Foto 14



Foto 15



Foto 16



Por outro lado, é necessário lembrar que essa mesma população rural está privada de muito do que está acessível à população urbana do Município, inclusive escola e hospital. Com base em autores como Jean Lojkine (1997) e Manuel Castells (2000), pode-se imaginar que, sendo a urbanização inerente ao desenvolvimento da produção em massa (uma vez que ela requer que a força de trabalho e os meios de produção estejam concentrados espacialmente), é natural que padrões de consumo mais modestos sejam observados no meio rural. Além de instituições de ensino e hospitais, cinemas, teatros, supermercados, lojas de departamentos, vídeo locadoras, livrarias, bibliotecas, clubes recreativos, ginásios esportivos, estádios de futebol, autódromos, parques de diversões, restaurantes,

lanchonetes e outros ambientes são destinados ao atendimento de grande número de pessoas e, por isso, não podem existir sem relação com um ou vários centros urbanos.

Outro aspecto a considerar é que a base material da produção em massa é marcada por aumento contínuo da produtividade do trabalho, obtido pela concentração dos trabalhadores num mesmo local, pela divisão de tarefas entre os trabalhadores e pela automatização de algumas tarefas através da utilização de máquinas em substituição aos trabalhadores que as realizam. Este último aspecto, a substituição de trabalhadores por máquinas, foi apontado por Marx (2004) como característico do capitalismo em sua fase mais avançada, de modo que uma tendência da produção em massa seria a paulatina aniquilação do trabalho manual, ou seja, dos postos de trabalho onde a habilidade manual ou a força física do trabalhador são os elementos dominantes. Nessa perspectiva, é possível compreender porque Sebastião Salgado define seu principal livro, *Trabalhadores*, como

...uma homenagem aos trabalhadores, um adeus ao mundo do trabalho manual, que está lentamente desaparecendo. E também um tributo aos homens e mulheres que continuam a trabalhar como trabalharam durante séculos. (Salgado, 1996, p.5)

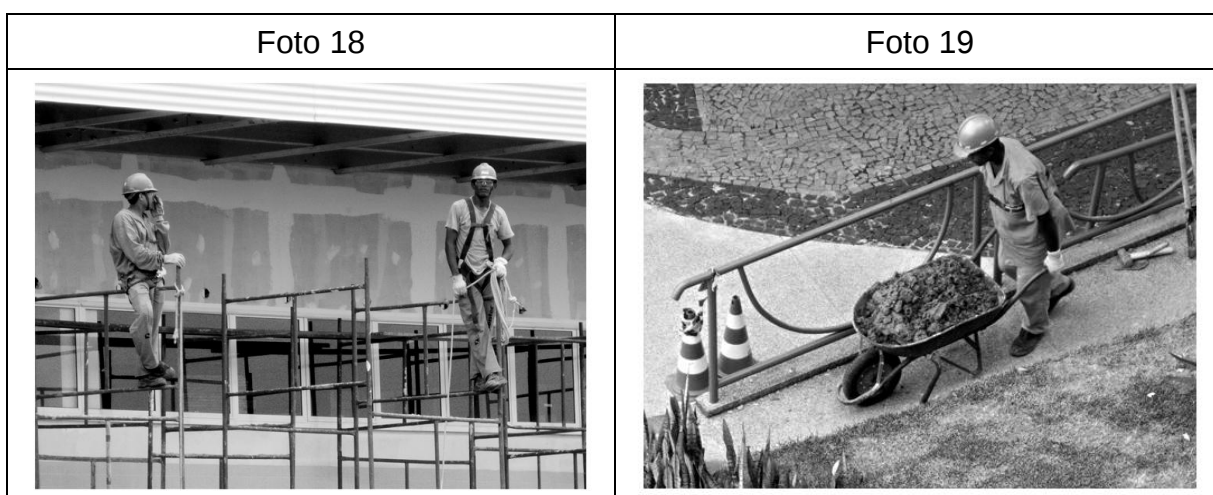
Associada à clássica análise marxiana do processo de trabalho (Marx, 2004), a comovente dedicatória de Salgado (1996) sugere que os indivíduos situados de forma mais precária e desfavorecida dentro do sistema econômico de produção em massa são aqueles que executam tarefas manuais. Seriam esses, portanto, os condenados a ocupar a posição de pobres⁵³. Dentro desse raciocínio, os habitantes da zona rural de Santo Amaro do Maranhão seriam pobres porque continuam a produzir sem a utilização de equipamentos ou técnicas que diminuam a importância que o trabalho manual tem, há séculos, no processo de produção que

⁵³ Registre-se, *en passant*, que a presente reflexão sobre o conceito de pobreza iniciou com a associação entre pobreza e mendicância existente na Antiguidade, depois fez referência à criação de novas necessidades e, em seguida, passou à discussão da pobreza como privação de alguns bens ou serviços. Agora, tenta-se discutir como essa privação está relacionada à inserção do indivíduo no sistema econômico.

desenvolvem. A estagnação da produtividade do trabalho, diriam Smith (1996) e Marx (2004), explica por que o padrão de consumo dessas pessoas permanece praticamente inalterado ao longo dos anos. Mais especificamente, o que acontece é que a troca de uma quantidade mais ou menos fixa de produtos – quantidade que excede aquela que é consumida pelo produtor e sua família – a cada ano se revela menos capaz de proporcionar acesso a um conjunto sempre crescente de bens e serviços que são considerados necessários à vida. O empobrecimento, portanto, não precisa manifestar-se de forma absoluta, podendo manifestar-se de forma relativa, à medida que uma parte dos indivíduos permanece fora do processo de expansão das necessidades humanas⁵⁴. Tome-se como exemplo o indivíduo que aparece na foto 17: sob uma chuva forte ele disputa espaço entre carros e camionetes numa movimentada avenida da cidade de São Luís. O meio de transporte que utiliza, uma bicicleta, é mais uma das geniais inovações oitocentistas, produzida a partir dos avanços da mecânica e da ciência em geral. Comparado com seus ancestrais que viveram há duzentos anos ou mais, o indivíduo está muitíssimo melhor servido, no que se refere às possibilidades de locomoção. Comparado, porém, a seus contemporâneos que utilizam veículos motorizados altamente eficazes e seguros, o indivíduo e sua bicicleta produzem uma imagem usualmente associada à pobreza.



⁵⁴ Essa contínua expansão das necessidades humanas e sua relatividade cultural foram muito bem percebidas por Agnes Heller (1998), em particular no conceito de *necessidades radicais*, que seriam aquelas necessidades que "deben ser satisfechas para que los miembros de una determinada sociedad o classe tengan la sensación o la convicción de que su vida es 'normal'." (Heller, 1998, p.34). Com base nessa formulação de Heller (1998), pode-se associar *pobreza* à impossibilidade de satisfazer as necessidades radicais. Formulação parecida é feita por Amartya Sen no capítulo 4 de *Desenvolvimento como Liberdade* (Sen, 2000), onde ele desenvolve a idéia de que "a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas" (Sen, 2000, p.109) e não como privação de renda.



Mas a simples associação entre trabalho manual e pobreza também pode conduzir a equívocos e imprecisões. Um primeiro problema é que os desempregados, os desestimulados, os mendigos, os loucos desamparados e uma série de outros personagens, ainda que vivam em piores condições que os trabalhadores, deixam de ser o centro da análise da pobreza. Um outro problema é que existem diferenças, impossíveis de olvidar, entre as condições de vida dos diversos trabalhadores manuais, inclusive entre aqueles que executam tarefas bastante semelhantes. Tome-se como exemplo os trabalhadores que aparecem nas fotos 18 e 19; são trabalhadores registrados, com carteira de trabalho assinada, inscrição no sistema previdenciário oficial e direitos trabalhistas assegurados, inclusive direitos relativos à segurança no trabalho. Um trabalhador que execute tarefas similares às que eles executam, mas que o faça na condição de autônomo ou na condição de trabalhador não registrado, ainda que receba como remuneração uma quantia equivalente aos salários que eles recebem, estará privado do direito a férias, do abono de férias, do décimo terceiro salário, do seguro desemprego... Os trabalhadores que aparecem nas fotos 20 e 21, por exemplo, por desenvolverem atividades profissionais como autônomos, não gozam de férias remuneradas nem de décimo terceiro salário e, caso não tenham tido o cuidado de providenciar o registro no sistema previdenciário oficial e os respectivos recolhimentos mensais, não terão

acesso a diversos benefícios previdenciários, como seguro por acidente de trabalho e aposentadoria, por exemplo⁵⁵.



Até mesmo entre os trabalhadores autônomos não registrados no sistema previdenciário, trabalhadores usualmente qualificados de *informais*, mesmo entre eles é possível observar disparidades tão grandes de acesso a bens, serviços e

⁵⁵ A comparação entre a condição econômica e social do trabalhador empregado, ainda que mal pago, e a do trabalhador subempregado, é alvo de inúmeras abordagens, desde a análise marxista do lumpemproletariado até trabalhos acadêmicos contemporâneos sobre a pobreza, como os de Lícia Valladares e de Carlos Hasenbalg citados por Araújo (2007, p. 76-78).

direitos que agrupá-los num mesmo grupo e qualificá-los a todos de *pobres* acaba por revelar-se completamente absurdo. Tome-se como exemplo os trabalhadores que aparecem nos registros fotográficos 22 e 23; as duas cenas registradas são do comércio informal de CD e DVD na cidade de São Luís, nas duas é possível observar vendedores acomodando mercadorias sob o olhar de possíveis consumidores. Embora a atividade econômica desenvolvida seja a mesma e os locais de venda situem-se há menos de 300 metros um do outro, a foto 22 mostra trabalhadores que carregam a mercadoria nos ombros, em caixas e mochilas, e calçam simples sandálias de borracha, enquanto a foto 23 retrata trabalhadores calçados com tênis e que dispõem de um automóvel para acondicionar e transportar o estoque de mercadorias.

3.2 A Pobreza e o Microcrédito

Explicitar as imprecisões que acompanham a utilização do conceito de *pobreza*, como já se disse anteriormente, é importante porque explicita também imprecisões que se manifestam em todo o *policy making process*. Sonia Rocha (2006, p.10), por exemplo, logo no início do seu excelente estudo sobre a pobreza no Brasil, adverte que a "percepção preliminar do que seja pobreza num contexto determinado é elemento essencial para estabelecer um quadro de referência para a análise e aplicação de políticas antipobreza". A observação em si não oferece nada que seja espetacularmente novo; em verdade, a afirmativa limita-se a repetir algo que é de amplo conhecimento no campo das políticas públicas: se o conceito de pobreza é relativo, então a formulação de uma política de combate à pobreza tem como pressuposto a adoção de uma visão, um ponto de vista determinado, sobre o que seja pobreza. Por outro lado, se a afirmativa de Rocha limita-se a repetir um lugar-comum erudito, suas implicações são no mínimo instigantes. Tomando-se por verdade que o que seja considerado pobreza varie de lugar para lugar e de momento para momento, não se pode falar em políticas de combate à pobreza de uma forma genérica; falar, por exemplo, do *microcrédito* como uma política de combate à pobreza universal, válida para qualquer parte do mundo e qualquer contexto histórico, seria um grande equívoco, afinal, se a pobreza tem, em cada lugar, suas especificidades, as políticas de combate á pobreza terão, logicamente, que ser específicas para cada lugar.

É, porém, à suposição de eficácia universal que o microcrédito deve o seu prestígio. Em outubro de 2006, ao conceder a Muhammad Yunus e ao *Banco Grameen* o Prêmio Nobel da Paz, o comitê encarregado da escolha a atribuiu aos "esforços em criar desenvolvimento econômico e social a partir de baixo." E completou:

A paz duradoura não pode ser alcançada sem que grandes grupos populacionais encontrem meios de escapar da pobreza. O microcrédito é um desses meios. O desenvolvimento a partir de baixo também serve para aprimorar a democracia e os direitos humanos.

*[...] De um começo modesto, três décadas atrás, Yunus, primeiro e antes de tudo através do Grameen Bank, transformou o microcrédito em um instrumento cada vez mais importante contra a pobreza. O Grameen Bank foi a fonte de idéias e modelos para muitas instituições no campo do microcrédito que se espalharam ao redor do mundo.*⁵⁶

Em *O Banqueiro dos Pobres*, Yunus (2003, p. 25) afirma:

Até hoje considero que meu trabalho e o de meus colegas do Grameen têm um único objetivo: pôr fim à pobreza, esse flagelo que humilha e denigra tudo o que um ser humano representa.

Yunus (2003, p.96), porém, reconhece haver "uma imprecisão conceitual", que "prejudica bastante nossas tentativas de remediar a pobreza e pode criar situações estranhas". E mais, diante da multiplicidade de critérios e situações passíveis de serem levados em consideração, ele afirma que "cada país deveria dispor de sua própria definição de pobreza" (Yunus, 2003, p.97) e sublinha a importância dessa definição:

Essa vontade de definir quem é pobre e quem, entre os pobres, tem mais necessidade de ajuda não decorre de uma busca de

⁵⁶ Norwegian Nobel Committee Press Release. Obtido em http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/2006/press.html.

*conceituação ideal ou detalhismo, mas de uma **preocupação com a eficácia**. Na ausência de linhas de demarcação claras, todos que trabalham nesse campo e tentam aliviar os piores sofrimentos transpõem sem perceber a fronteira que separa os pobres dos não-pobres.*

*Como as marcas de navegação em mares desconhecidos, **as definições devem ser precisas e sem ambigüidade**. Toda definição frouxa colocará tantos problemas quanto a ausência de definição. (Yunus, 2003, p.97 – grifos nossos)*

É importante destacar a ligação que Yunus (2003, p.97) faz entre a eficácia da política e a necessidade de estabelecer uma definição precisa de pobreza. Nas páginas iniciais de *O Banqueiro dos Pobres* o vocábulo *pobreza* é utilizado de forma corrente sem que seja explicitado o seu conteúdo; Yunus (2003, p.13-25) fala de fome, desnutrição, inanição, dificuldades, baixo nível de renda e mendicância, deixando implícito que tudo isso está contido naquilo que considera pobreza. A questão conceitual surge bem mais adiante, quando ele se propõe a identificar os beneficiários do microcrédito, ou seja, ela é enfrentada por uma razão pragmática: é necessário determinar o público alvo da política e orientar a implementação da política para esse grupo de pessoas. Yunus (2003, p.97) chega até mesmo a explicitar de forma sucinta o que entende por pobreza. Ele começa por uma formulação que procura ser ao mesmo tempo teórica e pragmática:

Achei útil recorrer a três definições de pobreza, da mais abrangente à menos abrangente. Por exemplo:

P1 – a pobreza absoluta, os 20% inferiores da população

P2 – os 30% inferiores da população

P3 – os 50% inferiores da população

No interior de cada categoria de pobres faço freqüentemente uma subclassificação com base na região, na ocupação, na religião, na origem étnica, no sexo, na idade, etc. Basear-se na ocupação ou na região para definir os pobres não é tão preciso conceitualmente quanto defini-los segundo um critério estabelecido com base nas propriedades ou na renda, e que

permite elaborar uma matriz de pobreza multidimensional.
(Yunus, 2003, p.97)

Um pouco adiante, ele sai do campo teórico e afirma:

*Na categoria dos pobres eu incluiria sem hesitar as mulheres que descascavam o arroz em nossa Fazenda de Três Terços⁵⁷, assim como Sufia Begum⁵⁸, que fabricava tamboretas de bambu, e Bajlul, que tinha um pequeno negócio e precisava tomar dinheiro emprestado pagando 10% de juros por mês ou às vezes por semana. E todas aquelas que, como essas três, **ganham precariamente a vida** fazendo cestos, tapetes de juta, patis (esteiras de dormir), e **freqüentemente se reduzem à mendicância.***

Nenhuma delas dispunha do menor meio de melhorar sua situação econômica. (Yunus, 2003, p.97-98 – grifos nossos)

Os exemplos fornecidos por Yunus não devem ser subestimados. Quando relata o caso das mulheres da *Fazenda de Três Terços*, além da remuneração irrisória e concorrência para conseguir uma oportunidade de trabalhar, ele cita a jornada de trabalho ininterrupta de dez horas, de pé, com as palmas das mãos apoiadas numa parede, enquanto a pressão e a torção dos pés sobre o arroz vai separando a casca indesejada (Yunus, 2003, p.94). No caso de Sufia Begum, o relato faz referência a "uma casa meio arruinada" com "teto de palha apodrecida", aos "dedos cheios de calos" com "sujeira sob as unhas" e ao fato de ela trabalhar "acocorada o tempo todo na terra endurecida" e de ter que pedir dinheiro emprestado para comprar matéria-prima (bambu) e ser obrigada a vender o produto (tamborete), a um preço irrisório, para o emprestador do dinheiro (Yunus, 2003, p.16-22). Yunus reúne essas pessoas em um único grupo e as qualifica de pobres levando em consideração vários fatores (condições de vida, condições de trabalho,

⁵⁷ A *Fazenda de Três Terços Nabajug* foi uma experiência de apoio à produção de arroz empreendida por Yunus em 1975. Ele percebeu que após a colheita o arroz era descascado por trabalhadoras extremamente mal pagas e que eram elas as pessoas mais pobres da cadeia produtiva, e não os pequenos agricultores que tinham sido ajudados.

⁵⁸ Sofia Sufia Begum foi uma das 42 pessoas que dividiram o famoso primeiro empréstimo de 27 dólares, em 1976. Sua condição de vida e a importância do crédito para sua sobrevivência são relatados nas páginas iniciais de *O Banqueiro dos Pobres* (Yunus, 2003).

rendimento, dependência financeira) e, assim, procura construir uma visão que ele qualifica de *multidimensional*. Mas ele também indica que os elementos da sua *matriz multidimensional* são aqueles que denunciam o fato de as pessoas *ganharem precariamente a vida, freqüentemente recorrerem à mendicância e não terem meios para melhorar de situação*.

Mas essa forma de abordar o fenômeno da pobreza pode servir de base para a operacionalização da política de microcrédito em qualquer lugar do mundo? O episódio da criação do *Good Faith Fund*, nos Estados Unidos, fornece alguns elementos para essa discussão. Em 1986, após encontrar-se com Bill e Hillary Clinton em Washington, Muhammad Yunus deslocou-se para o Arkansas, onde Bill era Governador, para organizar um programa de microcrédito no modelo adotado pelo *Banco Grameen*. Ron Gryznwinski e Mary Houghton, entusiastas do microcrédito, acompanharam-no na viagem:

Ron e Mary [...] fizeram o possível para que eu encontrasse empresários sem dinheiro.

*Fui apresentado a um proprietário de rádio local, a um pequeno empresário do ramo de alimentação, ao dono de uma loja de vendas a varejo e ao dono de uma farmácia. A cada etapa eu ficava um pouco mais distante. Não tinha nenhuma vontade de discutir com esses pequenos empresários. Para mim isso era perda de tempo. **Os Clinton haviam me falado de pobreza, tão espalhada em seu Estado, e que eu devia combater. Mas eu não estava vendo nem vestígio dela.***

No final, minha decepção era tanta que pedi a Ron e Mary que encerrassem esses encontros.

*– **Nenhuma dessas pessoas que eu encontrei é realmente pobre** – disse-lhes.*

– Mas as empresas que eles dirigem são as menores empresas do Estado!

*– **Eu não me interesso pelos pequenos empresários, eu quero ver os pobres.***

Eles me olharam intrigados, como se eu estivesse falando grego. Estavam confusos e não sabiam aonde me levar.

Perguntei-lhes:

– Vocês têm beneficiários do amparo social em Arkansas?

(Yunus, 2003, p.239 – grifos nossos)

No relato de Yunus, sobre sua experiência no Arkansas, percebe-se claramente não apenas a imprecisão conceitual que acompanha a palavra *pobreza* na atualidade, mas também como essa imprecisão pode gerar interpretações conflitantes. No caso, observações da mesma realidade histórica, apesar de fundamentadas no mesmo conceito, produziram interpretações completamente distintas. O episódio ilustra como a precisão conceitual é importante para a implementação de uma política.

Mas a visão de Yunus (2003) sobre a pobreza é apenas uma dentre as muitas que podem ser inventariadas na literatura que trata do microcrédito. Johnson & Rogaly (1997, p.10), por exemplo, que estudaram diversas instituições que trabalham com microcrédito, apontam três dimensões a serem consideradas quando se fala de pobreza: *baixo nível de renda anual, vulnerabilidade a flutuações na renda e impotência política e social*. Johnson & Rogaly (1997), assim como Yunus (2003), dedicam apenas uma página ao conceito de pobreza, o que, surpreendentemente, chega até a ser muito, considerando que a maioria dos autores aborda a questão apenas de passagem. Em Aghion & Morduch (2005) percebe-se que o foco de atenção é o meio rural, sugerindo que a pobreza tratada é a pobreza rural, mas isso não é sequer explicitado nos dez capítulos que compõem o livro; aliás, até mesmo num trabalho acadêmico como esse, nenhum capítulo é dedicado à discussão da pobreza. Klobuchar & Wilkes (2003, p.15), por sua vez, referem-se simplesmente a *pessoas abandonadas e sem ajuda* e à falta de *comida, roupas, remédios e escolas*, enquanto Ledgerwood (1998, p.1) prefere falar em *baixo nível de renda*.

Como fica claro, não existe, no discurso sobre o microcrédito, uma homogeneidade na utilização do conceito de pobreza e não é exagero dizer que também não há objetividade. Contrastando com a visão pragmática de Yunus (2003), os comentários são, em geral, abstratos. Que valor caracteriza um *baixo nível de renda*? Em que situações uma pessoa é considerada *abandonada*? Como se determina se alguém é política e socialmente *impotente*?

3.2.1 A Pobreza e o Microcrédito à Luz da Experiência Brasileira

Uma forma de tentar discutir o conceito de pobreza adotado pelos programas de microcrédito é verificar quem são as pessoas atendidas por eles, ou seja, quem são os indivíduos que as instituições de microcrédito consideram como pobres. Quem são, por exemplo, as pessoas beneficiadas pelo microcrédito no Brasil?

Sobre o CrediAmigo, programa de microcrédito desenvolvido pelo Banco do Nordeste, Neri, Buchmann, Harris & Andari (2008, p. 41) afirmam:

*O CrediAmigo [...] oferta hoje sozinho mais microcrédito que todos os outros programas brasileiros juntos. Ele permite o acesso de **produtores pobres** ao microcrédito, graças à metodologia de aval solidário, em que 10 **microempresários** formam um grupo, que se responsabiliza pelo pagamento integral dos empréstimos. (grifos nossos)*

Qualificar microempresários como *produtores pobres*, embora possa ter algum sentido, é algo que foge bastante dos estereótipos usualmente associados à idéia de pobreza e é muito mais instigante que esclarecedor. Por esse motivo, é necessário analisar outras informações, a fim de chegar a uma idéia mais exata das pessoas atendidas pelo programa.

Na primeira página do *caderno em cores* encartado entre as páginas 68 e 69 do estudo sobre o CrediAmigo organizado por Neri (2008), podem ser vistas dez fotos de clientes do programa, tendo como cenários os respectivos empreendimentos: um depósito de material de construção, uma farmácia, um ateliê de costura com várias máquinas e várias costureiras trabalhando, duas lojas de roupas, uma loja de artesanatos, uma sorveteria e mais dois outros empreendimentos (aparentemente comerciais). Essas fotos, reproduzidas adiante em preto e branco, no Quadro Fotográfico 1, ajudam a esclarecer melhor quem são as pessoas beneficiadas pelo CrediAmigo. O que mais chama atenção é que elas também registram situações que estão longe dos estereótipos usualmente associados à pobreza no Brasil. Nenhum camelô, feirante ou empreendedor informal; nenhum pequeno lavrador. Além disso, as fotos não apresentam qualquer situação ou elemento que traga a palavra pobreza à mente. Teria o microcrédito

transformado a vida dessas pessoas de tal maneira que nenhum vestígio de pobreza lhes restou? Ou seriam esses os pobres atendidos pelo maior programa brasileiro de microcrédito?



Neri (2008). As fotos estão em cores no original; a autoria das fotos não está identificada no livro.

Informações relativas ao perfil dos clientes do CrediAmigo, elaborado por Neri & Buchmann (2008), sugerem que a segunda hipótese é a que melhor explica a situação:

62,51% dos clientes possuem 1º grau, ou ensino fundamental, completo, seguidos dos que têm 2º grau, ou ensino médio, completo (28,6%) e dos que têm nível superior completo (3%). (Neri & Buchmann, 2008, p.205)

14,2% não empregavam ninguém, isto é, podiam ser considerados trabalhadores por conta própria; 26,5% empregavam uma pessoa, da família ou não; e a maioria, 42,8%, empregava duas pessoas. Apenas 2,3% dos clientes do programa têm negócios com cinco ou mais empregados. (Neri & Buchmann, 2008, p.206)

Em resumo, mais de 90% dos clientes do CrediAmigo têm pelo menos o 1º grau completo e quase 60% deles têm mais de um empregado no empreendimento. Um perfil bem distante daquele que se costuma associar à pobreza.

Outra célebre experiência brasileira na área do microcrédito é desenvolvida pela Prefeitura de Porto Alegre através da Portosol, criada em 1996. Na sua página web (<http://www.portosol.com/>) é possível encontrar⁵⁹ uma pequena descrição de quatro clientes da instituição: Carmem Beatriz, *costureira e lojista*, Pedro Gonçalves, *dono de minimercado*, Arnesta de Quadros, *dona de bar e lancheria* e Marco Antônio, *fundador da creche (beneficente) SASE*. Completam a descrição, além do nome e qualificação, um curto depoimento do cliente e uma pequena foto. Através desses depoimentos, sabe-se que Carmem Beatriz utilizou seu primeiro empréstimo para comprar tecidos e expandir sua atividade de costureira e, só depois, veio a ter uma loja. Sabe-se também que Pedro já era dono de um minimercado quando se tornou cliente da Portosol e que o crédito ali obtido foi utilizado na reestruturação e ampliação do negócio. O depoimento de Arnesta sugere que ela já era dona do empreendimento (bar e lancheria) quando conheceu a Portosol, mas isso não fica inteiramente claro. O relato de Marco Antônio sobre a creche é o mais curto e sequer menciona o seu caráter beneficente ou a origem dos recursos que a sustentam; na pequena foto que acompanha seu comentário aparecem cerca de quarenta crianças.

Segundo Jacques Mick (2003, p.119), 64,77% dos clientes da Portosol atuam no mercado formal, ou seja, possuem empreendimentos registrados segundo as exigências legais, e apenas 35,23% atuam no mercado informal⁶⁰. Ele afirma que

⁵⁹ Acesso em 07 de fevereiro de 2010. O endereço do link é <http://www.portosol.com/clientes.htm>.

⁶⁰ A informação de Mick (2003, p. 119), que aponta que 64,77% dos clientes têm empreendimentos formais, é baseada nos relatórios internos da instituição. A amostra aleatória trabalhada por Mick,

esses números permaneceram praticamente os mesmos desde a fundação da instituição e considera que eles denunciam um *certo conservadorismo* na sua atuação. A análise da sua página *web*, sete anos após a conclusão da pesquisa de Mick, ratifica plenamente esse entendimento. O percentual de clientes da Portosol que têm empregados, segundo a amostra levantada por Mick, também é alto: 39%, sendo que 20,53% empregam dois ou mais empregados (Mick, 2003, p.149).

Empreendimentos formais e microempresários bem estabelecidos também parecem ser imagem constante quando se fala do programa São Paulo Confia, da Prefeitura de São Paulo. Em 2008 foi publicado o estudo de Mario Monzoni sobre o programa, originalmente elaborado na forma de Tese de Doutorado (Monzoni, 2006). O livro (Monzoni, 2008) foi ilustrado por dezessete fotos, de autoria de Igor Pessoa, que não constavam da tese. As fotos não receberam qualquer legenda explicativa; foram inseridas ao longo do texto, mas não são sequer mencionadas nele. Onze fotos⁶¹ retratam pessoas e empreendimentos que, ao que tudo indica, receberam algum financiamento do programa: uma feirante, uma farmácia, um ateliê de costura, uma grande barraca de camelô coberta, dois bares, uma oficina de conserto de eletrodomésticos, duas mercearias, uma academia de luta e uma sapataria. Mais da metade dos empreendimentos fotografados revelam claras características de empreendimentos formais: estão instalados em imóveis, possuem uma considerável quantidade de mercadorias e ocupam espaço razoável, compatível com o tamanho do empreendimento. Quatro das imagens produzidas por Igor Pessoa são reproduzidas a seguir (fotos 24, 25, 26 e 27).



porém, aponta que o percentual de clientes com empreendimentos formais é de 49,05% (Mick, 2003, p.144).

⁶¹ As outras seis fotos retratam a fachada de postos de atendimento do programa (duas fotos), bairros da cidade de São Paulo (três fotos) e um grupo de quatro clientes sendo atendido por um funcionário do programa (uma foto).



O estudo de Monzoni (2008) está baseado numa amostra aleatória de 175 clientes da São Paulo Confia. O perfil por ele traçado para os clientes da instituição não contemplou o aspecto da informalidade ou não dos empreendimentos, mas é possível discuti-la a partir de algumas tabulações efetuadas na pesquisa. Em uma delas (Monzoni, 2008, p.169), baseada na classificação dos empreendimentos por classe de atividade econômica, é possível verificar, por exemplo, que a classe denominada *comércio em vias públicas—exceto quiosques fixos* ocupa apenas 26,3% da amostra. Na tabulação baseada na *atividade econômica* (Monzoni, 2008, p.174), as categorias de *camelô/ambulante* e *feirantes*, somadas, ocupam apenas 20,6% da amostra; se a elas forem somadas as categorias de *cabeleireira e manicure* e a de *borracheiros, bicicleteiros, funileiros, eletricitas e sucateiros*, além de *chaveiros, sapateiros, serralheiro, tapeceiros e costureiros* e, até mesmo, a categoria de *serviços diversos*, teremos apenas 38,3% da amostra. E todos esses números parecem superestimar o número de empreendimentos informais quando se leva em consideração que 82,2% dos empreendimentos analisados na amostra funcionam em *pontos fixos*, sendo que apenas 14,4% podem ser classificados como *ambulantes* e 3,4% caem na categoria de *outros* (Monzoni, 2008, p.177).

A análise da política de microcrédito no Brasil, a partir dos programas mais conhecidos, revela que o rol de clientes atendidos é bem diverso daquele descrito por Muhammad Yunus (2003), quando ele discorre sobre a pobreza em Bangladesh e a experiência do *Banco Grameen*. A principal razão disso é que a oferta de microcrédito no Brasil é basicamente urbana; a esse respeito, Marcelo Neri (2008, p.16-17) comenta:

O nome Grameen, que vem de gram ou vila, quando adjetivado, significa “rural” ou “de vila rural”, refletindo o seu

foco de atuação, enquanto o CrediAmigo é um programa de cobertura urbana. Agora, essa diferença fundamental não é dos programas, mas do caso brasileiro (e latino-americano, nesse aspecto) vis-à-vis o caso de Bangladesh (e do Sudeste asiático), onde boa parte da população, em particular o produtor pobre, vive no campo. (grifos nossos)

A observação dos clientes das instituições de microcrédito brasileiras se revela menos surpreendente quando ela é confrontada com a descrição que o mesmo Yunus (2003, p.239-242) faz dos primeiros norte-americanos, beneficiários do amparo social, a se interessarem pela sua oferta de microcrédito: uma esteticista, dona de salão de beleza, preocupada em comprar mais cosméticos e, assim, diversificar os serviços oferecidos; uma costureira desempregada, interessada em comprar uma máquina de segunda mão para costurar para a vizinhança; uma cozinheira, especialista em tamales, interessada em comprar um carrinho para facilitar suas vendas. O salão de beleza e o ateliê de costura são exemplos particularmente significativos, pois seguramente estão entre os cenários mais facilmente encontrados nas operações de microcrédito no Brasil. À primeira vista, portanto, a política de microcrédito no Brasil parece alinhada a idéia de assistir à pobreza e, em particular, à parcela mais pobre da população, os “20% inferiores da população” a que se refere Yunus (2003, p.97).

Uma análise mais atenta, porém, é capaz de levantar indagações inquietantes. Uma delas é que, considerando as notórias diferenças de renda, infraestrutura e tantas coisas mais entre o Brasil e os Estados Unidos, a pobreza certamente não se manifesta da mesma forma nem tem o mesmo perfil nos dois países. Isso torna enigmático o fato de os clientes das instituições de microcrédito terem características tão similares. É inegável que a vida urbana no Brasil tem muitas similitudes com a de outros países, inclusive os Estados Unidos, mas também é inegável que as cidades brasileiras, com suas favelas, camelôs, flanelinhas e mendigos, apresentam elementos que são bastante raros, ou mesmo inexistentes, nas cidades norte-americanas. Como admitir, então, que programas de combate à pobreza tenham públicos tão similares nos dois países?

Outra indagação pertinente é que as instituições brasileiras têm como clientes pessoas que mesmo na opulenta realidade norte-americana não seriam

consideradas pobres. No seu relato sobre o Arkansas, Yunus (2003, p.239) afirma categoricamente: “eu não me interesso pelos pequenos empresários, eu quero ver os pobres”. Os pobres que ele encontra no Arkansas são os beneficiários da seguridade social, pessoas que sobrevivem em situação tão precária que recebem auxílio governamental; nenhum deles é patrão, nenhum deles tem empregados, nem está procurando um meio de vir a tê-los; todos trabalham ou querem trabalhar por conta própria. No Brasil, pelo contrário, como sugerem as informações fornecidas por Neri & Buchmann (2008, p.206) sobre o CrediAmigo e por Mick (2003, p.149) sobre a Portosol, uma parcela significativa dos clientes das instituições de microcrédito possuem dois ou mais empregados.

A pesquisa de Mick (2003, p.157-158) também revelou que em muitos casos a Portosol não desempenhou o papel de ofertar crédito a pessoas sem acesso ao sistema bancário: dos 375 clientes pesquisados por ele, 278 (74%) já tinham conta bancária quando fizeram sua primeira operação de microcrédito. Dentre eles, 13% tinham conta em mais de um banco. Na amostra pesquisada por Monzoni (2008), no seu estudo sobre a São Paulo Confia, o resultado não é muito diferente: o percentual de clientes que possuem conta bancária e, portanto, acesso ao sistema bancário, é igualmente alto: 54,3% (Monzoni, 2008, p.165).

O valor dos empréstimos também chama a atenção de quem observa o caso brasileiro. Ao relatar a experiência do Arkansas, em 1986, Yunus (2003, p.241-242) fala de três empréstimos: um de 375 dólares, outro de *algumas centenas de dólares* e um terceiro, de 600 dólares, algo em torno de 1.200 dólares atuais, o que equivale a cerca de R\$ 2.070,00, ao câmbio de janeiro de 2010. Os 375 dólares, por sua vez, são equivalentes hoje a cerca de R\$ 1.300,00, valor que corresponde aproximadamente à média do valor das operações de microcrédito produtivo no Brasil no ano de 2009⁶². Esses números sugerem que as operações de microcrédito no Brasil possuem valor médio inferior ao das operações norte-americanas iniciadas por Muhammad Yunus, mas a diferença não parece ser tão grande quanto são as

⁶² O Banco Central do Brasil divulga o valor médio das operações de microcrédito no país em duas tabelas: uma tratando das operações de crédito pra consumo e outra tratando das operações associadas a iniciativas empresariais (microcrédito produtivo). O valor de R\$ 1.300,00 corresponde à média dos valores (médios) dos meses de janeiro a outubro de 2009.

diferenças de renda entre brasileiros e norte-americanos⁶³, particularmente quando não se perde de vista a acentuada desigualdade de renda dentro do Brasil. O valor médio das operações de microcrédito produtivo no Brasil (R\$ 1.300,00) também é muito próximo daquele praticado pela inglesa e urbana *Ladywood Credit Union* – R\$ 1.690,00, em valores de hoje⁶⁴ –, apesar das enormes diferenças entre as realidades sócio-econômica do Brasil e da Inglaterra⁶⁵. Assim, embora as operações de microcrédito no Brasil pareçam ser compatíveis com o padrão imaginado por Yunus (2003) para realidades urbanas de países industrializados, existe uma grande dúvida quanto à sua adequação à pobreza existente nas cidades brasileiras.

Outras informações relevantes para a análise podem ser reveladas se se decide ir além da confortável síntese da média. Uma delas é o valor máximo dos empréstimos concedidos⁶⁶: R\$ 15.000,00 na Portosol, R\$ 7.000,00 na São Paulo Confia e R\$ 4.000,00 para clientes novos e R\$ 15.000,00 para clientes antigos no CrediAmigo. Os valores mínimos, por sua vez, são R\$ 200,00 na Portosol, R\$ 50,00 na São Paulo Confia e R\$ 100,00 no CrediAmigo. Tais valores indicam não apenas que as instituições brasileiras de microcrédito têm clientes com realidades bastante diversas (como, aliás, é a própria realidade brasileira), mas também permitem concluir que muitos desses clientes podem ser facilmente excluídos do grupo de “20% inferiores da população” citado por Yunus (2003, p.97).

Ainda sobre o valor das operações de microcrédito no Brasil, é oportuno citar o depoimento de Tânia Machado (2002) sobre o Banco do Povo de Minas Gerais:

⁶³ A renda nacional bruta *per capita* observada nos Estados Unidos corresponde a cerca de seis vezes e meia a existente no Brasil, segundo informações obtidas na página *web* do Banco Mundial.

⁶⁴ Esse cifra foi calculada a partir da informação de Johnson & Rogaly (1997, p.88) sobre o valor médio das operações de crédito da *Ladywood Credit Union*: 668 dólares de 1995. Para atualização dos valores em dólares utilizou-se a calculadora do *Bureau of Labor Statistics* (www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm), que funciona a partir do índice de preços ao consumidor calculado por essa instituição. A conversão de dólares para reais foi feita pela cotação de R\$ 1,78 por dólar, correspondente à cotação média do dólar comercial no mês de janeiro de 2010.

⁶⁵ A renda nacional bruta *per capita* no Brasil corresponde a cerca de um sexto daquela existente no Reino Unido, segundo informações obtidas na página *web* do Banco Mundial.

⁶⁶ Os valores foram obtidos nas páginas *web* de cada um dos programas citados: Portosol (www.portosol.com), São Paulo Confia (www.saopauloconfia.org.br) e CrediAmigo, acessado a partir de um *link* na página *web* do Banco do Nordeste do Brasil (www.bnb.gov.br).

quando no fundo penso na palavra microcrédito, lembro-me de quando o Banco do Povo iniciou suas atividades lá pelo ano de 1997, ainda como um departamento do Instituto Centro Cape, e com um capital de R\$ 30 mil, conseguimos levar mais de R\$ 800 mil em créditos para 1.800 pessoas, com valores iniciais de R\$ 50 a R\$ 200. Fomos na época duramente criticados pois diziam que crédito de R\$ 50 não gera melhora e nem auto-emprego para ninguém. Entretanto, insistimos na idéia e foram dezenas de casos de sucesso em que as pessoas com um capital inicial de R\$ 50 ou R\$ 100 iniciavam realmente um negócio. Era a manicure que podia comprar esmalte e alicate, era a passadeira que comprou seu próprio ferro e passou a trabalhar em casa, retomando o controle da família, era o empreendedor que comprou quatro garrafas térmicas e soldou um engradado na sua bicicleta e vendia café nas construções civis às 5 horas da manhã. O pagamento era dentro da realidade de cada um: você recebe por semana? Então pague por semana. Você recebe por mês: então pague por mês. Você recebe quinzenalmente: então pague quinzenalmente. Isto sim era microcrédito, que acabamos tendo de deixar de lado quando formalizamos a instituição e passamos a operar com os recursos oriundos dos bancos de desenvolvimento. (Machado, 2002, p.11)

A faixa de valores entre R\$ 50,00 e R\$ 200,00 em 1997 corresponderia, em valores de hoje⁶⁷, a uma faixa de empréstimos variando de R\$ 110,00 a R\$ 440,00. Atualmente, porém, o Banco do Povo de Minas Gerais informa na sua página web (www.bcodopovo.org.br) que faz empréstimos que vão de R\$ 500,00 a R\$ 3.000,00, quando o cliente não tem um negócio formalizado, e de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00, quando o cliente é uma pessoa jurídica.

⁶⁷ A atualização de valores foi feita com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Para facilitar o cálculo utilizou-se a calculadora disponível na página web do Banco Central do Brasil (www.bacen.gov.br).

E não é apenas no Brasil que o perfil dos clientes das instituições de microcrédito causa espanto. David Hume, professor da Universidade de Manchester, um dos mais antigos pesquisadores do tema, observa que

muitas Instituições de Microfinanças (por exemplo, virtualmente todas aquelas no Quênia e em Uganda) têm alta proporção de clientes que não são pobres, tomando como critério a linha de pobreza nacional oficial. (Hume, 2007, p.20)

Hume (2007, p.20) afirma ter ficado impressionado ao constatar que as 13 pessoas que entrevistou em Nieri, Quênia, clientes de uma instituição de microcrédito devotada ao combate à pobreza, tinham carro. No Brasil, a amostra aleatória de 375 clientes da Portosol analisada por Mick (2003) revela que 106 deles (28%) possuíam automóvel (carro, jeep, kombi...) quando fizeram sua primeira operação de crédito na instituição⁶⁸. Embora não seja tão enfático quanto o do Quênia, o número não deixa de ser surpreendente.

Mas para alguns estudiosos do microcrédito, números como esses não têm nada de surpreendente. Hege Gulli (1998) e Marguerite S. Robinson (2001) estão entre tais autores; eles reconhecem que nem sempre as operações de microcrédito estão relacionadas ao combate à pobreza e afirmam que uma parte considerável dos clientes das instituições de microcrédito não são pobres.

Gulli (1998, p.12-15) afirma que existe uma grande variedade de instituições que operam com microcrédito e nem todas desenvolvem suas atividades com os olhos voltados para o combate à pobreza; para muitas delas, diz ele, a oferta de serviços financeiros é o principal objetivo. Dentro da experiência brasileira, um caso que pode ser citado para ilustrar essa afirmativa é o do programa de microcrédito do Banco Real; segundo depoimento do Superintendente Executivo do Microcrédito do Banco Real, Giovani Anversa⁶⁹, o programa funciona como estratégia de captação de novos clientes para o banco e foi criado quando seus

⁶⁸ Esses números foram obtidos a partir da tabulação dos *Indicadores de Perfil e de Impacto* efetuada por Mick (2003, p.247-252).

⁶⁹ O depoimento de Giovani Anversa sobre o programa de microcrédito do Banco Real está disponível no YouTube (www.youtube.com) e pode ser acessado diretamente através do link www.youtube.com/watch?v=anQdZn_lbWk.

diretores perceberam que havia um segmento de mercado ainda não explorado pelas instituições bancárias do país, o setor produtivo informal. A Portosol, por sua vez, pode ser citada como exemplo ilustrativo de instituição de microcrédito que não está inteiramente voltada para o combate à pobreza; nesse caso, os requisitos de sustentabilidade acaram por subjugar parcialmente os objetivos originalmente traçados para a instituição. Em sua narrativa, Jacques Mick (2003, p. 114-125) relata como a incapacidade de aumentar o número de clientes, apesar da existência de recursos disponíveis em caixa, obrigou a Portosol a adotar a prática de limitar as operações com clientes de mais baixa renda a 30% do total da instituição, ao mesmo tempo que estabeleceu a meta de conquistar clientes de renda mais alta em número suficiente para responder por 20% das operações. O resultado é que os clientes de mais baixa renda, exatamente aqueles que não têm acesso à rede bancária, embora representem 60% dos clientes da Portosol, recebem apenas 25% do total emprestado por ela (Mick, 2003, p.118-119). Mick (2003, p. 160) chega a se perguntar se a Portosol não estaria “desprezando o foco central de sua atuação (os sem-banco)”.

Sobre a existência de não-pobres entre os clientes usuais das instituições de microcrédito, Gulli (1998, p.19) recorre a diversos estudos de caso para afirmar que “poucas instituições de microcrédito alcançam os mais pobres entre os pobres”, assim como “muitas instituições de microcrédito têm um alto percentual de não pobres como clientes”. A discussão de experiências brasileiras até aqui conduzida está perfeitamente de acordo com essas afirmativas, como se pôde constatar a partir dos indicadores disponíveis: grande número de clientes com empreendimentos formalizados, grande número de clientes com dois ou mais empregados, alto valor médio, mínimo e máximo dos empréstimos e grande número de clientes que possuem automóvel e conta bancária.

Para Robinson (2001, p.20-22), não há perda de foco nem desvio de finalidade por parte das instituições de microcrédito; a questão, segundo ela, é que o microcrédito não é adequado para qualquer faixa de pobreza e não é útil apenas para os pobres. A fim de identificar os potenciais beneficiários da política de microcrédito, ou seja, os possíveis clientes das instituições de microcrédito, ela divide as pessoas de menor renda em três grupos: os *extremamente pobres*, os *pobres economicamente ativos* e a *classe média baixa*. Segundo ela, os

extremamente pobres formam um grupo situado completamente abaixo da *linha de pobreza oficial*, são as pessoas mais pobres da sociedade e estão impossibilitados de alcançar os padrões mais básicos de nutrição, moradia e saúde; os *pobres economicamente ativos*, por sua vez, possuindo melhor condição de vida, situam-se quase todos acima da *linha de pobreza*, porém não muito distantes dela, e conseguem alcançar os padrões básicos de nutrição moradia e saúde; a *classe média baixa* é um grupo que vive em condições bem melhores que os outros dois e mantém-se completamente acima da *linha de pobreza*. Robinson (2001, p.21) afirma que a clientela (efetiva e potencial) das instituições de microcrédito é composta apenas pelos *pobres economicamente ativos* e pela *classe média baixa*. Desses dois grupos, afirma ela, apenas o dos *pobres economicamente ativos* tem o microcrédito como única forma de acesso a operações de crédito, uma vez que a *classe média baixa* tem pleno acesso à rede bancária. Para a *classe média baixa*, portanto, o microcrédito é uma alternativa e não a única opção. Ainda segundo Robinson (2001, p.21-22), as políticas mais apropriadas para os *extremamente pobres* são caracterizadas pela ação direta e subsidiada pelos cofres públicos nas áreas de nutrição, saúde, moradia e educação; para ela, portanto, o microcrédito não é a política mais recomendada para combater as formas extremas de pobreza.

Robinson (2001, p.22-27) reconhece que algumas instituições de microcrédito conseguem alcançar as pessoas *extremamente pobres*, mas para ela essas instituições são dependentes de doações, tanto para iniciar suas atividades quanto para expandi-las. Ela afirma também que, apesar de haver exemplos de sucesso entre instituições desse tipo, como o *Banco Grameen*, existem inúmeros casos de fracasso e considera inviável um grande aumento da oferta mundial de microcrédito baseada em instituições que dependem de doações. Para Robinson (2001), as instituições de microcrédito mais sólidas e com maior potencial de multiplicação e crescimento são aquelas organizadas dentro da lógica financeira da geração de lucro para os investidores. Segundo ela, o capital dos investidores, e não as doações, são a chave para a expansão e multiplicação das instituições de microcrédito em todo o mundo. Ademais, ela considera que o dinheiro das doações pode ser utilizado em políticas que são muito mais apropriadas para os *extremamente pobres* que o microcrédito. Por tudo isso, conclui ela, o microcrédito é

uma política destinada a estar cada vez mais voltada para os *pobres economicamente ativos* e não para os *extremamente pobres*.

A idéia de que o microcrédito não é utilizado apenas pelos pobres e que muitas vezes não está acessível aos mais pobres, aceita por Robinson (2001), Gulli (1998), Aghion & Morduch (2005) e outros, contraria boa parte do que é dito e constantemente repetido sobre o microcrédito. A *Microcredit Summit Campaign* – campanha mundial nascida a partir do encontro internacional sobre microcrédito (*Microcredit Summit*) de 1997, organizado por Muhammad Yunus e alguns correligionários – está há treze anos arrecadando doações para a expansão da oferta de microcrédito em todo o mundo. Ela é movida pelo objetivo de estender o microcrédito aos mais pobres (*the poorest*). Na sua página web lê-se que

*O Microcredit Summit define as famílias mais pobres dos países em desenvolvimento como a metade inferior (the bottom 50%) do grupo de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza ou com menos de um dólar (ajustado pela paridade do poder de compra) por dia*⁷⁰.

O texto não deixa dúvidas: o objetivo da campanha é ajudar os mais pobres dentre os pobres, mais precisamente os 50% mais pobres dentre aqueles que se encontram abaixo da linha de pobreza⁷¹. No relatório de 2009 sobre o estado da campanha consta que em 2007 “mais de 100 milhões de famílias das mais pobres do mundo receberam um microempréstimo” (Daley-Harris, 2009, p.1). Entre os doadores mais conhecidos da campanha estão a *Fundação Bill e Melinda Gates* e dois dos maiores bancos norte-americanos, o *Citibank* (através da *Citi Foundation*) e o *J. P. Morgan*. Como fica claro, a idéia de alcançar os mais pobres dentre os pobres através do microcrédito, apesar de criticada por vários autores, é bastante difundida e é capaz de encantar doadores abastados.

⁷⁰ Texto disponível em www.microcreditsummit.org/about/about_the_microcredit_summit_campaign/, acesso em fevereiro de 2010.

⁷¹ A *Microcredit Summit Campaign* não estabelece uma definição para *linha de pobreza*, embora a referência a uma renda de até *um dólar por dia* sugira a definição internacional mais usada. De qualquer forma, é conveniente lembrar que existem várias formas de determinar a linha de pobreza. No Brasil não existe até o momento um critério oficial (adotado pelo governo) para determinar a linha de pobreza, ou seja, não existe uma linha de pobreza oficial, embora existam vários estudos sobre o tema e vários critérios e definições sendo utilizados pelos pesquisadores.

A análise da experiência brasileira no campo do microcrédito até aqui conduzida revelou uma série de contradições (entre as práticas, entre os discursos e até entre as práticas e os discursos). Essas contradições, porém, não são uma característica exclusiva do caso brasileiro e não devem ser consideradas anomalias. A experiência brasileira apenas permite observar, de forma bastante nítida, como os diferentes pontos de vista acerca da definição do público alvo coexistem e disputam a posição hegemônica dentro do espaço de implementação da política de microcrédito. Em outras palavras, ela ilustra de forma exemplar que o discurso sobre o microcrédito não é composto por um conjunto homogêneo de idéias, e o faz explicitando algumas divergências existentes no campo do microcrédito. Tais divergências, cumpre ressaltar, não se limitam à forma como a relação entre microcrédito e pobreza é entendida e tratada, elas se manifestam também na própria definição do que é ou não é o microcrédito.

3.3 As Imprecisões do Conceito de Microcrédito

Considerando apenas o aspecto etimológico, o microcrédito é um tipo de operação de crédito, uma espécie do gênero crédito, sendo o prefixo *micro* uma referência ao baixo valor do empréstimo concedido. Em outras palavras uma operação de microcrédito é uma operação de empréstimo de valor muito pequeno.

Como já se disse no capítulo introdutório, o microcrédito é considerado inovador e recebe tanta atenção a ponto de converter-se em uma política pública por dois motivos: em primeiro lugar porque o sistema bancário não costuma operar com empréstimos de valores muito baixos, o que faz com que muitas pessoas não tenham acesso a crédito; em segundo lugar porque existe a crença de que o crédito pode ajudar os pobres a melhor estruturar e expandir suas atividades econômicas, sendo, assim, uma excelente arma de combate à pobreza. Ademais, na ausência da política de microcrédito, em muitos casos a falta de sistema bancário é compensada pela figura do agiota e, assim, pela cobrança de taxas de juros bem acima da cobrada pelos bancos, que acabam por comprometer boa parte da já diminuta renda dos mais pobres.

O microcrédito, portanto, expandiu-se sob o ideal de permitir que pessoas que não têm acesso a crédito na rede bancária convencional possam dispor desse

serviço sem ter que pagar os juros exorbitantes cobrados por agiotas. Não se trata de fazer empréstimos subsidiados ou em condições especiais, trata-se simplesmente de oferecer o crédito, a juros de mercado⁷², para aqueles que os bancos comerciais não se interessam em atender. O microcrédito não surgiu com o intuito de beneficiar pequenos empresários do Arkansas ou quaisquer outros indivíduos que já têm acesso a empréstimos na rede bancária, ainda que possam ser por algum critério qualificados de pobres; entre eles, o impacto da política será bastante reduzido, pois o surgimento de uma instituição de microcrédito será equivalente à instalação de mais uma agência bancária. O microcrédito foi concebido para ter o mesmo efeito de uma expansão do sistema bancário em direção às pessoas que não têm acesso a ele. Porém, a oferta de crédito não é um fim em si mesmo, ela é considerada um meio de ajudar as pessoas a diminuírem ou superarem a condição de pobreza.

Como lembram Aghion & Morduch (2005, p.8-9), a idéia de tornar o crédito acessível aos mais pobres, usualmente excluídos do rol de clientes do sistema bancário comercial, não surgiu com o microcrédito, mas foi somente com o seu surgimento que ela ganhou uma fórmula de implementação reconhecida em diversas esferas políticas como bem sucedida. Nas décadas de 1970 e 1980, tentativas governamentais baseadas em empréstimos subsidiados, em geral com taxas de juros situadas abaixo daquelas praticadas pelo mercado⁷³, acabaram produzindo experiências não sustentáveis, marcadas por favorecimentos escusos,

⁷² É oportuno esclarecer o sentido da expressão *juros de mercado*. Em primeiro lugar é necessário sublinhar que não existe uma taxa de juros, mas uma infinidade delas, que são diretamente proporcionais ao risco que existe de o empréstimo não ser pago. Empréstimos pessoais concedidos por financeiras, por exemplo, pagam taxas de juros que são de seis a oito vezes maiores que as dos empréstimos pessoais pagos a bancos que trabalham com consignação em folha de pagamento; nos dois casos, as taxas de juros cobradas são taxas de mercado, a diferença entre elas é explicada pelo risco de inadimplência associado a cada tipo de empréstimo. Mas quando se diz que as instituições de microcrédito oferecem empréstimos aos pobres *a juros de mercado*, está-se a dizer não apenas que elas emprestam dinheiro, mas também que elas conseguem emprestar a juros baixos porque são capazes de obter uma baixíssima taxa de inadimplência, além de operarem com modestos custos administrativos. A baixíssima inadimplência e os modestos custos administrativos garantem que a instituição consiga manter-se financeiramente, apesar de cobrar baixas taxas de juros.

⁷³ Mesmo quando a taxa de juros praticada é compatível as taxas praticadas pelos bancos comerciais, pode-se estar diante de uma taxa subsidiada, pois a taxa de mercado é aquela onde os juros cobrados são suficientes para compensar o risco e os custos da operação de crédito. Quando uma instituição, governamental ou não, oferece garantias financeiras às instituições ou lhes ajuda a pagar custos administrativos, ela está ajudando a subsidiar a taxa de juros, pois sem a garantia ou a ajuda financeira os juros cobrados teriam que ser maiores.

altas taxas de inadimplência e falência dos fundos financiadores. Embora tais tentativas ainda continuem a ser recriadas e reinventadas, e embora existam ainda outras formas de crédito voltadas para a população pobre, o microcrédito é certamente a experiência mais prestigiada do momento. Seus apologistas afirmam que o microcrédito, ao contrário de outras formas de crédito para os pobres, é uma política sustentável, uma vez que o baixo índice de inadimplência obtido nas operações de empréstimo garante a manutenção dos recursos necessários à sua continuidade. Eles associam essa baixa inadimplência à metodologia do aval solidário, que consiste na formação de grupos de clientes⁷⁴, que ficam solidariamente responsáveis pelos empréstimos concedidos aos demais; se alguém deixa de pagar o empréstimo, todos são considerados devedores, até que a obrigação seja quitada. Os defensores dessa metodologia argumentam que ela resolve a questão da falta de garantias dos clientes de baixa renda, ao mesmo tempo que insere o indivíduo numa rede social de apoio e solidariedade e cria um mecanismo de pressão social sobre clientes com propensão à inadimplência.

Quando se tenta explicar o que é microcrédito, há quatro pontos que surgem de forma recorrente e, desse modo, constituem os elementos centrais do conjunto de diferentes definições existentes:

- a) pequeno valor das operações;
- b) clientela composta por pessoas de baixa renda, que usualmente não têm acesso a crédito na rede bancária;
- c) empréstimos destinados a atividades produtivas;
- d) empréstimos garantidos através do aval solidário.

A seguir, a título ilustrativo, são reproduzidas algumas passagens formuladas com o intuito de explicar o que é *microcrédito*:

1997 Microcredit Summit: *o microcrédito disponibiliza pequenos empréstimos a pessoas muito pobres para projetos*

⁷⁴ Em geral formam-se grupos pequenos. Na São Paulo Confia os grupos têm de quatro a sete pessoas; na Portosol, de duas a quatro (informação obtida nas páginas web das instituições).

*de trabalho autônomo que geram renda, permitindo que elas possam cuidar de si próprias e de suas famílias*⁷⁵.

Parente (2002, p. 16): *Além de pequena monta, o crédito é direcionado a um público específico, ou seja, à camada da população de mais baixa renda, em geral excluída do sistema financeiro convencional, em especial os microempreendedores do segmento informal da economia.*

Barone, Lima, Dantas & Rezende (2002, p.11): *microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso formal ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.*

Kraychete (2005, p.154): *fornecimento de crédito orientado a pequenos e micro produtores de bens e serviços e a pequenos comerciantes. Observa-se que o aspecto mais relevante na definição do microcrédito não está relacionado ao montante de recursos transacionado, mas ao destinatário e à tecnologia adotada.*

Neri, Buchmann, Harris & Andari (2008, p.29): *empréstimos de baixo valor concedidos a pessoas de baixa renda.*

Esse conjunto de definições parece apontar para uma visão mais ou menos homogênea e coerente sobre o microcrédito, organizada em torno dos quatro pontos supra mencionados. Ledo engano, facilmente percebido através de uma análise aprofundada, que coloque à prova a compatibilidade das definições usualmente formuladas com o conjunto do discurso e da prática do microcrédito.

⁷⁵ A definição ora apresentada é aquela formulada no encontro internacional sobre microcrédito (*Microcredit Summit*) de 1997, e que é reproduzida na página web do Banco Grameen (www.grameen.com). A definição hoje adotada pela *Microcredit Summit Campaign* está ligeiramente reformulada.

Em função da correspondência etimológica, o elemento mais elementar dos conceitos de microcrédito usualmente formulados é o baixo valor dos empréstimos. Trata-se de uma idéia simples de compreender, mas extremamente vaga. Considere-se, por exemplo, as informações coletadas por Johnson & Rogaly (1997, p.86-88) sobre quatro instituições de microcrédito que atuam no meio rural, uma no México, outra no Equador, uma terceira no Paquistão e a quarta na Gâmbia: o valor médio dos empréstimos⁷⁶ varia de 125 dólares na instituição mexicana a 498 dólares na equatoriana, passando por 223 dólares na instituição paquistanesa e 252 dólares na gambiana. O valor médio dos empréstimos concedidos pela instituição equatoriana, portanto, é quatro vezes maior que o dos empréstimos da instituição mexicana e duas vezes maior que os empréstimos da instituição paquistanesa e da instituição gambiana. Quando se considera a renda nacional bruta *per capita*⁷⁷ esses números revelam uma dispersão ainda maior: o valor médio dos empréstimos da instituição mexicana corresponde a 1% da renda *per capita* do país, enquanto o valor médio dos empréstimos concedidos pela instituição equatoriana corresponde a 14% da renda *per capita* daquele país. No caso paquistanês o percentual é 23% e no caso gambiano ele chega a 64%. As informações de Johnson & Rogaly (1997, p.86-88) também permitem calcular o valor relativo às atividades de uma instituição britânica que atua no meio urbano: o valor médio de seus empréstimos corresponde a 2% da renda *per capita* do Reino Unido. No Brasil, onde o microcrédito é uma política essencialmente urbana, o percentual é de 7%, tomando por base o ano de 2008⁷⁸. As informações coletadas por Hulme & Mosley (1996) e compiladas por Johnson & Rogaly (1997, p.125) permitem fazer o mesmo cálculo para o valor médio de empréstimos concedidos por instituições na Bolívia (47% da renda *per capita*), na Indonésia (90% da renda *per capita*), em Bangladesh (35% da renda *per capita*), no Sri Lanka (9% da renda *per capita*) e no Quênia (112% da renda *per capita*). O que

⁷⁶ Os valores foram atualizados para 2010 com base na inflação norte-americana, medida pelo índice de preços ao consumidor divulgado pelo *Bureau of Labor Statistics*. A fim de facilitar o trabalho de cálculo, utilizou-se a calculadora do *Bureau* disponível em www.bls.gov/data/inflation_calculator.htm.

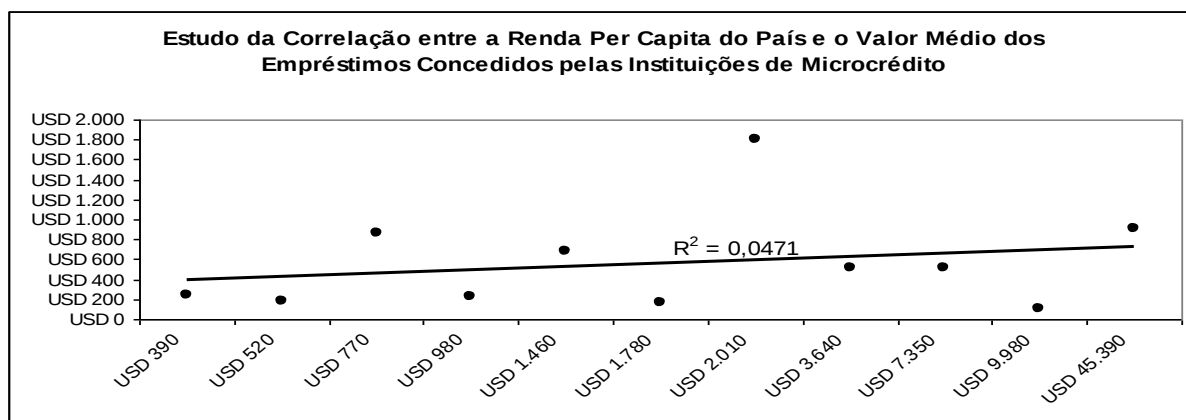
⁷⁷ As informações sobre a renda nacional bruta *per capita* dos diversos países foi obtida na página web do Banco Mundial (www.worldbank.org).

⁷⁸ No momento, o valor médio das operações de microcrédito no Brasil está disponibilizado até o mês de outubro de 2009, pelo Banco Central do Brasil. O mesmo Banco Central possui informações sobre o PIB *per capita* do Brasil apenas até o ano de 2008. Por esse motivo, calculou-se o percentual com base nos valores de 2008.

se quer demonstrar com esses números é que a disparidade entre o valor das operações de microcrédito em diversas partes do mundo não é reflexo das diferentes realidades onde essa política é implementada, mas sim da grande flexibilidade de interpretação que a expressão *empréstimos de baixo valor* comporta. Procurando ratificar esse entendimento, foram confeccionados, a partir dos números ora apresentados, os gráficos 1 e 2.

No Gráfico 1 põe-se à prova a hipótese de que as diferenças nos valores médios dos empréstimos se explica pelas disparidades de renda. Construído a partir das informações citadas no parágrafo anterior, o gráfico demonstra que não existe relação alguma entre o valor médio dos empréstimos e a renda *per capita* do país, o que se traduz num coeficiente de correlação (R^2) entre as duas variáveis que é praticamente igual a zero⁷⁹.

GRÁFICO 1

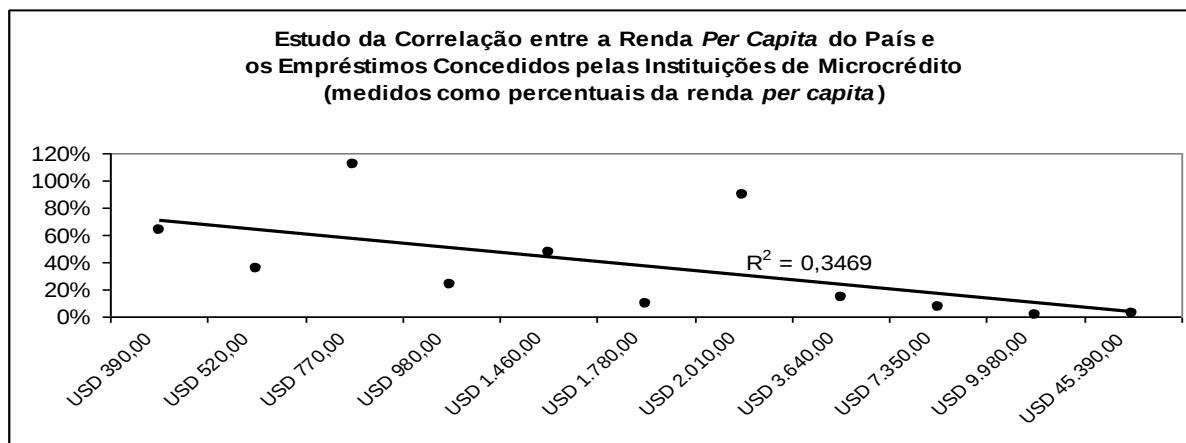


Essa análise também pode ser feita considerando não o valor absoluto dos empréstimos, mas o valor relativo, como percentual da renda *per capita*. O Gráfico 2, construído com as mesmas informações do gráfico anterior, busca subsidiar a reflexão nesses termos. A partir dele, é possível visualizar a existência de uma relação inversa, porém muito pequena, entre essas duas variáveis; a existência de casos expressivos que não se enquadram nessa relação produz um coeficiente de correlação (R^2) pouco significativo e, assim, também permite rejeitar a hipótese de

⁷⁹ Lembre-se que quanto maior for a correlação entre duas variáveis mais o coeficiente R^2 se aproxima de 1 (um) e quanto menor for a correlação entre essas variáveis mais o coeficiente R^2 se aproxima de 0 (zero).

que as variações dos valores médios dos empréstimos são reflexo das diferenças econômicas existentes entre os países.

GRÁFICO 2



Uma grande flexibilidade de interpretação pode ser observada também quando se fala da clientela atendida pelas instituições de microcrédito, afinal, a expressão *pessoas de baixa renda*, utilizada de forma freqüente para caracterizá-la, é tão vaga quanto a expressão *empréstimos de baixo valor*. Recorrendo novamente às informações de Hulme & Mosley (1996) compiladas por Johnson & Rogaly (1997, p.125), sabe-se que a renda média dos novos clientes do *BRAC*, instituição de microcrédito em Bangladesh, corresponde a 68% da linha de pobreza do país, sendo que esse percentual sobe para 173% no *SANASA* (Sri Lanka), 195% no *BRI-Desa* (Indonésia) e 480% no *BancoSol* (Bolívia). Quando se considera a renda média dos clientes dessas instituições, como percentual da renda nacional bruta *per capita* do país onde funcionam, tem-se uma variação de 26% na instituição do Sri Lanka a 86% no *K-REP* do Quênia, passando por 44% no *BRI-Desa* (Indonésia), 49% no *BRAC* (Bangladesh), 53% no *BancoSol* (Bolívia) e 68% no *Banco Grameen* (Bangladesh). E não se deve esquecer que esses são valores médios e que, como já se disse anteriormente, diversos autores e instituições adotam a tese de que os mais pobres dentre os pobres não integram público alvo a ser atingido pela política de microcrédito.

Em grande medida, as duas coisas (valor dos empréstimos e renda dos clientes) estão associadas. Se pessoas de diversas faixas de renda são atendidas então é natural que os empréstimos também se situem em diversas faixas de valores. O inverso também é verdadeiro: se as instituições decidem atuar com empréstimos de diferentes valores elas acabarão por ter clientes de faixas diferentes

de renda, adequadas para cada uma das faixas de valor dos empréstimos. E o fato de se poder constatar essa relação comparando os valores médios da atuação de diferentes instituições revela que elas adotam pontos de vistas diferentes umas das outras e, assim, especializam-se em segmentos diferentes da clientela. Desse modo, ainda que se assuma como verdadeira a afirmativa de que as instituições de microcrédito fazem empréstimos de *baixo valor* a pessoas de *baixa renda*, é necessário não perder de vista que existe uma grande variedade de situações compatíveis com essa afirmativa e não há, no campo do microcrédito, um entendimento homogêneo das expressões *baixo valor* e *baixa renda*.

Ainda que se admita que os aspectos mais marcantes e distintivos do conceito de microcrédito não sejam o valor das operações de crédito ou a faixa de renda dos tomadores de empréstimo, o que se tem é uma caracterização bastante flexível. O ponto menos controverso dessa caracterização é, sem dúvida, a vinculação da operação de crédito a algum tipo de empreendimento produtivo, independente do setor econômico. Sobre essa vinculação, Monzoni (2008, p.31) é não apenas taxativo, mas contundente contra a possibilidade de classificar empréstimos voltados para o consumo como operações de microcrédito. A maioria dos autores que discorrem sobre o microcrédito sequer aventa a possibilidade de existência de operações desvinculadas de iniciativas produtivas. Apesar disso, como o próprio Monzoni reconhece, há quem rotule determinadas operações de crédito para consumo como *microcrédito*; o Banco Central do Brasil, por exemplo, nos seus relatórios, distingue os recursos destinados para o *consumo* daqueles destinados ao *microempreendedor*. Muhammad Yunus, pronunciando-se no seminário internacional *Attacking Poverty with Microcredit*, em Daca, no ano de 2003, alertou para os diferentes usos e sentidos que o termo *microcrédito* tem ao redor do mundo e, ao propor uma tipologia, reconheceu a existência de um *consumer microcredit* (microcrédito ao consumidor), diferente do microcrédito praticado pelo *Banco Grameen* e de outros oito tipos (Yunus, 2003b, p.12).

A utilização do aval solidário na concessão dos empréstimos, por sua vez, citada de forma recorrente nas definições de microcrédito, tem-se revelado bastante controversa. Como observam Aghion & Morduch (2005, p.4), as experiências do *Banco Grameen* (de Bangladesh) e do *BancoSol* (da Bolívia) contribuíram para consagrar a idéia de que o aval solidário é um elemento essencial da política de

microcrédito, na medida em que permite às instituições alcançarem índices extremamente baixos de inadimplência nas suas operações e, assim, garante a viabilidade financeira dessas instituições e da própria política de microcrédito. No Brasil, a utilização dessa metodologia é bastante comum, estando presente no CrediAmigo, na São Paulo Confia, na Portosol e várias outras instituições. Mas os mesmos Aghion & Morduch (2005, p.4) classificam de *mito* a idéia de que o aval solidário seja a única forma de superar o problema da falta de garantias para os empréstimos e de reduzir a inadimplência a níveis aceitáveis. Gulli (1998, p.19-24) chega a citar e comparar instituições de microcrédito que utilizam e que não utilizam a metodologia do aval solidário. No Brasil, o CrediAmigo, maior programa de microcrédito do país, utiliza o aval solidário, mas a Portosol, o Banco do Povo de Minas Gerais e o Ceape podem ser citados como exemplos de instituições que trabalham tanto com o aval solidário como com garantias individuais. Segundo Joanna Ledgerwood (1998, p.67-68), existem dois métodos de concessão de crédito dentro da política de microcrédito: os empréstimos individuais e as abordagens baseadas em grupos.

Como fica claro, qualquer tentativa de estabelecer um conceito de *microcrédito* que seja universalmente aceito por aqueles atuam no seu campo será infrutífera. A análise até aqui conduzida explicitou que a política de microcrédito, tal qual descrita nos textos que a tomam para objeto de análise, está assentada em noções vagas (*baixo valor, baixa renda*) e em pressupostos nem sempre observados nas experiências correntes (*crédito produtivo, aval solidário*), de modo que a forma de conceituá-la acaba mudando de lugar para lugar e de instituição para instituição. Apesar disso, e apesar de todas as dúvidas que cercam a sua relação com a pobreza, suas virtudes continuam a ser exaltadas dia a dia, transformando-a numa das mais prestigiadas políticas de combate à pobreza do início do século XXI.

4 LÓGICA E PERSUASÃO NO DISCURSO SOBRE O MICROCRÉDITO

Por volta de 1830 o filósofo alemão Arthur Schopenhauer elaborou um pequeno trabalho sobre *artifícios desonestos* utilizados por debatedores em discussões e polêmicas. Publicado postumamente, o texto recebeu, entre outros⁸⁰, o título de *Como Vencer um Debate sem Precisar Ter Razão* (Schopenhauer, 1997) ou simplesmente *A Arte de Ter Razão* (Schopenhauer, 2005). Nele, o autor descreve 38 *estratagemas* (*artifícios desonestos*) que podem ser utilizados na argumentação, tanto para conquistar adeptos quanto para contestar idéias alheias. O objetivo de Schopenhauer não era ensinar artimanhas e trapaças aos debatedores, mas sim explicitar esses artifícios e, desse modo, contribuir para que eles possam ser combatidos. O primeiro dos estratagemas descritos pelo filósofo (Schopenhauer, 2005, p. 17-19) consiste em atribuir sentido amplo às afirmativas que se quer combater, tornando-as, assim, vulneráveis a críticas. Segundo ele, “quanto mais genérica se torna uma afirmação, a mais ataques ela fica exposta” (Schopenhauer, 2005, p.17).

A afirmação de que o microcrédito combate a pobreza é, indubitavelmente, bastante genérica. É genérica, em primeiro lugar, porque a idéia de pobreza é, no mundo atual, extremamente vaga e, por isso, ampla, abrangendo inúmeras e diferentes situações. E é genérica também porque o conceito de microcrédito não é preciso, podendo ser atribuído a diversos tipos de operações de crédito. Mas no caso da afirmação da eficácia do microcrédito no combate à pobreza, o caráter genérico da afirmativa produz efeito diametralmente oposto àquele previsto por Schopenhauer (2005). Como muita coisa acaba recebendo o rótulo de *microcrédito*, estabelece-se a imagem de uma política amplamente difundida no mundo; e como a idéia de pobreza está longe de ser precisa, o rótulo de *pobre* acaba sendo apostado de forma pacífica aos mais diferentes clientes das instituições de microcrédito, sem maiores questionamentos sobre a condição social e econômica de cada um deles. Em função do seu sentido extremamente genérico, portanto, a afirmativa de que o microcrédito combate a pobreza pode ser empregada

⁸⁰ Schopenhauer não se deu ao trabalho de estabelecer um título para o texto, por isso várias foram as denominações utilizadas nas diversas publicações póstumas.

de maneira bastante flexível, agregando partidários e ganhando força dia após dia. No Brasil, um exemplo disso é fornecido pela associação surgida entre *microcrédito* e *economia solidária*. Embora as duas idéias tenham origens históricas diferentes e tenham se desenvolvido de forma inteiramente independente uma da outra, e embora as iniciativas produtivas financiadas pelo microcrédito sejam essencialmente individuais, contrastando com o cooperativismo característico da economia solidária, é comum citar cooperativas de crédito como exemplos de instituições de microcrédito e citar a oferta de microcrédito como experiência pertencente ao campo da economia solidária. Essa associação um tanto quanto esdrúxula pode ser facilmente observada nos diversos seminários dedicados às microfinanças organizados pelo Banco Central do Brasil e até numa tese premiada como a de Rosangela Barbosa (2007, p. 160-172).

Mas não basta constatar que a amplitude conceitual ajuda a conquistar novos admiradores para a política de microcrédito. É necessário explicar por que se continua a repetir de forma convicta que o microcrédito é uma política eficaz de combate à pobreza. É necessário esclarecer por que uma afirmativa tão genérica não acabou fulminada por críticas de diversas origens e naturezas, por que a fragilidade apontada por Schopenhauer (2005, p.17) não produziu questionamentos capazes de abalar o discurso sobre o microcrédito. E não se pode falar em falta de questionamentos ou de críticas. O capítulo anterior explicitou a existência de inúmeros questionamentos sobre a política de microcrédito, particularmente no que se refere à relação entre ela e o combate a pobreza, e não é difícil constatar que diversas críticas ao microcrédito já foram formuladas, como, por exemplo, a de Rahman (1999, p.20), sobre o aumento da violência contra as mulheres em Bangladesh, e a de Hume (2007, p.20) sobre o suicídio de devedoras inadimplentes, também em Bangladesh. A relação entre microcrédito e suicídio, aliás, fornece um exemplo expressivo de como as críticas a essa política costumam ter pouco impacto, apesar de bem fundamentadas. Em abril de 2009 a *Microcredit Summit Campaign* postou em sua página *web* um pequeno artigo denominado *Agricultores Endividados Cometem Suicídio na Índia*; o artigo⁸¹ comentava notícia intitulada *1.500 Agricultores*

⁸¹ *Indebted Farmers Commit Suicide in India*, disponível em <http://microcreditsummitcampaignblog.blogspot.com/2009/04/indebted-farmers-commit-suicide-in.html>, acesso em abril de 2010.

Cometem Suicídio em Massa na Índia, publicada no *The Belfast Telegraph* e reproduzida no *The Independent*⁸². No seu artigo, a *Microcredit Summit Campaign* faz referência a uma “recente tendência a suicídio entre os agricultores endividados na Índia assolada pela seca”. No mesmo artigo ela aponta o microcrédito como alternativa para a oferta *predatória* de crédito aos agricultores e lembra os *milhões* que saíram da *pobreza extrema* graças a ele. Em nenhum momento o artigo da *Microcredit Summit Campaign* menciona que uma alta taxa de suicídio de agricultores que não conseguem pagar empréstimos vem sendo observada desde o início da década e muito menos registra que o microcrédito costuma ser apontado como um dos responsáveis pelo endividamento excessivo e, em última análise, pelos suicídios⁸³. Ignorando completamente a crítica, a *Microcredit Summit Campaign* afirma em seu artigo estar comprometida em expandir a oferta de microcrédito para os pobres da Índia.

Ignorar a crítica é a atitude usual no campo do microcrédito. Mas não se trata de desonestidade ou irresponsabilidade, trata-se de seguir uma crença arraigada e inabalável. No exemplo em questão, os defensores do microcrédito consideram que o endividamento excessivo só pode ser decorrente dos juros exorbitantes dos agiotas; supor que o microcrédito possa tê-lo causado, apesar dos juros cobrados não serem baixos, está fora de questão. Mas a suposição não é absurda, o fato das instituições de microcrédito cobrarem juros mais baixos que os agiotas não significa que esses juros não possam se revelar excessivos. O vídeo *O Microcrédito é uma Maldição para Bidi*⁸⁴, por exemplo, produzido pelo jornalista Eric Beauchemin para a *Radio Nederland Wereldomroep*, relata a experiência da indiana Bidi Mehidana com o microcrédito: por meio de um empréstimo equivalente a 60 Euros ela comprou uma vaca, que morreu um ano depois, sem dar crias ou leite; a única renda que chegou a ser obtida com o investimento provinha da venda de esterco. Com o fracasso do empreendimento, Bidi ficou impossibilitada de pagar o

⁸² *1,500 Farmers Commit Mass Suicide in India*, disponível em <http://www.independent.co.uk/news/world/asia/1500-farmers-commit-mass-suicide-in-india-1669018.html>, acesso em abril de 2010.

⁸³ A esse respeito, ver o artigo *Is Microcredit a Debt Trap?*, escrito por Thilo Kunzemann, disponível em http://knowledge.allianz.com/en/globalissues/microfinance/microcredit/microfinance_debt_trap.html, acesso em abril de 2010.

⁸⁴ *Microcredit is a Curse for Bidi*, disponível em <http://www.rnw.nl/english/video/microcredit-a-curse-bidi>, acesso em abril de 2010.

empréstimo, que dez anos depois produziu uma dívida de cerca de 175 Euros. Dois anos após o empréstimo, ela tentou uma segunda operação de crédito, mas um novo empréstimo não foi concedido. Com uma renda mensal de cerca de 22 Euros, ela não tem qualquer perspectiva de pagar o que deve e freqüentemente é cobrada pelo banco. Para piorar a situação, sete anos depois do empréstimo, impossibilitada de fazer uma nova operação por estar inadimplente, Bidi teve que pedir cerca de 150 Euros emprestados à vizinha, para o dote da filha, à taxa de juros de 20% ao mês (a operação de microcrédito foi feita à taxa de 8% ao ano). Completamente mergulhada em dívidas e sendo pressionada pelos credores, Bidi confessou ao repórter que pensa seriamente em suicidar-se tomando veneno.

Apesar de casos como o de Bidi Mehidana, e de todas as críticas recebidas, o microcrédito mantém seu prestígio e continua a ser apontado como uma política eficaz de combate à pobreza. A constatação chega a ser desconcertante, particularmente quando se tem em conta todas as deficiências lógico-conceituais do discurso sobre o microcrédito. Quando Schopenhauer (2005) se dispôs a explicitar os diversos *estratagemas* utilizados para vencer um debate, ele tinha a intenção de fornecer instrumentos para anulá-los e, desse modo, retirar da discussão elementos que a afastassem furtivamente do rigor lógico formal; para ele, impedir a utilização dos *estratagemas* era garantir que a coerência lógica do discurso fosse sua única fonte de aceitação social. A Nova Retórica, porém, que tem em Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca os expoentes mais conhecidos, considera que todo discurso possui, além dos elementos analíticos, elementos retóricos, persuasivos, que são decisivos para sua aceitação social. A idéia básica é que a pessoa que fala precisa não apenas argumentar de forma lógica, mas também de forma persuasiva, para conseguir a adesão do ouvinte a suas idéias. A Nova Retórica, portanto, rompe com a idéia de que a coerência lógica é o único requisito intrínseco para que um discurso possa vir a ser reconhecido por verdadeiro. Por *requisitos intrínsecos*, cumpre esclarecer, entende-se o conjunto de características próprias do discurso, que existem independentemente das suas condições sociais de existência, mas que devem estar presentes para que ele possa vir a ser aceito socialmente. Mas não se deve perder de vista que, além dos *requisitos intrínsecos*, a aceitação ou rejeição social de um discurso dependem também de condicionantes

históricos e sociológicos, que no caso dos microcrédito foram comentados no capítulo 2 deste trabalho.

Falando de uma forma rasteira, um discurso é caracterizado não apenas pelo que se fala (conteúdo), mas também pelo modo como se fala (forma). Não basta haver um conteúdo consistente se ele não é transmitido de forma adequada ao ouvinte; para que o discurso seja aceito, é necessário que o ouvinte seja persuadido sobre validade do conteúdo transmitido. Os elementos do discurso que estão voltados para a persuasão do ouvinte são os *elementos retóricos* do discurso; eles precisam ser explicitados se se pretende entender por inteiro as razões da aceitação social de um discurso. Tais elementos não estão presentes apenas nas manifestações verbais (orais ou escritas), mas também na comunicação visual, ou seja, estão presentes também em fotos, vídeos e até na apresentação visual de páginas *web*, livros, etc. Tudo aquilo que é utilizado para transmitir uma idéia faz parte do discurso sobre essa idéia e, por isso, deve ter seus elementos retóricos analisados⁸⁵.

4.1 A Realidade Levada à Presença do Ouvinte

Segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.131-133), o ato de comunicar uma idéia a uma audiência implica em levar à presença dessa audiência alguns elementos, os elementos fundamentais da idéia que se está a expor. Comunicar, portanto, significa não apenas selecionar aquilo que deve ser exposto, mas também, através da exposição, fazer o ouvinte sentir-se próximo àquilo que é exposto. Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996, p.132-133) comentam que “não basta que uma coisa exista para que se tenha o sentimento da sua presença” e que

uma das preocupações do orador será tornar presente, apenas pela magia do seu verbo, o que está efetivamente ausente e que ele considera importante para a sua argumentação, ou valorizar, tornando-os mais presentes, certos elementos oferecidos à consciência.

⁸⁵ O termo *Retórica Visual* é utilizado para designar o ramo do conhecimento que estuda os elementos persuasivos presentes em fotos, vídeos e outros recursos visuais.

Segundo Charles A. Hill (2004, p.29),

quando elementos específicos adquirem presença suficiente, eles tomam o lugar de outras considerações na mente do observador, apesar da força lógica ou relevância dessas outras considerações.

Essa observação é particularmente elucidativa, pois ajuda a esclarecer como deficiências lógico-conceituais podem ser relegadas a segundo plano e até esquecidas no discurso sobre o microcrédito. Portanto, a chave (ou uma das chaves) do mistério que se quer desvendar (a reprodução da crença na eficácia do microcrédito) está na forma como os temas pobreza e combate à pobreza, incluindo a relação entre combate à pobreza e microcrédito, são levados a *presença* do público.

Charles A. Hill (2004, p.29) observa também que “o fenômeno da *presença* está inerentemente ligado à percepção visual”. Isso significa que a comunicação visual, através de fotos e filmes, por exemplo, oferece material de primeira linha para sua análise. No caso do microcrédito, não é possível muito esforço para ter acesso a dezenas de vídeos e centenas de fotografias relacionadas ao tema. Apenas a CGAP, por exemplo, instituição multilateral dedicada à pesquisa e consultoria na área do microcrédito, disponibiliza em sua página *web* (www.cgap.org)⁸⁶ dois vídeos, cinco entrevistas (em vídeo) e dezenas de fotografias, oriundas de concursos fotográficos que vem realizando desde o ano de 2006. Mas a simples constatação de que vídeos e fotos são utilizados para aproximar as pessoas do tema abordado não esgota a análise da retórica visual dentro do discurso; é necessário ir além, e constatar se o material visual tem realmente a capacidade de persuadir o observador. O material visual, assim como as manifestações verbais, não devem ser capazes apenas de comunicar, mas também de dar ao ouvinte (observador) alguma sensação de presença do objeto abordado na comunicação e, desse modo, persuadir.

⁸⁶ Acesso em abril de 2010.

Observe-se, por exemplo, a foto 28, de autoria do ucraniano Arkady Shaikhet⁸⁷. Tirada por volta de 1930, ela retrata um conjunto de tratores preparando o solo numa fazenda coletiva soviética. Não se trata apenas de registrar a existência de tratores na fazenda coletiva, e sim de levar a modernização da agricultura, a mecanização agrícola, o progresso soviético à presença do observador. Por isso, um conjunto de tratores é fotografado; a fumaça produzida pelos motores ajuda a produzir uma atmosfera de ação, movimento, que é completada pelas linhas diagonais formadas pelos sulcos na terra. Ian Jeffrey (2008, p.92) observa que na fotografia soviética as diagonais eram utilizadas para imprimir dinamismo à imagem.



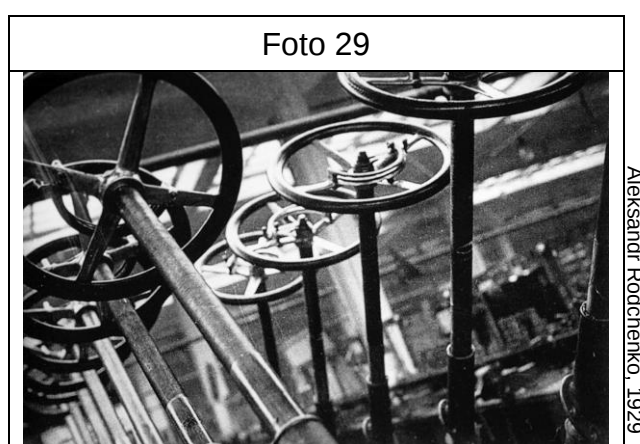
E não é apenas na fotografia soviética que as diagonais produzem esse efeito; ele é citado em inúmeros compêndios de composição fotográfica. Ernesto Tarnoczy Junior (2008, p.100), por exemplo, lembra que uma linha diagonal induz no observador a impressão de ação, movimento e que um conjunto de linhas diagonais produz ainda a sensação de ritmo (Tarnoczy Junior, 2008, p.55-70 e 100), ou seja, de repetição e continuidade. Michael Freeman (2007, p.76) observa que as linhas diagonais introduzem dinamismo na fotografia, pois indicam direção e velocidade de maneira bastante expressiva. Segundo ele, as linhas diagonais “trazem vida e atividade precisamente porque representam uma tensão não resolvida” (Freeman, 2007, p.76). Tal percepção independe da formação intelectual do observador: ele não precisa saber que linhas diagonais produzem tal efeito para que a sensação de movimento surja a partir da observação da foto.

⁸⁷ A foto é reproduzida e comentada por Jeffrey (2008, p.92).

No caso da foto soviética, o conjunto de linhas diagonais formadas pelos sulcos na terra produz a sensação de movimento contínuo, de avanço, apesar dos tratores estarem, de fato, parados. Sim, os tratores estão parados! Esse detalhe é quase imperceptível, dada a forma como os elementos estão dispostos na fotografia, mas não passou despercebido aos atentos olhos de Jeffrey (2008, p.92), que alerta para o fato de alguns dos tratoristas estarem olhando para a câmera e não para a frente, como seria o caso se as máquinas estivessem realmente em movimento.

Sobre a presença de linhas diagonais em uma fotografia, Tarnoczy Junior (2008, p.100) observa ainda que “a presença de uma única direção para as diagonais desequilibra a foto”, de modo que a presença de diagonais em sentido contrário (*contra-diagonais*) ou de linhas verticais pode ser utilizada para dar *equilíbrio* à imagem. Segundo ele, esses elementos, em conjunto com as linhas diagonais, resultam na formação de um triângulo, “a figura mais simples a ter estabilidade” (Tarnoczy Junior, 2008, p.100). Uma imagem equilibrada ajuda manter a atenção do observador sobre os elementos que a compõem, pois evita que ele se distraia ou mesmo perca rapidamente o interesse em função da forma como os elementos estão dispostos na imagem. Na foto de Arkady Shaikhet, por exemplo, o observador não tem a sensação de que a imagem está torta, ainda que de fato esteja, com os tratores dispostos em diagonal. Na mesma foto, aparecem sete tratores, porém seis deles estão dispostos numa linha que liga o centro da margem esquerda da foto ao canto direito, ocupando menos de um terço do espaço da imagem; apesar disso o observador não tem a sensação de vazio, pois o sétimo trator ocupa o canto direito da imagem e, além disso, por estar mais próximo da câmera no momento do registro fotográfico, ocupa na imagem um espaço comparável ao dos outros tratores (dispostos em linha no canto oposto). Ademais, as linhas diagonais ao centro da foto estabelecem, além da sensação de movimento, uma relação entre o trator do canto direito e os demais, fazendo com que os elementos da imagem formem um conjunto equilibrado. Em outras palavras, o trator do canto inferior direito acaba funcionando como vértice de um triângulo cuja base é formada pelos outros seis tratores, alinhados lado a lado. Esses seis tratores fornecem também a *contra-diagonal* que equilibra as diagonais formadas pelos sulcos de terra.

Utilizando determinadas regras de composição, portanto, Arkady Shaikhet efetuou um registro fotográfico que permite ao observador, fisicamente distanciado da realidade, testemunhar, de forma aprazível e clara, o dinamismo das fazendas coletivas mecanizadas. O objetivo do fotógrafo, cabe ressaltar, não foi iludir o seu público, não foi causar uma falsa impressão sobre a cena fotografada, mas sim permitir que esse público, através da fotografia, pudesse presenciar a realidade, mesmo sem estar próximo a ela. Sem as linhas diagonais e o equilíbrio, a imagem não teria a capacidade de transmitir ao observador tudo aquilo que o fotógrafo percebe em seu contato direto com a realidade⁸⁸.



A foto 29, do soviético Aleksandr Rodchenko⁸⁹, fornece outro exemplo de como diagonais e contra-diagonais podem ser utilizadas para imprimir ritmo, dinamismo e equilíbrio à imagem; nela, um conjunto numeroso de volantes de automóveis aparecem presos a colunas de direção alinhadas em duas fileiras. O fotógrafo procurou inclinar a câmera, de modo que as duas fileiras de barras de direção formam dois conjuntos de linhas diagonais paralelas. Além disso, as colunas posicionadas em uma fileira parecem convergir, na parte inferior, com as colunas da

⁸⁸ Obviamente, o que o fotógrafo transmite ao observador e lhe permite presenciar é a sua percepção da realidade; o que é levado aos olhos do observador são os elementos da realidade que o fotógrafo selecionou e decidiu incluir no seu registro, aliados à forma como o mesmo fotógrafo resolveu organizá-los dentro da imagem. A observação direta permite ao fotógrafo interpretar a realidade a seu modo; a observação mediada pela fotografia também permite interpretar a realidade, porém essa interpretação é feita a partir de uma outra, já feita pelo fotógrafo. Essa mesma ressalva, aliás, é pertinente à comunicação verbal: quando o leitor (ou ouvinte) toma contato com a realidade através de um texto (ou locução), ele constrói seu entendimento sobre essa realidade a partir do entendimento de outrem, o escritor (ou orador). Isso não significa que o escritor (ou orador) esteja manipulando ou mentindo (embora isso seja possível, até mesmo de forma não intencional).

⁸⁹ A foto é reproduzida e comentada por Jeffrey (2008, p.90-91).

outra fileira, ao mesmo tempo que tendem a se distanciar na extremidade superior (onde os volantes estão fixados), produzindo linhas diagonais que, entre si, formam triângulos que equilibram a imagem. A presença de muitas colunas, paralelas, concebe ritmo à imagem e dá ao observador a idéia de profundidade e de grande quantidade: apesar de apenas uma dúzia de volantes (e respectivas colunas de direção) aparecerem na foto, o observador tem a sensação de que um número incontável de unidades está presente na linha de produção.

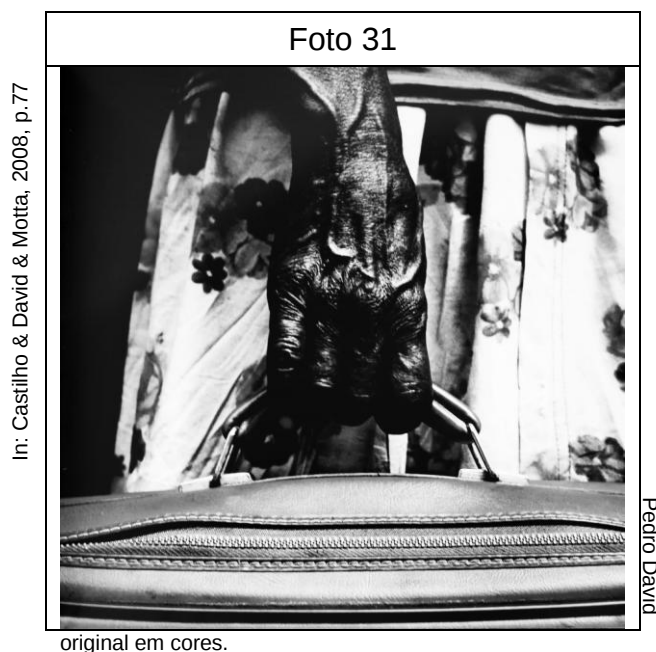
Como já se disse, a utilização de diagonais e contra-diagonais para imprimir algum dinamismo a uma fotografia é bastante comum, não sendo algo restrito à fotografia soviética. No campo do microcrédito, a foto 30, de autoria de Dana Whitaker (2007, p.24), fornece um bom exemplo disso. Nela observam-se as mãos de uma artesã, uma tapeceira, em ação junto ao tear. Tanto as mãos quanto o tear estão dispostos de modo a formarem linhas diagonais, sendo que o tear funciona como contra-diagonal para as linhas formadas pelas mãos (que são prolongadas pelos punhos). Os punhos não estão exatamente paralelos, de modo que, juntas, as mãos formam um triângulo, outro elemento a equilibrar a foto. Embora a foto não tenha uma composição tão perfeita quanto as imagens soviéticas anteriormente comentadas, é inegável que a fotógrafa utilizou as mesmas técnicas ali identificadas para imprimir mais dinamismo ao seu registro e, desse modo, cativar a atenção do observador e induzir nele a sensação de presença, de estar próximo a uma realidade que está fisicamente distante.



Outro aspecto a ser observado na foto 30 diz respeito aos elementos que a fotógrafa decidiu incluir nela. A foto é uma das muitas que aparecem no livro *Transforming Lives \$40 at a Time* (Whitaker, 2007), onde a autora relata dezenas de casos de beneficiários da política de microcrédito em diversas partes do mundo. Os relatos são sempre acompanhados de fotos tiradas pela própria autora. Quando ela fala sobre a tapeceira chinesa Du Ying (Whitaker, 2007, p.22-25) aparecem três fotos: na primeira a Sra. Du Ying aparece de pé, de costas, trabalhando no tear (cuja estrutura de madeira também é incluída na imagem); a segunda é a foto ora comentada, mostrando as mãos; a terceira foto mostra alguns quilogramas de milho em grãos secando ao sol no quintal da casa, cuja fachada dos fundos também aparece no registro. Se os registros fotográficos de Dana Whitaker tivessem caráter meramente descritivo, a foto das mãos seria inteiramente dispensável: ela não contém qualquer informação que não esteja contida na primeira foto ou que não esteja citada no texto. Mas, do ponto de vista retórico, essa é a foto mais significativa, pois transmite ao observador a sensação de estar próximo da realidade, a sensação de chegar mais perto, como se estivesse de fato no local. Michael Freeman (2005, p.32) observa que o ato de fotografar pormenores não apenas possibilita direcionar “a atenção do observador para um elemento que, de outra maneira, poderia ter passado despercebido”, mas também permite levar “o observador para mais perto de um estranho do que normalmente estaria”.

A idéia de incluir apenas as mãos no registro fotográfico, da mesma forma que a utilização de linhas diagonais e contra-diagonais, não tem nada de original, podendo ser observada em trabalhos dos mais diversos profissionais da fotografia. O fotógrafo Joe McNally, por exemplo, que já teve fotos publicadas em revistas como *National Geographic* e *Life*, aconselha: “quando estiver fotografando uma história sobre alguém, as mãos devem sempre figurar na sua lista de itens a fotografar” (McNally, 2008, p.97). A foto 31, de autoria de Pedro David, ilustra muito bem a utilização do recurso de fotografar apenas as mãos (ou uma das mãos); ela faz parte do livro *Paisagem Submersa* (Castilho & David & Motta, 2008), que contém fotografias tiradas na área inundada pelo lago da Usina de Irapé, em Minas Gerais. Nela, uma mão segura a alça de uma mala. A mera descrição não é capaz de expressar, minimamente que seja, toda a dramaticidade e sentido de presença que a imagem é capaz de transmitir ao observador. Logo no início do livro, uma nota

explica que “comunidades ribeirinhas tiveram suas terras atingidas e mudaram-se para outras regiões” (Castilho & David & Motta, 2008, p.7), mas são as imagens fotográficas (incluindo a foto ora comentada) que levam o leitor (observador) à presença dessa realidade. E não se trata simplesmente de produzir registros, trata-se de produzi-los de modo a captar a atenção do observador e fazê-lo sentir-se próximo daquilo que se quer mostrar.



Tanto a imagem capturada por Dana Whitaker (foto 30) quanto a capturada por Pedro David (foto 31) incluem objetos em interação com as mãos, o tear no primeiro caso, a mala no segundo. Tais objetos são essenciais para completar o registro fotográfico, cujo objetivo não é revelar os detalhes das mãos, mas contar parte de uma história. O objetivo dos fotógrafos não é encantar os observadores com fotos esteticamente aprazíveis, mas chamar a atenção desses observadores para a história que suas fotos querem contar. Na foto de Pedro David, a mão enrugada traz à mente uma longa história de vida, mas é a mala que completa o relato, chamando a atenção do observador para o deslocamento, a mudança, a viagem (nesse caso, sem volta). Na foto de Dana Whitaker, o tear e a profusão de fios põem em evidência a complexidade e delicadeza do trabalho de tecer, que requer um hábil par de mãos para ser realizado. Kenneth Kobre (2008, p.87 e 92) observa que incluir na cena elementos relacionados à pessoa retratada permite ir além da mera reprodução das suas características físicas; segundo ele, um objeto segurado pelo retratado, um detalhe de sua roupa ou mesmo do seu

ambiente de trabalho podem ser suficientes para expor ao observador, através da fotografia, muito mais que um rosto ou um detalhe físico qualquer.

Na lista de incontáveis fotógrafos que, nas mais diversas situações, incluem closes das mãos em seus registros estão nomes de muitos profissionais consagrados internacionalmente, como William Albert Allard, da revista *National Geographic*, e o fotodocumentarista brasileiro Sebastião Salgado. Em fotos desses dois mitos da fotografia internacional podem-se encontrar exemplos claros de registros da interação entre mãos e objetos em imagens que ajudam a contar histórias e, ao mesmo tempo, dão ao observador a sensação de presença aos acontecimentos retratados. A foto 32 pertence ao livro *Portraits of America* (Allard, 2008, p.56); ela é parte de um conjunto de imagens do oeste norte-americano. Embora ela registre apenas a cintura e as mãos de uma pessoa, é perfeitamente compreensível que se trata de um típico vaqueiro (*cowboy*); a fivela do cinto, a pequena faca e o cigarro, dispostos em forma de triângulo, produzem uma imagem equilibrada e altamente elucidativa. A foto 33, por sua vez, faz parte do livro *Africa* (Salgado, 2007, p.155) e apresenta uma cena da colheita de chá em Ruanda. Nela, as mãos do trabalhador, envolvendo um maço de folhas, encontram-se no terço inferior da imagem⁹⁰ e, prolongando-se pelos antebraços, formam um triângulo invertido.



⁹⁰ Sem dúvida alguma, a regra de composição fotográfica mais conhecida e utilizada é aquela de traçar linhas imaginárias (duas verticais e duas horizontais) para dividir a área da imagem em três segmentos horizontais e três segmentos verticais e, depois, posicionar os principais elementos da imagem sobre os pontos formados pela intersecção das linhas ou sobre as próprias linhas.

Foto 33



Sebastião Salgado, 1991

Foto 34

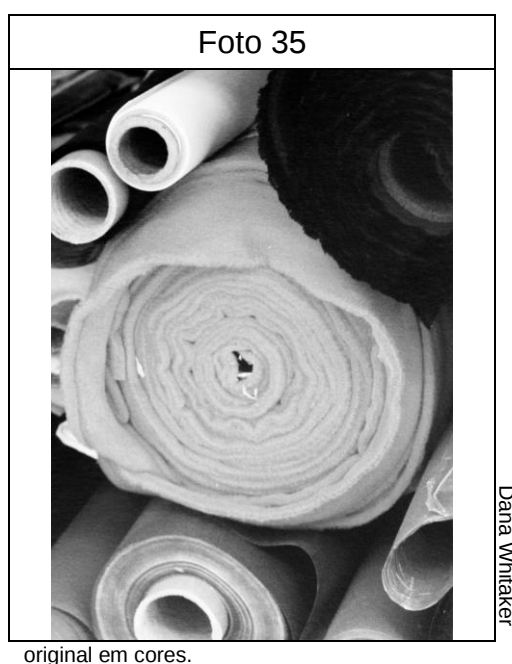
Original em Cores



Dana Whitaker

O mesmo tipo de composição pode ser observado na foto 34, de autoria de Dana Whitaker (2007, p.3). Nela, as mãos se unem para formar um triângulo invertido, cujo vértice encontra-se no terço inferior da imagem. As unhas mal cuidadas e um pouco sujas, assim como as mãos, sugerem a execução de algum trabalho manual; nas mãos, segura pelos polegares, aparece dobrada uma cédula. A foto não se refere a qualquer das histórias de beneficiários do microcrédito relatadas pela autora (Whitaker, 2007). Ela não tem a função de ajudar a descrever a realidade; um par de mãos segurando uma cédula diz muito pouco. Colocada no início do primeiro capítulo (dedicado a histórias asiáticas), a foto tem o objetivo de

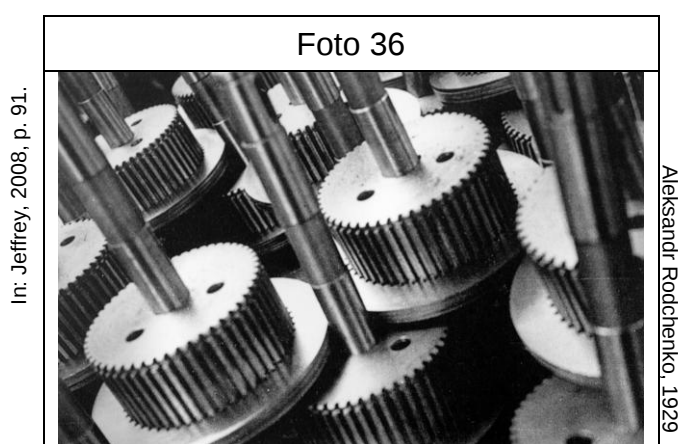
aproximar o leitor da realidade vivida pelos clientes das instituições de microcrédito. Ela foi inserida no livro (Whitaker, 2007) como recurso retórico. Não basta dizer que o microcrédito ajuda pessoas humildes a melhorarem de renda, é necessário levar o leitor ao contato com essas pessoas, sentir-se próximo delas. Mais especificamente, Dana Whitaker (2007) procura dar ao leitor a sensação de proximidade com a realidade das políticas de microcrédito, daí a importância de o dinheiro figurar na foto. O dinheiro aparece em sete outras fotos do livro; numa delas (Whitaker, 2007, p.ii), que foi utilizada para ilustrar a capa da publicação, uma senhora aparece sentada segurando vários maços de dinheiro. A autora não se contenta em relatar casos onde o microcrédito ajuda as pessoas a aumentar a renda, incluindo o dinheiro em suas fotos ela procura dar ao leitor a oportunidade de testemunhar a relação as experiências de microcrédito e a geração de riqueza⁹¹.



Outra forma utilizada por Dana Whitaker (2007) para levar o leitor a presenciar a relação entre microcrédito e geração de riqueza foi fotografar as mercadorias produzidas ou comercializadas. Mas fotografá-las utilizando os recursos próprios de composição, de modo a dar ao observador a idéia de uma riqueza

⁹¹ A mera exposição de uma imagem pode ser utilizada para sugerir ao observador essa relação. Por exemplo: na capa de *Finance Against Poverty* (Hume & Mosley, 1996), um dos primeiros livros acadêmicos a abordar o microcrédito, uma foto em preto e branco mostra três pessoas contando dinheiro sobre uma mesa. A capa do livro é composta por essa foto e outras três, menores. As fotos não são comentadas e o livro não possui fotos na parte interna, apenas na capa.

abundante. Para ilustrar uma dessas técnicas, observe-se a foto 35 (Whitaker, 2007, p.89): um conjunto de rolos de tecidos, de diversos diâmetros, produz uma repetição de círculos que ocupa toda a imagem. Embora apenas seis círculos inteiros, e mais dois cortados, compoñham a imagem, o observador tem a sensação de presenciar a existência de uma grande quantidade de mercadorias. Registrando a industrialização soviética na década de 1920, o fotógrafo Aleksandr Rodchenko produziu a foto 36, bastante similar por registrar uma profusão de círculos. No caso da foto de Rodchenko, um conjunto de sete ou oito engrenagens produz a sensação de um enorme número de peças.



Embora a comunicação visual seja particularmente adequada para incutir em alguém a sensação de presença em uma realidade fisicamente distante, a comunicação verbal também tem esse poder. O recurso mais eficaz é a descrição de casos observados. A utilização desse recurso é marcante na literatura que trata do microcrédito. Observe-se, por exemplo, a seguinte passagem de *O Banqueiro dos Pobres*:

Sufia Begum retomou o trabalho; não tinha tempo a perder. Eu olhava suas mãozinhas, que trançavam os caules de bambu. Era assim que ela ganhava a vida, acorada o tempo todo na terra endurecida. Seus dedos eram cheios de calos, e havia sujeira sob as unhas.

Como seus filhos poderiam romper o círculo infernal da pobreza para lograr ter uma vida melhor? Qual seria o futuro de seus bebês senão a miséria, agora e sempre? Como eles poderiam ir à escola se sua mãe mal ganhava para se

alimentar, quanto mais para abrigá-los e vesti-los decentemente?

[...]

No sistema econômico em que vivemos a renda de Sufia era mantida num nível tão baixo que ela não poderia jamais poupar um vintém, investir na expansão de sua base econômica. Por isso seus filhos estavam condenados a viver uma vida de penúria, sem nunca poder ter a menor reserva de dinheiro, exatamente como seus pais e os pais de seus pais. (Yunus, 2003, p.20-21)

O relato sobre as condições de vida e a falta de perspectiva econômica de Sufia Begum e sua família está no capítulo inicial daquela que é a obra mais lida e citada sobre a política de microcrédito. Apesar de lida pelas mais diversas pessoas, de poderosos políticos e executivos a desconhecidos curiosos, não existe qualquer queixa sobre a forma crua e indiscreta como os detalhes da vida dessas pessoas foram expostos ao mundo.

Em artigo publicado em 24 de maio de 2009 no jornal semanal *Weekly Blitz*, onde é editor, o jornalista Salah Uddin Shoaib Choudhury comenta a história de Sufia Begum e acusa Muhammad Yunus de fraude⁹². Fazendo alusão a reportagem da revista semanal *Shaptahik 2000*, ele lembra que Sufia Begum morreu em 1998, vitimada pela extrema condição de pobreza em que vivia⁹³. Ele menciona também que a fome diária e a pobreza fazem parte da vida de suas duas filhas, destaca que há alguns anos uma de suas netas morreu vitimada pelas precárias condições de vida e ainda faz referência à *choça quase destruída* onde as filhas ainda vivem. Assim como Yunus (2003), Shoaib Choudhury (2009) leva a público as condições de vida de Sufia Begum e sua família. Apesar da crítica contundente, ele

⁹² O artigo em que Shoaib Choudhury acusa Muhammad Yunus de fraude está disponível em <http://www.weeklyblitz.net/250/tale-of-nobel-laureates-continuous-fraud>. Esse é certamente o mais contundente texto de crítica a Yunus surgido até o momento (2010). Nele, o jornalista bengali fala dos altos juros cobrados pelo *Banco Grameen*, comenta a condição de vida de pessoas que contraíram empréstimos e põe em dúvida os resultados da política de microcrédito, alegando que muitos ficaram ainda mais pobres do que eram.

⁹³ Ao relatar o seu primeiro contato com Sufia Barum, em meados da década de 1970, Yunus (2003, p.18) a descreve como “uma jovem de uns 20 anos” e diz que ela afirmou ter 21 anos, o que permite concluir que ela tinha por volta de 45 anos quando faleceu.

utiliza o mesmo recurso retórico de Yunus (2003), a saber: descrever detalhadamente as condições de vida das pessoas de quem se está a falar para, desse modo, transmitir ao ouvinte (leitor) a sensação de proximidade com a realidade descrita. Essa sensação de presenciar o sofrimento e a penúria das pessoas é essencial para que o ouvinte seja envolvido pelo relato e se interesse por toda a discussão sobre a política de microcrédito, que promete contribuir para a superação de tal situação.

Ao ouvinte (leitor), os relatos não parecem inconvenientes, indiscretos ou degradantes. Pelo contrário, o ouvinte os acolhe como denúncia, como revelação de uma realidade inaceitável que tem que ser conhecida para ser modificada. Para o ouvinte, seria mesmo inadmissível que os relatos não fossem feitos; para ele, isso corresponderia a uma ocultação, uma manipulação. O ouvinte sente que os relatos levam a realidade a sua presença e considera correto que eles cheguem até ele, posto que fazem parte da discussão de uma política voltada justamente para a modificação dessa perversa realidade.

Outra situação relatada por Yunus em *O Banqueiro dos Pobres* é a das mulheres que trabalhavam descascando arroz na *Fazenda de Três Terços Nabajug*⁹⁴:

Eu mal suportava olhar essa cena: de 25 a 30 mulheres esfregando o arroz produzido na fazenda. Descalças, ficavam de pé voltadas para a parede, onde se apoiavam com a palma das mãos. Faziam um movimento contínuo de torção com os pés, para forçar a casca a se despregar, e isso sem interrupção desde a manhã até a noite. Seu salário dependia da quantidade de arroz que descascavam numa jornada de trabalho. Elas recebiam uma décima sexta parte do arroz descascado. Isso significava geralmente quatro quilos de arroz por dia, ou seja, o equivalente a 40 cents.

[...]

⁹⁴ Como já se disse antes, a *Fazenda de Três Terços Nabajug* foi uma experiência de apoio à produção de arroz empreendida por Yunus em 1975.

Que condições de vida terríveis: ganhar 40 cents utilizando o peso do corpo e o movimento dos pés nus durante dez horas diárias! (Yunus, 2003, p.94)

Também nessa passagem, tem-se uma descrição detalhada sendo apresentada ao ouvinte (leitor) no intuito de levar a realidade, distante e desconhecida, a sua presença. Do ponto de vista da informação contida, o segundo parágrafo é basicamente uma reprodução sucinta do primeiro. Do ponto de vista retórico, porém, ele completa o primeiro parágrafo, ele chama a atenção do leitor para a dramaticidade da cena descrita no primeiro parágrafo, ele conduz o leitor a uma determinada percepção da realidade: *que condições de vida terríveis!* Essa é a percepção do narrador, porém ela acaba sendo absorvida pelo leitor, uma vez que é a narrativa que o leva à presença da realidade.

Essa forma de construir uma percepção da realidade, baseada na percepção de outrem, é claramente um mecanismo eficaz de reprodução social de idéias. E mais, muitas vezes a descrição da realidade contém a defesa de uma determinada política, i.e. a prescrição de uma ou mais ações voltadas para a modificação dessa realidade. Tome-se como exemplo a seguinte passagem:

Sufia não sairia desse estado de semi-escavidão enquanto não encontrasse os 5 takas para libertar-se. Sua salvação chegaria pelo crédito. Com o crédito ela poderia vender sem constrangimento seus produtos no mercado, obtendo uma melhor margem entre o custo dos materiais e o preço de venda. (Yunus, 2003, p.22-23)

Esse é mais um trecho do relato de Yunus sobre as condições de vida de Sufia Barum. Mas nessas linhas, a descrição se mistura com a prescrição de uma política, uma política de crédito, crédito voltado para o combate à pobreza. Ao ouvinte (leitor), que presencia a realidade através do texto, a idéia de que o problema a ser resolvido é a falta de crédito é posta como parte da realidade observada. Do ponto de vista epistemológico, não há diferença entre saber que Sufia Barum trabalha “acocorada o tempo todo” (Yunus, 2003, p.20) e saber que “sua salvação chegaria pelo crédito” (Yunus, 2003, p.22-23). Ambas as informações chegam ao leitor pela mesma fonte, são transmitidas pelo mesmo meio. Mas é a primeira delas que, no plano retórico, cumpre o papel de produzir o sentimento de presença. E não apenas

ela, mas também todas as outras informações descritivas. A sensação de presença induz o leitor a assimilar outras informações sem maiores questionamentos, como se fossem partes integrantes da realidade presenciada. Repetindo a afirmativa de Charles A. Hill (2004, p.29),

“quando elementos específicos adquirem presença suficiente, eles tomam o lugar de outras considerações na mente do observador, apesar da força lógica ou relevância dessas outras considerações”.

Um dos pontos centrais da reprodução da crença na eficácia da política de microcrédito é a forma como essa crença é comunicada em livros, entrevistas, relatos, fotos, documentários etc. Boa parte do que se escreve, fala e expõe sobre o microcrédito, particularmente aquilo que se destina ao público em geral (e não a um segmento social específico), tem a capacidade de produzir um forte sentimento de presença. Esse é uma dos fatores que explicam por que o discurso sobre o microcrédito tem a propriedade de cativar seguidores com extrema facilidade e, assim, reproduzir-se com grande desenvoltura.

4.2 O Microcrédito Exaltado a Diferentes Auditórios

Uma condição essencial para que um discurso seja persuasivo é que ele seja adequado às características do auditório. Como explica Olivier Reboul (2000, p. 92-93),

Sempre se argumenta diante de alguém. Esse alguém, que pode ser um indivíduo ou um grupo ou uma multidão, chama-se auditório, termo que se aplica até aos leitores. Um auditório é, por definição particular, diferente de outros auditórios. Primeiro pela competência, depois pelas crenças e finalmente pelas emoções.

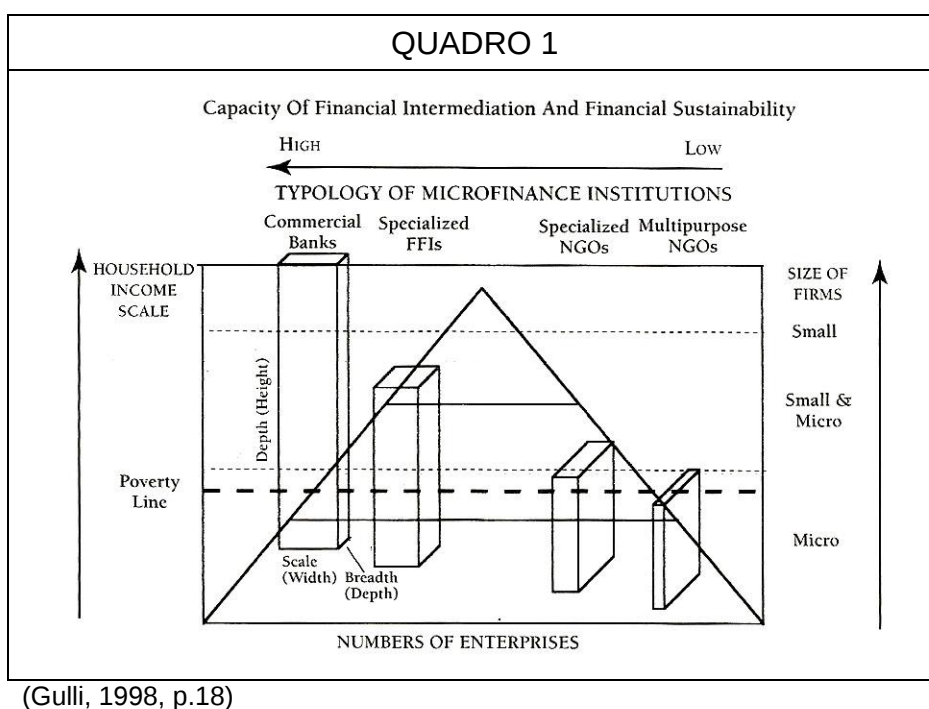
A adequação a diferentes auditórios é talvez a característica mais notável do discurso sobre o microcrédito e constitui um segundo fator explicativo da sua desenvolta capacidade de reprodução. Algumas obras, como *O Banqueiro dos Pobres* (Yunus, 2003) e *Transforming Lives \$40 at a Time* (Whitaker, 2007), não são destinadas para um auditório específico, alcançando os mais diversos públicos. Mas

boa parte do que se fala sobre microcrédito está destinado a auditórios específicos, garantindo que sua reprodução aconteça de forma ampla, ou seja, em diversos segmentos sociais. Por esse motivo, a crença na política de microcrédito é um fenômeno amplo, que alcança políticos, executivos, acadêmicos, militantes sociais, pequenos empresários, autônomos... Em outras palavras, a forma como o microcrédito é abordado, comentado, discutido é diferente em cada segmento social, o que é essencial para sua ampla aceitação.

Tome-se como exemplo os livros *Finance Against Poverty* (Hulme & Mosley, 1996), volume 1, e *The Economics of Microfinance* (Aghion & Morduch, 2005). O primeiro foi escrito por dois professores de políticas de desenvolvimento e o segundo por uma professora de economia e um professor de políticas públicas e economia. Dois livros; quatro autores, todos acadêmicos da área de economia. Resultado: no volume 1 de *Finance Against Poverty* o leitor se depara com mais de vinte gráficos, mais de quarenta tabelas, inúmeras expressões matemáticas e alguns esquemas explicativos; em *The Economics of Microfinance* aparecem mais de trinta expressões matemáticas, mais de vinte tabelas, mais de dez gráficos e alguns esquemas explicativos. São livros escritos por acadêmicos para acadêmicos, em particular pessoas com alguma formação na área de economia. Em *O Banqueiro dos Pobres* (Yunus, 2003), escrito para o público em geral, não aparece um único gráfico, uma única expressão matemática, um único esquema explicativo; aparecem tabelas, seis tabelas, todas no último capítulo, de apenas dez páginas (cerca de 3% do total), dedicadas ao balanço do Banco Grameen. Auditórios diferentes, estilos diferentes. Como já se disse, não basta que a argumentação seja lógica, ela também tem que ser persuasiva se se quer conquistar adeptos. Daí a necessidade de adequar a forma de argumentação ao público ouvinte.

A maior parte dos livros que falam sobre o microcrédito é destinado a pessoas que podem de alguma forma estar envolvidas na instalação ou no funcionamento de instituições de microcrédito, ou seja, pessoas ligadas à implementação da política de microcrédito. Uma característica desses textos é que eles são redigidos à moda acadêmica, com tabelas, esquemas explicativos e gráficos, porém numa linguagem muito mais simples, acessível a técnicos que nem sempre têm alguma formação na área de economia, o que explica a ausência quase absoluta de expressões matemáticas. Outra ausência notável é a das discussões

teóricas, que só aparecem nos textos acadêmicos. Para ser acolhida no meio acadêmico especializado em economia, a política de microcrédito precisou ganhar uma fundamentação teórica recheada de fórmulas e gráficos, que se encontra exposta em livros como *The Economics of Microfinance* (Aghion & Morduch, 2005). Para as pessoas envolvidas na implementação da política, porém, a discussão teórica revela-se não apenas dispensável, mas também excessivamente complexa, o que explica sua ausência nos textos destinados a esse público. Novamente: Auditórios diferentes, estilos diferentes (e conteúdos também).



Considerando apenas o conteúdo, tabelas, gráficos e esquemas explicativos também poderiam ser suprimidos das publicações técnicas. Qualquer conteúdo exposto em tabelas, gráficos ou esquemas pode ser convertido em texto corrente. Aliás, muitos deles apenas sintetizam algo que foi explicado no texto. Tome-se como exemplo o esquema reproduzido no quadro 1; nele o autor (Gulli, 1998, p.18) procura combinar suas considerações sobre os diversos tipos de instituições de microcrédito com informações relativas ao tipo de clientes atendidos por elas. O objetivo do gráfico é apenas sintetizar o raciocínio desenvolvido no texto, ele não contém qualquer elemento ou relação que não integre o texto. Ao optar pela confecção do gráfico, porém, Gulli criou condições para que sua argumentação fosse aceita mais facilmente pelo seu leitor. Mas não um leitor qualquer, e sim um leitor com alguma formação técnica ou acadêmica, habituado a essa forma de

organizar o raciocínio. Um detalhe particularmente elucidativo é que ele utilizou a forma de pirâmide para expressar o fato de a maior parte dos clientes (a base da pirâmide) operarem empreendimentos de tamanho muito reduzido (micro), enquanto uma parcela pequena de clientes (o topo da pirâmide) opera empreendimentos mais bem estruturados. Em diversos ramos do conhecimento acadêmico é possível encontrar exemplos de utilização de esquemas explicativos em forma de pirâmide: na área do direito a composição hierarquizada do ordenamento jurídico é simbolizada através de uma pirâmide dividida em extratos; na área da nutrição a pirâmide alimentar tornou-se sinônimo de guia de alimentação; em psicologia existe a célebre pirâmide de Maslow; na demografia há a pirâmide populacional; em biologia fala-se em pirâmide trófica... Em todos esses casos (e muitos outros), o esquema em forma de pirâmide poderia ser dispensado, sem qualquer prejuízo no entendimento do conteúdo. Do ponto de vista retórico, contudo, a esquematização em forma de pirâmide fortalece o texto, na medida em que aumenta sua capacidade de persuasão.

A questão central que se quer explicitar é a da importância que tem a adequação entre a forma de exposição e o auditório. Um texto como o de Gulli (1998), por exemplo, recheado de tabelas, gráficos e esquemas explicativos, transmite a uma pessoa com formação técnica ou acadêmica a imagem de um texto rigoroso, bem fundamentado, confiável. A ausência desses elementos, por sua vez, desperta nessa pessoa um sentimento de reserva, pouca confiança, e, desse modo, diminui a capacidade de persuasão do texto. Isso acontece porque a pessoa com formação técnica ou acadêmica associa a presença desses elementos a rigor analítico e toma a ausência deles como uma indicação de superficialidade.

Mesmo em textos acadêmicos especializados, a retórica não deve ser subestimada. Em *Development, Geography, and Economic Theory*, Paul Krugman (1996, p. 5-7 e 24) comenta que a Teoria do Desenvolvimento, surgida na década de 1940, acabou não tendo grande penetração e aceitação dentro do estudo acadêmico da teoria econômica, apesar de antecipar, em muitos aspectos, o desenvolvimento de conceitos e idéias que integram as modernas teorias do Comércio Internacional e do Crescimento Econômico. Ele atribui essa pouca receptividade ao fato da Teoria do Desenvolvimento ter sido formulada num *estilo não matemático* (Krugman, 1996, p.24). Para ele, a Teoria do Desenvolvimento já nasceu *arcaica no estilo* (Krugman,

1996, p.24) e esse arcaísmo foi se aprofundando à medida que a teoria econômica se tornava cada vez mais matemática. Não se trata, portanto, de deficiência da teoria, mas falta de adequação da forma como ela é exposta a um auditório específico. Aplicando o raciocínio de Krugman (1996) ao microcrédito, pode-se dizer que sua aceitação no meio acadêmico especializado em economia foi favorecida pelo fato da sua discussão e fundamentação poder acontecer dentro do quadro conceitual e dos recursos analíticos (gráficos e expressões matemáticas) já consagrados nesse meio. As digressões de Hume & Mosley (1996, p.16-85) e Aghion & Morduch (2005, p.5-8 e 25-52), por exemplo, só contribuem para a reprodução do discurso sobre o microcrédito entre especialistas em economia porque foram formuladas no estilo usualmente utilizado por esses especialistas.

A comunicação direcionada aos clientes (e potenciais clientes) das instituições de microcrédito, por sua vez, é feita de maneira inteiramente diferente: nada de tabelas, fórmulas matemáticas ou gráficos, elementos que acabariam por afastar o ouvinte. Os relatos de casos de sucesso, por sua vez, são comuns, porém bastante breves, acentuando os resultados obtidos com o empreendimento; nada de falar do sofrimento das pessoas. A própria formulação das regras para concessão de empréstimos tem que ser feita de maneira simples, para não afastar o público. Tudo bem diferente dos textos acadêmicos ou mesmo daqueles voltados para o público médio, como *O Banqueiro dos Pobres* (Yunus, 2003) ou *Transforming Lives \$40 at a Time* (Whitaker, 2007).

Pode-se dizer, portanto, que o discurso sobre o microcrédito é reproduzido com extrema facilidade porque é formulado em diversos estilos, adequados a diversos segmentos sociais. A afirmação de que o microcrédito é uma forma eficaz de combate à pobreza é feita de formas diversas e com argumentos diversos, de acordo com o público que se quer atingir, e não de uma forma genérica, buscando atingir de uma só vez vários públicos.

Certamente o microcrédito não teria a aceitação social que tem se não tivesse suas virtudes exaltadas de forma altamente eficaz, através de uma verdadeira rede de comunicação, que consegue alcançar e persuadir os mais diversos públicos. O discurso sobre o microcrédito é reproduzido a partir de um conjunto bastante diversificado de meios: textos, documentários, entrevistas, fotografias, peças publicitárias... Através dessa imensa produção textual e visual que

tem o microcrédito como tema, o público tem acesso a informações de alcance geral e de alcance específico. A comunicação de caráter geral é, em regra, dotada da propriedade de gerar um forte sentimento de presença no ouvinte. A comunicação voltada para círculos sociais específicos (técnicos, acadêmicos, clientes...), por sua vez, reforça sobremaneira, dentro de círculos sociais específicos, a aceitação e assimilação da idéia de que o microcrédito é uma política eficaz de combate à pobreza. Sem esses recursos retóricos, a confiança no microcrédito seria um fenômeno muito mais restrito e estaria cronicamente ameaçada pelas deficiências lógico-conceituais comentadas no capítulo 3.

5 CONCLUSÃO

No século XIX, as sociedades ocidentais tornaram-se tributárias do cientificismo iluminista, substituíram a revelação pela razão (utilizada de forma rigorosamente organizada) como fonte de conhecimento. Por esse motivo, quando uma política pública alcança ampla aceitação social, da mesa dos tecnocratas à boca do povo, como é o caso do microcrédito, é natural que ela desfrute da presunção de coerência lógico-conceitual inerente ao conhecimento científico.

Contudo, como deixou clara a análise conduzida no capítulo 2, o processo de afirmação do microcrédito não corresponde ao surgimento e desenvolvimento de uma idéia cientificamente fundamentada, mas sim ao encadeamento de acontecimentos históricos específicos, que criaram as condições necessárias para sua aceitação social. E, como se demonstrou no capítulo 3, através da análise dos fundamentos lógico-conceituais do microcrédito, o seu prestígio entre técnicos e especialistas não tem por corolário a consistência analítica. No capítulo 4, foram apontados os elementos retóricos que contribuem para que o prestígio do microcrédito se mantenha, apesar de todas deficiências lógico-conceituais.

Embora não tenha sido objetivo deste trabalho desenvolver esquemas gerais de interpretação da realidade, é razoável, e até natural, indagar sobre uma eventual correspondência entre o caso do microcrédito e o de outras prestigiadas políticas públicas. Boa parte da análise crítica de políticas públicas está centrada no aspecto analítico e tem caráter técnico: a política de saúde é analisada sob o ponto de vista da medicina, a política educacional sob o ponto de vista da pedagogia, etc. A análise aqui desenvolvida sugere que esse tipo de crítica é sempre parcial, pois não alcança os elementos que contribuem para a aceitação social da política que se está a criticar. E a análise vai além da afirmativa de que todo discurso aceito socialmente tem fundamentos analíticos e retóricos; ela constata que existe a possibilidade de obter a aceitação social de uma política pública compensando eventuais fragilidades analíticas com uma boa performance retórica.

O resgate do processo histórico de afirmação social de uma política pública tem sido a principal forma de ruptura com as análises restritas a aspectos técnicos. O capítulo 2 deste trabalho está inserido nessa tradição. Mas através dele foi possível acompanhar apenas o processo de gênese da crença na eficácia de uma política (o microcrédito); ele não permite visualizar por completo os fatores que

contribuem para a manutenção dessa crença. O capítulo 3 explicitou que nem sempre a coerência analítica é a fonte de aceitação social do discurso sobre uma determinada política pública. A análise do capítulo 4, por sua vez, apontou os elementos retóricos que, no caso do microcrédito, tornam possível que essa aceitação exista apesar da inconsistência analítica.

Seria esse raciocínio passível de aplicação à análise de outras políticas públicas? Seriam as políticas públicas marcadas sempre por algum grau de inconsistência analítica? Seria a retórica sempre capaz de compensar essa inconsistência e garantir a aceitação social da política?

A análise até aqui conduzida não permite construir um modelo geral de estrutura do discurso sobre uma política pública. Esse, aliás, em momento algum foi seu objetivo. Mas a análise permite concluir que o estudo de uma política pública deve contemplar, também, a retórica do discurso sobre essa política. Isso porque o já citado cientificismo iluminista não transformou a coerência analítica na única fonte de persuasão de um discurso. O cientificismo não banuiu a retórica do campo da construção do conhecimento, ainda que se esteja falando do conhecimento técnico especializado. O estudo da política de microcrédito demonstra-o de forma exemplar.

Como fica claro, qualquer análise de política pública que se pretenda minimamente completa deve necessariamente contemplar, além da apreciação da estrutura lógico-conceitual que fundamenta essa política, além do estudo do processo histórico de consolidação da crença nessa política, a investigação do papel desempenhado pela retórica na reprodução dessa política.

POST-SCRIPTUM

A defesa de um trabalho acadêmico é um momento de afirmação de pontos de vista, mas também é um momento de questionamentos. Com a presente tese não haveria de ser diferente. Quando a defendi, em agosto de 2010, recebi elogios e palavras de assentimento, mas também inúmeras sugestões e críticas. Em alguns casos, essas sugestões e críticas me fizeram perceber a necessidade de proceder a pequenos ajustes no texto, mudando uma ou duas palavras ou alterando ligeiramente a redação de uma frase. Em outros casos, porém, pequenas mudanças no texto não seriam suficientes para contemplar aquilo que considerei importante comentar, esclarecer ou adicionar. Por esse motivo, e procurando evitar a descaracterização do texto analisado pela banca, optei por escrever este *post-scriptum*.

o tempo verbal da narrativa

Um dos questionamentos que me foram dirigidos pela banca se refere à redação do texto em terceira pessoa. Contra a redação impessoal, me foi lembrado que qualquer construção científica é pessoal, carrega marcas do seu autor; a redação na terceira pessoa, por sua vez, segundo tal argumentação, concebe ao texto uma aura de neutralidade e objetividade que induz o leitor a ignorar a presença da subjetividade do autor. Não nego que a construção científica, assim como qualquer produção cultural, não seja neutra, mas não creio que textos científicos devam ser escritos necessariamente nesse ou naquele tempo verbal. Ademais (e esse foi o ponto que explicitiei à banca), o tempo verbal adotado como padrão para a elaboração de redações colegiais e textos acadêmicos em geral é a terceira pessoa, com toda sua impessoalidade. Apesar de ter permanecido submisso a essa regra, nunca gostei dela: entendo que não existe qualquer razão para que uma redação escolar ou texto acadêmico não possa ser escrito em primeira pessoa. Trata-se puramente de uma convenção desnecessária e, em alguns casos, prejudicial. Creio que o tempo verbal da narrativa, assim como a estrutura do texto, é de livre escolha do autor, que assim pode optar pelo que considera mais adequado àquilo que quer comunicar.

ideologia

Tanto no exame de qualificação da tese quanto na sua defesa, fui questionado sobre a completa ausência do termo ideologia. Nas duas oportunidades expliquei que considero a análise da política de microcrédito que produzi uma análise de produção e reprodução de ideologia. Deixei de utilizar esse termo, contudo, por entender que seu uso abusivo e variado no meio acadêmico compromete o rigor analítico. Ademais, os usos mais comuns do termo ideologia, como sinônimo de *falsa consciência* ou de *falso conhecimento da realidade*, ou ainda de *conjunto de idéias utilizadas para enganar e dominar*, não eram apropriados ao tipo de análise que me propus a fazer da política de microcrédito. Cheguei até mesmo a reunir uma literatura relativamente extensa e diversificada sobre ideologia, mas acabei por abandoná-la.

Considero que a análise que fiz é uma análise de ideologia porque o que fiz foi analisar o surgimento e a reprodução de um conjunto de idéias, idéias sobre o microcrédito. Mas também considero que não procedi de forma tradicional. Em primeiro lugar, evitei a análise de conteúdo voltada para denunciar o caráter ideológico (i.e. enganador, mistificador, interessado) dessa ou daquela afirmativa. Em segundo lugar, tentei me distanciar das análises excessivamente abstratas e procurei identificar instituições, autoridades, mecanismos e instrumentos relacionados à produção e difusão da idéia de que o microcrédito combate a pobreza de forma eficaz. Em terceiro lugar, não procurei construir um conjunto oposto de idéias, uma contra-ideologia; evitei me colocar na condição de árbitro da verdade. Apesar disso tudo, considero que a análise que produzi fornece elementos que ajudam o leitor a construir, por si próprio, uma interpretação da crença na política de microcrédito como ideologia, no sentido tradicional do termo.

a década de 1990, a estabilização monetária e o surgimento do microcrédito

Um dos argumentos centrais que desenvolvi nesta tese foi o de que a década de 1990 reuniu uma série de condições favoráveis ao crescimento do prestígio do microcrédito como política de combate à pobreza. Como foi observado pela banca, porém, um acontecimento essencial passou-me despercebido: a estabilização monetária, obtida com a implementação do Plano Real. Sem ela,

difícilmente uma política de oferta e expansão de crédito teria logrado êxito em sua implementação ou difusão no Brasil. Ao mesmo tempo que reconheci o lapso, observei que a discussão de determinantes e condicionantes de um fenômeno social está sempre sujeita a lacunas e à revelação de pontos de vista não explorados pelo pesquisador; na oportunidade, lembrei a célebre crítica de Weber ao determinismo econômico de Marx. Ao mostrar, no seu estudo sobre a relação entre *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, a importância de um fator não econômico para o surgimento do capitalismo, Weber explicitou o quanto os fenômenos sociais são marcados por múltiplas determinações.

Considero, porém, que a inexistência de uma referência sequer à estabilização monetária foi um deslize de proporções consideráveis, uma vez que se trata de uma condição indispensável à afirmação do microcrédito no Brasil. Minha percepção, contudo, é de que o lapso se explica pelo fato de a análise ter se voltado para um fenômeno que não foi apenas brasileiro. Em toda a tese, tratei a expansão e afirmação do microcrédito na década de 1990 como um fenômeno mundial, o que contribuiu para ignorar um acontecimento essencial para que esse fenômeno pudesse ser observado também no Brasil. Por outro lado, teria sido um grande equívoco ater-me apenas à realidade brasileira, uma vez que, no caso do microcrédito, a dinâmica do processo social esteve sempre ligada a acontecimentos de alcance mundial.

neoliberalismo e microcrédito

A relação da expansão do microcrédito na década de 1990 com o *neoliberalismo* também foi objeto de observações da banca. Antes mesmo da defesa da tese, durante o exame de qualificação, já me havia sido lembrado que a década de 1990 foi a década da hegemonia neoliberal, a década do empreendedorismo, da empregabilidade, das políticas públicas focalizadas, das privatizações, dos planos de demissão voluntária... tudo isso baseado na crença de que o mercado deve ser tomado como eixo condutor central de todas as transformações sociais e econômicas. Nesse sentido, as políticas que colocavam o Estado como condutor do processo de desenvolvimento deram lugar a políticas de integração do indivíduo ao mercado segundo a lógica do mercado. O desemprego passou a ser visto como conseqüência da falta de qualificação do trabalhador e o termo *empregabilidade*

tomou conta das discussões sobre o tema, que se distanciou dos debates sobre geração de emprego. Na mesma época, a capacidade do mercado de gerar oportunidades passou a ser exaltada e o desenvolvimento da capacidade empreendedora dos indivíduos, a fim de capacitá-los a aproveitar essas oportunidades, se transformou no centro da política de crescimento econômico.

Na tese, cheguei a observar que o microcrédito é uma idéia de perfil localista, assim como é o empreendedorismo. Fui advertido, porém, que a referência era insuficiente e que seria aconselhável dedicar alguma atenção (e espaço) ao neoliberalismo. Considero, porém, que seria equivocado traçar uma relação estreita entre o crescente prestígio do microcrédito na década de 1990 e o neoliberalismo. Não nego que a hegemonia do pensamento neoliberal contribuiu para criar um ambiente propício à aceitação e consagração da política de microcrédito, mas não creio que esse processo de aceitação e consagração seja produto da hegemonia neoliberal ou mesmo que a tenha como condição essencial. Observo, em primeiro lugar, que a ascensão das políticas localistas está relacionada a um longo processo de transformação das políticas de desenvolvimento, processo que, por muito tempo, não teve qualquer relação com o neoliberalismo. Lembro, em segundo lugar, que algumas idéias de perfil localista, como a economia solidária, não se enquadram em qualquer cartilha neoliberal; em outras palavras: não apenas do ponto de vista do processo histórico de gênese, mas também do ponto de vista do conteúdo, o localismo não é um fenômeno neoliberal em essência. Em terceiro lugar, sublinho que muitos defensores do microcrédito no Brasil (e.g. o Partido dos Trabalhadores) sempre foram ferrenhos opositores do neoliberalismo.

temas para pesquisas futuras

A indicação de pontos a serem desenvolvidos em futuras pesquisas me foi cobrada mais de uma vez. Após o exame de qualificação, cheguei a adicionar algumas linhas na conclusão, sugerindo alguns pontos que considerava importante que fossem abordados em futuras pesquisas, por mim ou por outros pesquisadores. Desisti, porém, da empreitada e apaguei tudo que tinha escrito a respeito. Considero que cada leitor, em cada leitura, tenha uma percepção própria do fenômeno do microcrédito e que é dessa percepção que nascem as idéias para futuras pesquisas. Registrar a minha percepção na conclusão da tese corresponderia, a meu ver, a

colocá-la, indevidamente, em patamar superior; teria o efeito de legitimar determinadas análises que sequer foram produzidas ainda e, ao mesmo tempo, colocar uma marca de desconfiança ou reprovação naquelas que não fui capaz de perceber possíveis. Calar a respeito pareceu-me o procedimento mais adequado para preservar todo o potencial gerador de idéias, dúvidas e questionamentos que esta tese possa ter.

REFERÊNCIAS

1,500 FARMERS Commit Mass Suicide in Índia. The Independent, 2009, disponível em <http://www.independent.co.uk/news/world/asia/1500-farmers-commit-mass-suicide-in-india-1669018.html>, acesso em abril de 2010.

AGHION, Beatriz Armendáriz de, MORDUCH, Jonathan. **The economics of microfinance**. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2005.

ALLARD, William Albert. **Portraits of America**. Washington, National Geographic, 2008.

ALTER, Johathan. **The defining moment**: FRD's hundred days and the triumph of hope. New York: Simon & Schuster Paperbacks, 2007.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva, SOARES, Marden Marques. **Democratização do crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

ARAÚJO, Cleonice Correia. **Pobreza e programas de transferência de renda**: conceitos e significados. São Luís: Universidade Federal do Maranhão – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2007. mimeo. (Tese de Doutorado)

BAILLY, Anatole. **Le grand Bailly**: dictionnaire Grec Français. Paris: Hachette, 2000.

BARBOSA, Rosangela de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BARONE, Francisco Marcelo, LIMA, Paulo Fernando, DANTAS, Valdi, REZENDE, Valéria. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARROS, Valdenira. **Imagens do moderno em São Luís**. São Luís, 2001

BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BELLO FILHO, Wilson de Barros. **História do planejamento econômico no Maranhão**: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Cap. 2: Introdução a uma Sociologia Reflexiva, p.17-58.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **A dimensão espacial do subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. mimeo. (Tese de Livre-Docência)

BRASIL. **Medida Provisória nº 226, de 29/11/2004**. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPPO e altera [...]. Diário Oficial da União de 29/11/2004.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTILHO, João, DAVID, Pedro, MOTTA, Pedro. **Paisagem submersa**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

CAUFIELD, Catherine. **Masters of illusion**: the World Bank and the poverty of nations. New York: Henry Holt and Company, 1992.

CHAPNICK, Howard. **Truth needs no ally**: inside photojournalism. Columbia: University of Missouri Press, 1994.

CHOUDHURY, Salah Uddin Shoaib. **Tale of Nobel laureate's continuous fraud**. Weekly Blitz, Maio, 2009, disponível em <http://www.weeklyblitz.net/250/tale-of-nobel-laureates-continuous-fraud>, acesso em junho de 2010.

COELHO, Marcelo. Isto é um cachimbo. In: MAMMÌ, Lorenzo, SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **8 X fotografia**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.89-112.

COUNTS, Alex. **Small loans, big dreams**: how Nobel prize winner Muhammad Yunus and microfinance are changing the world. New Jersey: John Wiley and Sons, Inc., 2008.

DALEY-HARRIS, Sam. **State of the Microcredit Summit Campaign Report 2009**. Washington: Microcredit Summit Campaign, 2009.

DALLEK, Robert. **Harry S. Truman**. New York: Times Books, 2008.

DIAS, Jacqueline Sarmiento Dias. **O direito à imagem**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

DOVER Publications. **The depression years**: as photographed by Arthur Rothstein. New York: Dover, 1978.

DURDEN, Mark. **Dorothea Lange**. London: Phaidon, 2006.

DYER, Geoff. **O instante contínuo**: uma história particular da fotografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ESTEVA, Gustavo. Development. In: SACHS, Wolfgang (Org.). **The development dictionary**. London: Zed Books, 1992. p.6-23.

FIORI, Anita et al. Entendendo a história das microfinanças. In: ROCHA, Angela da, MELLO, Renato Cotta (orgs.). **O desafio das microfinanças**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004. p.9-139

FREEDMAN, Russell. **Kids at Work**: Lewis Hine and the crusade against child labor. New York: Clarion Books, 1994.

FREEMAN, Michael. **Retrato Fotográfico**. Lisboa: Centralivros, 2005.

FREEMAN, Michael. **The photographer's eye**. New York: Focal Press, 2007.

FUSFELD, Daniel R. **A era do economista**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GULLI, Hege. **Microfinance and poverty**: questioning the conventional wisdom. Washington: Inter-American Development Bank, 1998.

HELLER, Ágnes. **Teoría de las necesidades en Marx**. 3.ed. Barcelona: Península, 1998.

HILL, Charles A. The psychology of rethorical images. In: HILL, Charles A., HELMES, Marguerite (Orgs.). **Defining visual rhetorics**. New York: Routledge, 2004. p.25-40.

HITLER, Adolf. **My battle**. Cambridge: The Riverside Press, 1933.

HOMERO. **Odisséia**. São Paulo: Cultrix, 2006.

HOOVER, Herbet. **Address at Madison Square Garden in New York City**. 31 de outubro de 1932, disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=23317>, acesso em janeiro de 2009.

HULME, David, MOSLEY, Paul. **Finance against poverty**. London: Routledge, 1996. Vol. 1.

HUME, David. Is microdebt good for poor people? In: DICHTER, Thomas, HARPER, Malcolm (orgs.). **What's wrong with microfinance?** Warwickshire: Practical Action, 2007. p.19-22.

HUTTLINGER, James M. **Robert S. McNamara at the World Bank Group**: a chronology of significant events. Washington: World Bank Group Archives, 2003. mimeo.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**: 2002-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

ILIN, M. **New Russia's primer**: the story of the Five-Year Plan. Cambridge: The Riverside Press, 1931.

INDEBTED Farmers Commit Suicide in Índia. Microcredit Summit Campaign, 2009, disponível em <http://microcreditsummitcampaignblog.blogspot.com/2009/04/indebted-farmers-commit-suicide-in.html>, acesso em abril de 2010.

JEFFREY, Ian. **How to read a photograph**. London: Thames & Hudson, 2008.

JENKINS, Roy. **Roosevelt**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

JOHNSON, Susan, ROGALY, Ben. **Microfinance and poverty reduction**. Oxford: OXFAM, 1997.

KELLER, Judith. **Dorothea Lange**: photographs from the J. Paul Getty Museum. Los Angeles: Getty Publications, 2002.

KLOBUCHAR, Jim, WILKES, Susan Cornell. **The miracles or barefoot capitalism**. Mineapolis: Kirk House, 2003.

KOBRÉ, Kenneth. **Photojournalism**. Burlington: Focal Press, 2008.

KOETZLE, Hans-Michael. **Photo icons**: the story behind the pictures 1928-1991. London: Taschen, 2002. v.2.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. **O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista**. Salvador: Universidade Federal da Bahia – Escola de Administração, 2005. mimeo. (Tese de Doutorado)

KRUGMAN, Paul. **Development, Geography and Economic Theory**. Cambridge: MIT Press, 1996.

KUNZEMANN, Thilo. **Is Microcredit a Debt Trap?** disponível em http://knowledge.allianz.com/en/globalissues/microfinance/microcredit/microfinance_debt_trap.html, acesso em abril de 2010.

LEDGERWOOD, Joana. **Microfinance handbook**: an institutional and financial perspective. Washington: The World Bank, 1998.

LIGHT, Ken. **Witness in our time**: working lives of documentary photographers. Washington: Smithsonian Books, 2000.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Tânia. Microcrédito. **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, ano 7, n.19, p.11-13. Brasília: IPEA, 2002.

MANNHEIM, Karl. **Ideology and utopia**: an introduction to the sociology of knowledge. Orlando: Harcourt Brace & Company, 1936.

MARTINS, José de Souza. A epifania dos pobres da terra. In: MAMMÌ, Lorenzo, SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **8 X fotografia: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.133-171.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Livro 1: O Processo de Produção do Capital. 2.v.

McCLOSKEY, Deirdre N. **The rhetoric of economics**. 2.ed. Madison: University of Wisconsin, 1998.

McNALLY, Joe. **The moment it clicks**. New Riders, 2008.

McNAMARA, Robert S. **Address to the Board of Governors**. Washington: IBRD, 1973.

MELLO, João Manuel Cardoso de, NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MICK, Jacques. **O Caráter Social do Crédito**: Microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento alternativo – a experiência brasileira e o caso da Portosol (1996-2002). Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – UFSC, 2003. mimeo. (Tese de Doutorado)

MONZONI, Mario. **Impacto de renda do microcrédito**. São Paulo: Peirópolis, 2008.

MONZONI, Mario. **Impacto de renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2006. mimeo. (Tese de Doutorado)

NERI, Marcelo (org.). **Microcrédito**: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

NERI, Marcelo, BUCHMANN, Gabriel, HARRIS, Helen, ANDARI, Ana. Microcrédito: teoria e prática. In: NERI, Marcelo (org.). **Microcrédito**: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.27-51.

NERI, Marcelo, BUCHMANN, Gabriel. CrediAmigo: o Grameen tupiniquim. In: NERI, Marcelo (org.). **Microcrédito**: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.191-229.

Novo Testamento interlinear grego-português. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004

PARENTE, Silvana. **Microfinanças**: saiba o que é um banco do povo. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

PERELMAN, Chaïm, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PLATÃO. **As leis**. Bauru: Edipro, 1999.

RAHMAN, Aminur. **Women and microcredit in rural Bangladesh**. Boulder: Westview Press, 1999.

RAHNEMA, Majid. Pobreza. In: SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.229-250.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROBINSON, Marguerite S. **The microfinance revolution**: sustainable finance for the poor. Washington, D.C.: World Bank, 2001.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROJCÓ, I. **A democracia soviética na etapa do socialismo desenvolvido**. Moscou: Edições Progresso, 1984.

ROOSEVELT, Franklin Delano. **Address at Madison Square Garden, New York City**. 31 de outubro de 1936, disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=15219>, acesso em janeiro de 2009.

RUSCONI, Carlo. **Dicionário do grego no Novo Testamento**. São Paulo: Paulus, 2003.

SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SALGADO, Sebastião. **Africa**. Paris: Taschen, 2007.

SALGADO, Sebastião. **Trabalhadores**: uma arqueologia da era industrial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de ter razão**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCHOPENHAUER, Arthur. **Como vencer um debate sem precisar ter razão**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

SCHWENGBER et al. Programa Central de Crédito Popular – São Paulo Confia. In: POCHMANN, Marcio (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 171-191.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v.1.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TARNOCZY JUNIOR, Ernesto. **Arte da composição**. Camboriú: Photos, 2008.

TENDLER, Judith. **New lessons from old projects**: the working of rural development in Northeast Brazil. Washington, D.C.: The World Bank - Operations Evaluation Department, 1993.

TRUMAN, Harry S. **Address of the President of the United States delivered before a joint session of the Senate and the House of Representatives**. Washington: House of Representatives, 1947. March 12, 80th Congress, 1st Session, Document 171.

TRUMAN, Harry S. **Inaugural Address**. 20 de janeiro de 1949, disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=13282>, acesso em janeiro de 2009.

TVA – Tennessee Valley Authority. **From the new deal to a new century**: A short history of TVA. Disponível em <http://www.tva.com/abouttva/history.htm>, acesso em janeiro de 2009.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Resolution 52/194**: Role of microcredit in the eradication of poverty. Disponível em <http://www.undemocracy.com/A-RES-52-194.pdf>, acesso em janeiro de 2010.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. **Resolution 53/197**: International Year of Microcredit, 2005. Disponível em http://www.uncdf.org/english/about_uncdf/uploads/docs/UNGA-YoM_eng.pdf, acesso em janeiro de 2010.

VIOLA, Andreu. La crisis del desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: VIOLA, Andreu (Org.). **Antropología del desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000. p.9-64.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993. Cap. 2: A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política, p.107-154.

WHITAKER, Dana Elizabeth. **Transforming lives \$40 at a time**. Berkeley: Opening Eyes, 2007.

WOODWORTH, Warner, WOLLER, Gary. Greetings from the editors. **Journal of Microfinance**, ano 1, n.1, p.6. Provo: 1999.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2003.

YUNUS, Muhammad. **Expanding microcredit outreach to reach the millennium development goal**: some issues for attention. Dacca: 2003b. mimeo. Disponível em <http://www.microfinancegateway.org/gm/document-1.9.29160/04.pdf>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

WILSON DE BARROS BELLO FILHO

**GÊNESE E REPRODUÇÃO DA CRENÇA NA EFICÁCIA
DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO NO COMBATE À POBREZA**

São Luís
2010